

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
PRÓ – REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS DA SOCIEDADE

**ENTRE O BEM E O MAL**  
Discursos de Moralidades na Imprensa Campinense (1909 – 1939).

Camilo Barbosa da Silva

Campina Grande – PB  
2006

Camilo Barbosa da Silva

## ENTRE O BEM E O MAL

Discursos de Moralidades na Imprensa Campinense (1909 – 1939).

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Sociedade, Área de Concentração: Educação, Linguagem e Diversidade Cultural, Linha de Pesquisa: Memória e Discurso.

Orientador: Dr. Josemir Camilo de Melo

Campina Grande - PB

2006.  
Camilo Barbosa da Silva

**ENTRE O BEM E O MAL**  
Discursos de Moralidades na Imprensa Campinense (1909 – 1939).

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2006.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Josemir Camilo de Melo - UEPB  
(Presidente – Orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Idalina Santiago - UEPB

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Iranilson Buriti de Oliveira - UFCG



Para: Jandir Ferreira Barbosa e Wilfrido Barreto da Silva.

Ao meu orientador Josemir Camilo de Melo

Aos componentes da Banca Profa Dra Idalina e ao Prof.Dr.Iranilson Burity

A coordenadora deste programa de Mestrado Prfa Dra. Sudha

Aos professores deste programa Prfa Dra Geralda Medeiros e Profa Dra. Maura

Ao meu irmão Prof. Mestre Fernando Luís Tavares

Ao prof Dr. Durval Muniz de Albuquerque que se visibiliza entre as linhas e por entre as margens deste trabalho

Aos meus colegas professores do curso de História profa Mestr Maria José Silva Oliveira, a coordenadora Luíra Monteiro , aos professores Jéferson Nunes, Ofélia Maria , Kiara e Elisa

Aos amigos que me socorreram no stress da digitação como Kenedy Costa, Josiclaudio Ferreira e Giusepe Roncalli

Aos meus colegas de turma que me proporcionaram coleguismo, agradável convivência e amizade remanescente deste curso

Aos funcionários Augusto César de Moraes, Camila, Roberto e Dona Cicera.

A todos que tiveram interesse em me incentivar, em colaborar e me ajudar a remover os traumas surgidos por conta de vias sinuosas, emlameadas, mal sinalizadas e iluminadas pelo bruxuleio de luzes falsas e emprestadas que eu já trilhei para obtenção desta titulação acadêmica

Aos funcionários do Museu Histórico de Campina Grande e do seu diretor da época desta pesquisa Walter Tavares cuja dedicação e empenho em “salvar” a documentação do desaparecimento possibilitou a existência deste trabalho.

(...) Vislumbro certas coisas de onde estou (Caetano Veloso)

## RESUMO

A história aqui apresentada preocupa-se em investigar os discursos de moralidades encontrados na Imprensa da Cidade de Campina Grande, entre 1909 e 1939. Resultando assim das pesquisas e análises das pregações morais dos que escreveram nos jornais desta cidade neste período, bem como de como estes propunham os seus projetos de modernização e civilização, além de sua campanha contra os comportamentos da população que eles consideravam inadequados ao bom andamento desses projetos. Para isto recorri ao arquivo histórico municipal em busca das fontes de pesquisa e para construir minha análise histórica, procurei dialogar com propostas teóricas - metodológicas para o estudo da higiene e da sexualidade.

Palavra chaves: Modernização, Civilização, Discurso, Moralidade, Jornais.

## ABSTRACT

The history here presented she worries in investigating the speeches of moralities found in the Press of the City of Campina Grande, between 1909 and 1939. Resulting like this of the researches and analyses of the moral preachings of the ones that wrote in the newspapers of this city in this period, as well as of as these they proposed your modernization projects and civilization, besides your campaign against the behaviors of the population that they considered inadequate to the good course of those projects. For this I fell back upon the municipal historical file in search of the research sources and to build my historical analysis, I tried to dialogue with proposed theoretical - methodological for the study of the hygiene and of the sexuality.

Word keys: Modernization, Civilization, Speech, Morality, Newspapers.

## CIVILIZAÇÃO

*Para nós, matutos, que estamos acostumados com as cousas de nossa terra, é um assombro a leitura dos jornais que nos chegam dos países que se dizem civilizados.*

*Avaliem que enquanto censuramos aqui, uma senhorita por andar de vestido nos joelhos, lá pela Europa é moda se andar nu em pêlo!*

*Existem até jornais de nudismo. Quer dizer: umas povoações onde todo mundo anda nu em pêlo!*

*As revistas trazem fotografias de rapazes e moças, nos passeios, e nos bondes, e até na cerimónia de casamento, mostrando todo o corpo nu e a cara mas sem vergonha deste mundo.*

*Bem certo andaré então quem diz que o homem vem do macaco.*

*A prova é que vai aos poucos voltando à vida primitiva.*



## ***Sumário***

<b><i>INTRODUÇÃO</i></b> .....	10
<b><i>PARTE I: VARÕES DO PROGRESSO E DO BEM</i></b> .....	20
<b><i>Capítulo 1: Homens de “Bem”</i></b> .....	21
1.1- <i>Aventuras Públicas, Desventuras Íntimas</i> .....	27
1.2- <i>Caboclo de Clã</i> .....	46
1.3- <i>Caboclo de Boa Cepa</i> .....	53
1.4- <i>No Selo da Glória</i> .....	72
<b><i>PARTE II: ABCESSOS SINISTROS – ASPECTOS DO ATRASO E DO MAL</i></b> .....	82
<b><i>Capítulo 2: Em Busca do Paraíso</i></b> .....	83
2.1 - <i>Revolvendo o Pútrido</i> .....	88
2.2 - <i>O Banho dos Despudorados</i> .....	97
2.3 - <i>O Teatro do Lúbrico</i> .....	100
<b><i>Capítulo 3: Vícios Venenosos e Extravagantes</i></b> .....	111
3.1- <i>Mulheres Dadeiras</i> .....	111
3.2 – <i>O Cortejo Sinistro – Fome, a Sede e a Nudez</i> .....	125
3.3- <i>A Mesa dos Vícios</i> .....	135
3.4- <i>Nas Farras do Alerquim Grotesco</i> .....	142
<b><i>Considerações Finais</i></b> .....	153
<b><i>Documentos Catalogados: Jornais (Edições Avulsas)</i></b> .....	156

<i>Referências Bibliográficas</i> .....	157
---	-----

## ***Introdução***

A História aqui apresentada, preocupada com os discursos jornalísticos sobre as moralidades em Campina Grande nas primeiras décadas do século XX, resultou das pregações morais por parte de jornalistas e intelectuais que fizeram à imprensa campinense entre 1909 - 1939, bem como de seus projetos de modernização e civilização, além das implicações que deles provinham.

A Escolha do ano de 1909 foi devido ao fato de ser o ano do primeiro jornal encontrado depois de 1907, ano da chegada do trem na cidade um marco simbólico de seu desenvolvimento e modernização e vai até 1939, último ano antes do segundo governo de Vergniaud Wanderley (1940-1945) onde foi empreendida uma reforma urbana considerada como outro marco da modernidade e do desenvolvimento urbano de Campina Grande.

O discurso destes jornalistas inspirados nas admoestações médico-higienistas do século XIX, pareceu-me preocupado não só em propalar um “modo de vida mais culto e adiantado”, como também mais moralizado e regrado.

A restrição e a proibição de hábitos considerados inajustáveis a uma cidade que se pretendia “civilizada” esteve entre as primeiras metas dos que escreveram na imprensa local. Para isto, elegeram valores tradicionais que deveriam ser mantidos, bem como valores novos e civilizados que deveriam ser acatados, ao mesmo tempo em que os “maus-hábitos” remanescentes de uma época na qual o vilarejo não conhecia o progresso deveriam ser banidos, ao lado de “maus-costumes” também trazidos pelo crescimento urbano e pelos forasteiros.

A preocupação em exaltar valores morais e propor métodos para debelar comportamentos considerados imorais e indesejáveis, foi o aspecto dos periódicos campinenses ao qual esta pesquisa se direcionou. Pesquisar estes discursos de valores encontrados na imprensa desta época e examinar a sua trajetória no decorrer das três primeiras décadas do século XX foi o nosso objetivo, pretendendo com isto focalizar como a imprensa participou da formação de uma sensibilidade burguesa e urbana no município.

Em relação aos discursos de moralidades encontrados na imprensa e que são o tema do nosso enfoque, levamos em consideração que Michel Foucault alertou que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.<sup>1</sup>

Analisar um discurso, na visão de Foucault, é fazer desaparecer e reaparecer as contradições, é mostrar o jogo que jogam entre si, é manifestar como se pode exprimi-las, dar-lhe corpo ou emprestar-lhes uma fugidia aparência.<sup>2</sup>

Partindo desses pressupostos teóricos, sob a luz da Análise do Discurso, optamos por analisar a relação de movimentos discursivos através dos quais o sujeito, no momento da construção do texto jornalístico na cidade de Campina Grande, vai articulando estratégias, simulando dizeres e percorrendo caminhos que mantêm relações de sentido e se constituem no momento em que se manifesta o seu procedimento moralista.

Assim, procuramos verificar que em Campina Grande, assim como em outras cidades brasileiras no início do século XX, podemos falar no discurso da modernidade sendo apropriado e enunciado por determinadas pessoas investidas em lugares de poder e de saber e que escreveram nos jornais.

Para conseguir o intento acima exposto, inspiramo-nos em uma das três possibilidades propostas por Michel Foucault (1988) em sua História da sexualidade - a história da constituição dos sujeitos morais, que privilegia o modo pelo qual os indivíduos são convocados a se constituírem em sujeitos da conduta moral almejada, no nosso caso pelos que escreveram na imprensa campinense na época estudada. Este autor filiou-se também a Escola dos Annales e a sua renovação teórico-metodológica.

Na Historiografia brasileira, encontrei em Ronaldo Vainfas (1989) no seu *Trópicos dos Pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*, exemplo de abordagem para observar as regras éticas dos jornais, assim como ele fez com as da Igreja Colonial e das agências de poder empenhadas em difundir as condutas morais e sexuais admitidas ou

---

<sup>1</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso** Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9ª edição, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996 p.08

<sup>2</sup> (Apud Melo 2004 p. 151)

condenadas e os modelos ideais de comportamento. Este autor foi um dos primeiros historiadores brasileiros a contemplar temas típicos das mentalidades propostos pela terceira geração da escola dos Annales e adotar inspirado nela, abordagens da história cultural em objetos já clássicos de nossa historiografia como o período colonial e o século XIX<sup>3</sup>.

A Escola dos Annales cuja proposta teórico-metodológica inspira esta pesquisa revisou e reconstruiu o conceito de homem, de humanidade, de história. Para esta escola, o homem não é só sujeito, consciente, livre, potente criador da história; ele é também, e, em maior medida, resultado, objeto, feito pela história. No tempo histórico, dos Annales, haveria uma consciência opaca, inconsciente, que possui algumas características do tempo natural: constância, regularidade, repetição, ciclos, homogeneidade, quantidade, permanência e reversibilidade. Ao formularem o conceito de “longa duração”, inspirados no conceito de “estrutura social” das ciências sociais, os historiadores dos Annales realizaram uma novidade epistemológica: introduziram a abordagem da repetição, da permanência, em um conhecimento antes limitado à irreversibilidade e à mudança<sup>4</sup>.

A partir da década de setenta do século XX, Michel Foucault exercerá sua influência na Escola dos Annales pela sua obra histórica sobre assuntos novos, como a loucura, a sexualidade, o crime, mas, principalmente, pelas hipóteses e conceitos que apresentou na Arqueologia do Saber, de 1969. Nessa obra, ele faz uma avaliação das propostas da *nouvelle histoire*, enquanto interessada em longos períodos, em estabilidades, em continuidades seculares. Para ele, o que marca a *nouvelle histoire* enquanto “nouvelle” é sua atitude diante do documento, que teria conseqüências revolucionárias para o conhecimento histórico. A história, para Foucault, existe para usar documentos, interrogá-los, com a finalidade de “reconstituir”, a partir deles, o passado que desapareceu atrás deles. A *nouvelle histoire* não quer saber se eles dizem a “verdade”, mas trabalha-os do interior, elabora-os, organiza-os, recorta-os, distribui-os, ordena-os, estabelece séries, define modelos, descreve relações. Os documentos não são mais uma matéria inerte, que, agrupados e criticados, reconstituíram o passado em si. A história nova não era mais a “memória milenar”, que usa os documentos para reencontrar suas

---

<sup>3</sup> (VAINFAS; CARDOSO: 1997, pp.160-161)

<sup>4</sup> (REIS: 2000 p. 21)

lembranças, mas a elaboração de uma materialidade documentária. Como toda sociedade secreta documentos, a história é a que elabora esse material. Enquanto a história tradicional, segundo Foucault, memorizava os “monumentos” do passado, transformando-os em “documentos”; hoje, a história nova transforma documentos em “monumentos”. A história nova tenderia à Arqueologia e-à descrição intrínseca do “monumento”<sup>5</sup>.

As conseqüências dessa mudança de atitude do historiador em relação aos documentos são descritas por Foucault como “revolucionadoras” da história: os períodos longos são verificados por séries documentais. A possibilidade mesma de se conceber um tempo longo teria derivado da possibilidade de estabelecer séries. É porque o documento não é isolado, mas seriável, que se pode conceber uma duração mais longa em história; o estabelecimento de séries possibilitou a concepção da “descontinuidade histórica”. Antes, quando o documento não era seriável, a descontinuidade era o dado pelo documento isolado e aquilo que deveria ser eliminado do discurso histórico. Os eventos dispersos eram o que aparecia nos documentos e eram o que deveria ser superado pela organização em uma “continuidade narrativa”, a partir de uma filosofia da história implícita. A descontinuidade real era suprimida. Hoje, ela se tornou um dos elementos fundamentais do historiador. Ela é uma operação que distingue níveis possíveis de análise, periodizações e métodos específicos de cada uma; a descontinuidade é o resultado da descrição histórica, que revela os limites de um processo, as curvas, as especificidades. O descontínuo deixa de ser um obstáculo e passa a ser uma prática; não deve ser evitado, mas visado; não é mais o “negativo” da leitura histórica, o seu “fracasso”, mas o elemento “positivo”, que determina seu objeto e a vitalidade da análise<sup>6</sup> a possibilidade da série documental levou também ao abandono da história “global” e à realização de uma história “geral”.

A Interdisciplinaridade contínua sendo a orientação central da Escola dos *Annales*; “reunir os saberes” continua sendo o centro do projeto dos *Annales*; mas considerando que ela deve ser praticada sem que a história perca a sua identidade. A Interdisciplinaridade é uma unidade de uma multiplicidade, é um olhar comum e múltiplo. Se antes o lado comum era o mais acentuado, agora, será a especificidade de cada olhar, sem perder o horizonte de convergência, que é enfatizada.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> (REIS, 2000: p124)

<sup>6</sup> (FOUCAULT: 1969 p.124)

<sup>7</sup> (Ibid, p. 128)

Do ponto de vista metodológico, uma das principais precauções de Foucault foi justamente procurar dar conta do nível molecular de exercício do poder sem partir do centro para a periferia, do macro para o micro. Tipo de análise chamada por ele de descendente, no sentido em que deduziria o poder partindo do Estado e procurando ver até onde ele se prolonga nos escalões mais baixos da sociedade, penetra e se reproduz em seus elementos mais atomizados. Não se trata, porém, de minimizar o papel do Estado nas relações de poder existentes em determinada sociedade. O que se pretendia era se insurgir contra a idéia de que o Estado seria o órgão central e único de poder, ou de que a inegável rede de poderes das sociedades modernas seria uma extensão dos efeitos do Estado, um simples prolongamento ou uma simples difusão de seu modo de ação, o que seria destruir a especificidade dos poderes que a análise pretendia focalizar.

Daí, a necessidade de utilizar uma *démarche* inversa: partir da especificidade da questão colocada, que para a genealogia que ele realizou é a dos mecanismos e técnicas infinitesimais de poder que estão intimamente relacionados com a produção de determinados saberes sobre o criminoso, a sexualidade, a doença, a loucura, etc. e analisar como esses micro-poderes, que possuem tecnologia e histórias específicas, se relacionam com o nível mais geral do poder constituído pelo aparelho de Estado. A análise ascendente que Foucault não só propôs, mas realizou, estudou o poder não como uma dominação global e centralizada que se pluraliza, se difunde e repercute nos outros setores da vida social de modo homogêneo, mas como tendo uma existência própria e formas específicas ao nível mais elementar. O Estado não é o ponto de partida necessário, o foco absoluto que estaria na “origem” de todo tipo de poder social e do qual também se deveria partir para explicar a constituição dos saberes nas sociedades capitalistas. Foi muitas vezes fora dele que se instituíram as relações de poder, essenciais para situar a genealogia dos saberes modernos, que, com tecnologias próprias e relativamente autônomas, foram investidas, anexadas, utilizadas, transformadas por formas mais gerais de dominação concentradas no aparelho de estado.

A idéia básica de Foucault é de mostrar que as relações de poder não se passam fundamentalmente nem ao nível do direito, nem da violência; nem são basicamente contratuais, nem unicamente repressiva. A uma concepção negativa, que identifica o poder com o Estado e o considera essencialmente como aparelho repressivo, no sentido em que

seu modo básico de intervenção sobre os cidadãos se daria em forma de violência, coerção, opressão, ele opõe, ou acrescenta, uma concepção positiva que pretende dissociar os termos dominação e repressão.

Para a análise genealógica os dispositivos da sexualidade não são apenas de tipo disciplinar, não atuam unicamente para formar e transformar o indivíduo, pelo controle do tempo, do espaço, da atividade e pela utilização de instrumentos como a vigilância e o exame. Eles também se realizam pela regulação das populações, por um biopoder que age sobre a espécie humana, que considera o conjunto, com o objetivo de assegurar sua existência.

A preocupação com temáticas como a sexualidade vem despertando, principalmente a partir das duas últimas décadas, um interesse cada vez maior por parte dos historiadores. Tendo sido vista através de novos olhares ou, ainda, tem sido objeto de um número crescente de investigações históricas, através dos mais variados enfoques. Tais mudanças se devem, por um lado, aos novos rumos abertos pela história social e pela história das mentalidades, como já foi visto, e, por outro, pela influência da obra de Michel Foucault entre os historiadores, sobretudo a partir da década de 1970.

Dentre a produção histórica sobre sexualidade, profundamente diversificada e até mesmo divergente sob vários aspectos de ordem teórico-metodológica, a sexualidade afirma-se, cada vez mais, como um objeto fundamental na busca da compreensão dos possíveis significados das relações humanas, considerados nos seus mais variados e complexos sentidos. De objeto prioritário e/ou privilegiado em vários campos do saber-tais como a psicanálise, a psicologia, a antropologia-, a sexualidade passa a adquirir um lugar de destaque na história <sup>8</sup>.

Atualmente verificam-se duas possibilidades importantes para as abordagens da sexualidade como objeto da história, embora diversificadas e comportando uma série de matizes. O primeiro caminho orientou-se no sentido de uma história dos discursos sobre o sexo, no qual Foucault representa um marco fundamental, questionando, entre outras coisas, o caráter puramente repressivo de tais discursos. O outro caminho aponta para uma história das vivências e do cotidiano da sexualidade, priorizando o estudo dos comportamentos reveladores dos variados usos do corpo. Verifica-se em pesquisas

---

<sup>8</sup> (ENGEL: 1997 p.297)



recentes sobre a história da sexualidade a tentativa de aliar-se modos distintos e em maior ou menor escala-a avaliação das estratégias disciplinares expressas em diferentes discursos normativos da sexualidade com a investigação das práticas vivenciadas <sup>9</sup>.

Michel Foucault abriu o caminho que pretendemos seguir aqui. A tese central da sua obra sobre a história da sexualidade, é construída em torno do questionamento da “hipótese repressiva”, segundo a qual o século XVII teria representado o marco inicial de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados <sup>10</sup>.

Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso. Foucault contesta tal concepção e sublinha a emergência de uma “verdadeira explosão discursiva” sobre o sexo nos últimos três séculos, argumentando que *muito* mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se tratando, portanto, de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer <sup>11</sup>.

Assim, sem ser propriamente negada, a repressão assume uma outra dimensão e um outro significado: ela não é o elemento essencial para se pensar a questão da sexualidade nas sociedades contemporâneas. Priorizá-la nesse sentido, através da formulação de um discurso crítico, poderia conduzir a uma ilusão de ruptura <sup>12</sup>. Para Foucault, a crítica da repressão poderia revelar-se tanto “como forma mais ardilosa ou mais discreta de poder”.

As teses que impulsionam a história da sexualidade de Michel Foucault são desenvolvidas em torno de um eixo básico: a constatação daquilo que atravessa os tempos e os lugares e a busca incansável no sentido de desvendar o significado mais profundo daquilo que aparentemente permanece:

---

<sup>9</sup> (idem: p298)

<sup>10</sup> (FOUCAULT: 1980 pp70/71)

<sup>11</sup> (IDEM, pp70/71).

<sup>12</sup> (ENGEL: 1997,301).

Inicialmente Foucault pretendia fazer uma “história da sexualidade enquanto experiência”, esta última entendida como “a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade”<sup>13</sup>. Sua pesquisa se restringiria fundamentalmente aos séculos XVIII e XIX, período no qual surgem e se difundem as quatro grandes estratégias a partir das quais os “dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” são produzidos: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Tais estratégias revelariam a própria produção histórica da sexualidade<sup>14</sup>.

Vale lembrar que a palavra sexualidade teria sido utilizada pela primeira vez, em 1859 ou, talvez, em 1845, designando então apenas o(s) caráter (es) do que é sexuado. Antes da elaboração de nossa *scientia sexualis*<sup>15</sup>

No Brasil, as investigações que privilegiam a problemática relativa à construção de uma nova ordem na sociedade brasileira a partir das transformações que marcaram o mundo do trabalho com a extinção das relações escravistas, estão concentrados, sobretudo, no período compreendido entre fins do século XIX e início do XX. Tais estudos revelam como preocupação prioritária a análise da formulação de novas estratégias disciplinares que assegurassem, de forma mais efetiva e eficaz, o controle social num momento caracterizado por mudanças significativas em todas as dimensões da sociedade. Dentre estas estratégias destacam-se, por exemplo, as tentativas empreendidas por alguns setores intelectuais e/ou dirigentes tais como médicos, juristas, higienistas, policiais, administradores, políticos – no sentido de impor padrões morais que normatizassem as condutas sexuais e afetivas do conjunto da população. Os processos criminais apresentam-se como uma das fontes mais ricas para o tratamento dessas questões, especialmente no que se refere à busca de indícios capazes de, por um lado, revelar as atitudes e comportamentos cotidianos e, por outro, viabilizar reflexões em torno da introjeção/rejeição dos valores dominantes pelos setores populares. Outras fontes importantes, e largamente utilizadas, são os escritos médicos, jurídicos, policiais, bem

---

<sup>13</sup> (FOUCAULT: 1984 p.10).

<sup>14</sup> (ENGEL: 1997 p302)

<sup>15</sup> (CORBIN: 1991 p528).

como os relatos de viajantes, cronistas, memorialistas, e as notícias e editoriais publicados em revistas e jornais como é o caso do presente estudo.

Das principais questões abordadas pela produção historiográfica situada no eixo temático da construção de uma ordem burguesa na sociedade brasileira ressalta-se, entre outras, a relação entre os padrões normatizadores e os comportamentos sexuais e afetivos, além da problemática da higiene social e pública (prostituição, mendicância, alcoolismo, jogatina, afrouxamento dos códigos morais e dos costumes, etc.).

Foram estes os pressupostos que nortearam o rumo da nossa pesquisa procurando verificar como a constituição dos saberes médico e higienistas influenciaram as preocupações dos jornalistas sobre a moralidade urbana em Campina Grande.

No capítulo I (*Varões do Progresso e do Bem*) exporemos a consagração das primeiras lideranças políticas da época pela imprensa, bem como a exposição de motivos feita por esta para se cultivar a memória destes personagens da História Campinense pelas gerações pósteras, devido aos valores e qualidades atribuídos a estes cidadãos, pretendemos, ao esquadrihar o tratamento que a imprensa dedicou-lhes, observar quais os “motivos” pelos quais esses personagens mereceriam, segundo os jornais, serem cultuados. Que valores eram exaltados, para assim exercemos o exercício de crítica da ideologia da dominação, dos valores que definiam os papéis sociais, bem como a crítica da visão desta imprensa.

Para a elaboração deste capítulo recorreremos não apenas a artigos de jornais, como também a bibliografia escrita por jornalistas tão assíduos nos jornais campinenses das primeiras décadas como Hortênsio Ribeiro e Cristiano Pimentel, além do livro História de Campina Grande de Elpídio de Almeida. este meu procedimento se deve ao fato de considerar que apenas nos dois últimos capítulos é que abordo o propósito deste trabalho que seria o discurso encontrados nos jornais sobre a higienização e a moralidade pública na cidade.

Procuramos, ao perscrutar estas imagens idealizadas e estereotipadas, contextualizá-las com a formação das elites políticas e basicamente oligárquicas de Campina Grande. Buscamos assim, historiar e temporalizar estas representações destes membros de elite.

Partimos do pressuposto do papel importante da imprensa no processo de formação e consolidação de uma elite dirigente em Campina Grande, bem como o papel de veículo de difusão de idéias e projetos de modernização e moralização.

No Capítulo II (*Em Busca do Paraíso*), vislumbramos propostas de intervenção do Estado e da medicina sanitária por parte da imprensa, sempre justificando esta intervenção como garantia da saúde do corpo social, acreditando que a medicalização da sociedade implicaria na criação de condições ambientais que favorecessem a circulação dos fluídos, para a “formação de personalidades sadias”, evitando epidemias e propiciando progresso.

No Capítulo III (*Vícios Venenosos e Extravagantes*), outros problemas considerados como “sujidades”, desta vez social e moral, bem como as preocupações e propostas dos jornais, são analisadas, na tentativa de apreender quais os interesses que esta imprensa queria salvaguardar e os procedimentos que a mesma considerava como os mais aconselháveis.

Pretendemos assim, expor e analisar a preocupação da imprensa campinense com a moralidade pública e com a exaltação de valores que garantissem a efetivação dos projetos burgueses de modernização.

***Parte I: Varões do Progresso e do Bem***

## ***Capítulo 1: Homens de “Bem”***

Campina Grande surgiu como um aglomerado urbano formado, basicamente, por atividades simples e, também, por tipos sociais de natureza humilde. Segundo Epaminondas Câmara, um dos pioneiros da historiografia desta cidade: a primeira fase do povoado caracterizou-se pela atração: sua feira atraiu almocreves e boiadeiros. A segunda fase, pela adaptação: Aqueles homens, nossos primeiros fregueses, teriam se adaptado às nossas estradas, fazendo do povoado o principal ponto de convergência do interior da capitania. Nossos “matutos” também se adaptaram, identificando-se com os segredos do comércio.<sup>1</sup>

O comércio campinense, basicamente constituído a partir do excedente da produção rural da região, delineou o desenvolvimento urbano de Campina Grande e proporcionou o surgimento e fortalecimento de grupos ligados às atividades comerciais que só no século XX viriam, ao lado dos grandes proprietários rurais, participar da direção política do município.

Assentado sobre os lucros provenientes, principalmente do comércio atacadista do algodão, o comerciante, muitas vezes de origem humilde, enriquecido nos seus empreendimentos comerciais, vai reivindicar nas primeiras décadas deste século, participação na gestão política do município que então se voltasse para os seus interesses.

Procuraremos ver sinteticamente a formação social de Campina Grande até o momento em que, com o seu desenvolvimento urbano-comercial, os comerciantes estabelecidos na cidade se encontraram em condições de concretizar a sua liderança social, de forma econômica e politicamente na cidade.

O sociólogo Rômulo de Araújo Lima afirmou que o senso comum caminha paralelamente ao pensamento científico. Desta sorte, segundo este autor, é que as populações interioranas do Nordeste, a fim de melhor conceituar o espaço ocupado por elas, elaboraram as categorias de “mato” e “rua” para dar conta da distribuição espacial da população. Embora não tendo o rigor acadêmico de categorias como rural e urbano, as

---

<sup>1</sup> (CÂMARA, 1947, P.10).

categorias “rua” e “mato” permitiriam pensar com alguma segurança os espaços sócio-econômicos do interior nordestino.<sup>2</sup>

Rua seria para este sociólogo qualquer aglomerado de casas onde periodicamente as pessoas se encontravam com o objetivo de trocar suas mercadorias, ouvir as novidades ou, simplesmente “prosar”<sup>3</sup>. Por outro lado, o “mato” é um espaço econômico de produção, consistindo naquilo que se poderia denominar zona rural, como, aliás, fez Epaminondas Câmara.<sup>4</sup>

Epaminondas Câmara se utilizou às categorias “mato” e “rua”, esta última se referindo ao núcleo urbano propriamente dito. Enquanto no “mato” se encontraria o latifúndio pastoril, o minifúndio policultor e os engenhos rapadureiros e aguardenteiros.

De acordo com Rômulo de Araújo Lima esta divisão espacial da propriedade e do trabalho implicou numa divisão social do trabalho onde surgiram, compondo a classe dominante, os fazendeiros, os senhores de engenho e os pequenos agricultores a eles associados. Por outro lado, subordinados fazenda são encontrados o vaqueiro, o escravo e o morador, encontrando-se ainda o parceiro. Do mesmo modo, em subordinação ao engenho, encontram-se o escravo, o feitor e o morador. Como categoria relativamente autônoma estão os pequenos agricultores. Vinculados a pequena propriedade e ao grande latifúndio pecuário estão as casas de farinha ou engenhos de farinha de pau<sup>5</sup>. Esta seria, para ele, a “estrutura” social do mato.

Ainda segundo a visão estruturalista deste sociólogo, vê-se compondo com a classe economicamente dominante, fundamentalmente o comerciante, que subordina uma série de estratos tais como: caixeiros, mascates, feirantes, almocreves, artesões, boiadeiros, tangerinos, marchantes e os arrobadores.<sup>6</sup>

Paralelo às duas categorias sociais fundamentais, para Rômulo; fazendeiros e comerciantes, divisão no nosso entender maniqueísta e generalizante, devido aos embricamentos e redefinições entre estes grupos sócio-econômicos, verificando-se casos de personagens que se dedicavam as duas atividades de proprietário rural e de comerciante como foi o caso de Cristiano Lauritzen.

---

<sup>2</sup> (LIMA, 1985, p. 86)

<sup>3</sup> (Idem, p. 86)

<sup>4</sup> (CÂMARA, 1947, p. 10)

<sup>5</sup> (LIMA, 1985, p. 96)

Para Rômulo de Araújo Lima, a originalidade de Epaminondas Câmara estaria em ter encontrado na composição de “classe” de Campina Grande, a distinção entre os dois segmentos do ele chamou de “classe dominante” e que disputavam mutuamente a hegemonia sócio - política, neste município a “burguesia rural” e a “burguesia urbana”.

Este sociólogo ainda afirma que a “burguesia rural” era compostas pelos descendentes dos primitivos colonizadores e eram fazendeiros ligados ao Partido Liberal, sendo para Rômulo de Araújo, “gente retrógrada”, responsável em grande medida pelo “atraso” de Campina Grande enquanto detiveram o poder político. Já a “burguesia urbana” seriam negociantes, gente nova sem nenhum vínculo com o surgimento da povoação, ligados ao Partido Conservador.

Rômulo baseou-se então na divisão que Epaminondas Câmara elaborou para a burguesia local em os *Alicerces de Campina Grande*, onde afirmou que a profissão, o credo político, o habitat, a tradição familiar, conduziam-no à estas distinções, a estes comportamentos estanques: burguesia rural formada por liberais, fazendeiros, descendentes das famílias antigas e a burguesia urbana onde se encontravam conservadores; negociantes, gente de fora.<sup>7</sup>

Esta rígida distinção de burguesia rural e sua “antagonista” a burguesia urbana não levou em consideração, assim como a também a categorização “mato” e “rua”, a complexidade de valores, interesses e atividades que são compartilhados ou não pelos grupos que compõem esta sociedade em constante redefinição, assim como as “fronteiras” entre mato/rural e rua/urbano.

Epaminondas, por exemplo, ironizou com o fato de que os homens identificados à terra pela tradição, pelos sentimentos domésticos, pelas condições mesológicas, os de índole virtualmente conservadora, pertencerem ao partido liberal. Entretanto, na corrente conservadora se encontravam os que vinham de fora, os que não tinham ligação familiar nem estavam vinculados à terra; os que por princípio e por hábitos possuíam as mais recentes idéias renovadoras e as mais puras tendências liberais.<sup>8</sup>

Tal ironia não levou em consideração o fato de que nem sempre as filiações partidárias estariam condicionadas unicamente aos programas daquelas legendas. As

---

<sup>6</sup> (Idem, p. 96)

<sup>7</sup> (CÂMARA, 1943, p. 69)

<sup>8</sup> (Idem, p. 69)



vicissitudes e remanejamentos da política nacional e principalmente da local, influenciaram mais decisivamente nas opções partidárias. No caso destes grupos que aqui abordamos o mais decisivo seria o conflito entre tradicionais famílias de proprietários rurais e os que “vinham de fora”, “do nada” e que também queriam enriquecer e participar da política local.

O já citado Rômulo de Araújo Lima afirmou que se a cidade de Campina Grande não é o resultado da atuação de sua burguesia comercial, sem sombras de dúvida e sem medo de erro é a ela que se deve a pujança campinense. Segundo este autor foram os tropeiros e almocreves, boiadeiros e tangerinos, mascates e marchantes os grandes responsáveis pelo estabelecimento dos vínculos comerciais entre a povoação nascente e o restante da capitania, primeiro, e da província, depois. Ainda para este cientista social a burguesia comercial firmando-se na luta contra os preconceitos dos antigos e contra as dificuldades de mercancia, foi se fazendo senhora da povoação.<sup>9</sup>

Os grupos sociais dominantes, no caso, o que Epaminondas Câmara e Rômulo de Araújo denominaram de burguesia rural, formada pelos proprietários rurais oferecerem resistência em dividir o comando do município com grupos sociais ascendentes: “os que vieram do nada”, os que “um-dia-desses” eram uns “pés-rapados” sem “eira nem beira” que aqui chegaram “puxando uma cachorra” e “com-a-mão-na-frente-outra-atrás”.

Os arraigados valores rurais que só concediam “status” aos donos de terra, fez com que o novo-rico, embora com dinheiro, precisava fazer-se dono de terra. Para firmar-se contra os preconceitos dos conservadores proprietários rurais, muitas vezes somente quando conseguiam casar-se com filhos de famílias tradicionais, o que não era tão fácil, é que lhe seriam conferidos acesso e respeito entre os coronéis.

O comércio em Campina Grande enfatizou a historiadora Josefa Gomes, não se fez à revelia da produção rural, do latifúndio, mas surge como extensão deste. Através do excedente agrícola, e no caso do algodão da grande produção monocultora para o mercado externo.<sup>10</sup>

Esta atividade comercial, para a autora, incrementa-se em Campina Grande a partir do último quartel do século XIX, onde muitos latifundiários se tornaram grandes

---

<sup>9</sup> (LIMA, 1985, p. 97)

<sup>10</sup> (SILVA, 1985, p. 178)

plantadores de algodão, adquirindo bolandeiras para o descaroçamento, havendo registros de pequenos proprietários inserindo-se nesta cultura.

A propriedade da terra enfatizou ainda Josefa Gomes, continuou a ser a principal riqueza, mas evidenciou-se a correlação de forças entre o setor mercantil-algodoeiro e as tradicionais famílias campinenses. A aliança matrimonial formalizava a centralização e concentração de recursos, o que proporcionava para alguns poucos, perspectivas de poder sócio-econômico e político.<sup>11</sup>

Pelo exposto, embora Campina Grande viesse apresentando um considerável desenvolvimento comercial no fim do século XIX, acelerado nas primeiras décadas do século XX, o meio urbano não conseguia romper a dependência para com o meio rural, sendo, até então, pouco abalado o controle político, econômico e social dos proprietários rurais e pecuaristas que se beneficiaram do comércio algodoeiro, influenciando na economia e política locais, nomeando seus familiares e aliados para os mais importantes cargos da burocracia local.

Os comerciantes de algodão procuraram delinear sua importância buscando se impor social e politicamente na cidade, e à medida que conseguia se inserir junto aos grandes proprietários como classe dominante, forjou discursos que pretenderam legitimar e justificar sua posição de liderança em relação às demais camadas da população urbana, como os outros comerciantes que se dedicavam ao comércio por atacado e por varejo de outras mercadorias, como também em relação às camadas mais populares, que lhe vão fornecer mão-de-obra para os seus empreendimentos.

O comércio algodoeiro campinense intensificou-se nas primeiras décadas do século XX propiciando a implantação de serviços como transporte ferroviário em 1907 e luz elétrica em 1920, mudando e moldando a fisionomia urbana através de novas ruas e bairros. Esta atividade comercial criou também, profissões diretamente ligadas as atividades algodoeiras como recebedores ou corretores, classificadores e carregadores. Além de modificar o cotidiano da cidade e propiciar cenas e paisagens urbanas bem peculiares, como por exemplo, o apinhamento de fardos de algodão nas suas principais ruas, o fechamento de negócios em plena rua, a chegada de tropeiros com mulas

---

<sup>11</sup> (Idem, p. 172)

carregadas de algodão provindo do sertão, além da presença de desempregados rurais buscando trabalho na cidade, bem como o surgimento de bares e prostíbulos.

Apesar destas modificações urbanas, alguns valores e formas de diferenciação entre as camadas que compunham a sociedade de Campina Grande persistiram tais como as atividades desempenhadas principalmente as agrícolas, o credo político que deveria ser católico, a tradição familiar quanto mais antiga melhor, o “status”, a honra e a valentia, traduzidas na macheza e na obstinação por gado e terras, o dinheiro de ouro e prata enterrado em botijas ou escondido no colchão ou no baú de couro, o pulso firme de mando e de comando e a fidelidade aos seus padrinhos e aliados políticos.

Tudo isto era observado e exigido dos que pretendiam ascender e ou permanecer entre as lideranças desta sociedade. No final do século XIX e no início do século XX, época de consideráveis modificações no município, como já visto novos tons de distinção e novas imagens idealizadas de homem e de mulher foram reelaboradas atestando um processo que constituiria uma nova configuração de elite.

As lideranças deste período teriam suas imagens construídas tanto de acordo com os ideais da ordem burguesa que os comerciantes e intelectuais da cidade se interessavam em implantar, como também dentro dos valores de legitimação tradicionais exigidos pelas poderosas famílias de proprietários rurais.

Aos líderes mais destacados deste período foram-lhes atribuídos por seus aliados as qualidades valorizadas pela sociedade e disfarçados ou justificados os seus aspectos desabonadores que por sua vez eram prontamente destacados pelas facções rivais.

Os mesmos valores que eram mistos de tradições rurais com novos ideais burgueses de contribuição para a ordem e o progresso eram compartilhados pelas elites cultas, empenhadas em atribuí-las aos seus líderes e a não reconhecerem os rivais como merecedores.

Focalizaremos a seguir alguns membros da elite campinense onde destacaremos certos aspectos para compreendermos quais os valores morais que legitimavam uma liderança social e política em Campina Grande, que deveriam servir ainda de exemplo para as gerações pósteras.

O procedimento será examinar em detalhe os dados biográficos, bem como o que se discursou sobre estas lideranças, quais as imagens que se construíram sobre elas. Assim,

tentaremos clarificar a complexidade dos surgimentos das carreiras, relacionamentos, discursos e procedimentos destes membros da elite urbana, destacando quais eram os valores morais mais apreciados pelos que escreveram sobre eles e que imagens pretenderam construir.

O historiador Jeffrey D. Needell identificou elite como uma definição mais ampla de poder derivado da riqueza, ocupação e status social reconhecido, bem como da posição política e, mais comumente, poder derivado de uma combinação de todos estes fatores.<sup>12</sup>

Utilizaremos a definição de elite deste autor norte americano e, inspirados no seu exame em detalhes dos dados biográficos de celebridades no seu livro *Belle Époque Tropical*, isolaremos sujeitos de destaque, permitindo-nos assim um exame mais pormenorizado dos grupos campinense daquela época e como foram representados pela geração seguinte.

### ***1.1-Aventuras Públicas, Desventuras Íntimas.***

O “gringo” como Cristiano Lauritzein ficou conhecido na localidade de Campina Grande teve sua história iniciada em 1847, na distante Lutlândia, península da Dinamarca, emigrando ainda moço com 21 anos para o Brasil, escolhendo o Nordeste para o exercício de suas atividades comerciais, que era de vender jóias, iniciada na sua terra de nascimento. Depois de percorrer toda a região, anos a fio, decidiu fixar-se em Campina Grande, que lhe pareceu pela observação das condições naturais, o lugar com mais possibilidades de desenvolvimento, se provido dos “recursos necessários”.<sup>13</sup>

O historiador José Joffily, filho do jornalista e amante de geografia Irineu Joffily, que através do seu jornal *Gazeta do Sertão* denunciava os desmandos de Cristiano Lauritzen, contesta todos os autores que se ocuparam da biografia de Cristiano a começar por Elpídio de Almeida e Hortênsio Ribeiro, que, segundo José Joffily, baseado em documentos brasileiros equivocaram-se nos dados.<sup>14</sup>

---

<sup>12</sup> (NEEDELL, 1993, p. 275)

<sup>13</sup> (ALMEIDA, 1979, p. 413)

<sup>14</sup> (JOFFILY, 1982, p. 105)

Segundo José Joffily, os artigos do jornal republicano *Gazeta do Sertão* de propriedade do seu pai, criticavam os abusos dos poderosos e da polícia que envolviam toda classe dominante do município no sentido político e econômico. Cristiano Lauritzen, proprietário do estabelecimento comercial *Casa Inglesa*, veio de “lugarejo tão obscuro de Boddum que não consta nos mapas internacionais, como José Joffily fez questão de frizar”.<sup>15</sup>

Acrescenta ainda este filho de Irineu Joffily um dos maiores desafetos do coronel Cristiano, que o mesmo, durante os 56 anos em que viveu no Brasil, manteve sempre uma sombra de mistério em torno de suas origens e até da própria identidade, entre as quais que se dizia católico, quando na realidade foi batizado na Igreja Luterana de Boddum.<sup>16</sup> Cristiano teria se dito católico para driblar o preconceito e a marginalização de que eram vítimas os não católicos na sociedade campinense no final do século XIX para facilitar sua aceitação por parte das elites, além de garantir o então imprescindível apoio do Monsenhor Sales, prestigiado bispo local.

Outra crítica de José Joffily foi ao fato de Cristiano ter-se “casado naturalizado brasileiro”, quando na realidade só abdicou passivamente da nacionalidade dinamarquesa depois da República. Nunca tendo tomado também iniciativa para naturalizar-se nem para aprender a língua portuguesa. Perante toda a gente passava por “inglês” o que visto por Irineu Joffily como mais um sinal de sua astúcia e do seu engodo, visto que era uma época de hegemonia do imperialismo britânico tangível no Nordeste pela onipresente “The Great Western Brazil Railways Company” e pelo respeitado “The Western Telegraph Company Limited”.<sup>17</sup>

José Joffily contrapõe assim o anglicanismo de Cristiano utilizado por este para tirar proveitos pessoais com uma atitude supostamente oposta de Irineu Joffily frente ao capital estrangeiro, que permaneceu fiel ao seu espírito nativista que reagira ao lusitanismo quando estudante no Recife-PE.<sup>18</sup>

Elpídio de Almeida em sua narração sobre Cristiano Lauritzen nos conta que este deixou-se ficar em Campina Grande. Ao sentir-se em segurança, tratou de contrair núpcias

---

<sup>15</sup> (Idem, p. 105)

<sup>16</sup> (Idem, p. 105).

<sup>17</sup> (Idem, p. 105)

<sup>18</sup> (Idem, p. 105)

e elegeu uma das filhas do proprietário de terras e gado Alexandrino Cavalcanti de Albuquerque, que também era comerciante e presidente da Câmara Municipal. Realizou-se este enlace matrimonial em 1883, consolidando-se definitivamente a ascensão de Cristiano na elite local, melhor casamento não poderia ter feito, visto que seu sogro dispunha de todos os critérios rico, fazendeiro e político, exigidos por aquela sociedade. Enfim, era um dos “mandões” da cidade.

Elpídio de Almeida em seu livro *História de Campina Grande* empenhou-se em traçar uma imagem favorável de Cristiano, onde afirmou que este foi “levado sem se sentir” a tomar parte dos assuntos da administração pública, a interessar-se pelos problemas da comuna, vindo a concorrer apaixonadamente para o desenvolvimento da terra a que se ligara.<sup>19</sup>

O autor acrescenta ainda, que Cristiano Lauritzen já se considerando integrado ao meio, que tinha como sua pátria, não pôde recusar o convite que lhe fez o Juiz de Direito Antônio da Trindade A. Meira Henriques, em 1885, para sucedê-lo na chefia local do Partido Liberal. Aceitando o encargo sem prever os dissabores que iria suportar, sem vislumbrar o cálice que iria sorver no exercício da coisa pública.

Elpídio de Almeida ainda na obra já citada, elogia o espírito forte, forrado de inquebrantável resistência moral de Cristiano, que tendo assumido o compromisso da direção partidária, não esmoreceu ao receber as arremetidas dos adversários, não procurando passar a outrem a função que em suas mãos provocara tanta agressividade.

Entretanto, para Argemiro Figueiredo, filho de seu grande adversário político Cel. Salvino Figueiredo, Cristiano Lauritzen, um estrangeiro (como fez questão de frisar) que chegou aqui e dominou a cidade, e que ainda segundo este entrevistado, Cristiano era protegido por Epitácio Pessoa, não tinha escrúpulos e que era um homem adepto da corrupção e violência como massacrar os eleitores dos seus opositores quando saíam das sessões eleitorais utilizando-se para isso da polícia que estava sob o controle do grupo político liderado por Cristiano e pelo seu sogro Alexandrino.

Confrontando os dois depoimentos, o do Dr. Elpídio de Almeida, francamente favorável ao Cel. Cristiano, com o de Argemiro de Figueiredo, intuímos o grau de

---

<sup>19</sup> (ALMEIDA, 1979, p. 343)

violência da política da época, que seria para a imprensa campinense deste período, decorrente do grau de incivilidade e atraso da região.

A imprensa campinense e os seus mais consagrados jornalistas sempre exaltaram e veneraram personalidades políticas pelo o que estes fizeram pelo progresso e modernização de Campina Grande, como também por seus exemplos de moralidade como homens públicos e pais de família, que segundo estes periódicos era motivo para que suas memórias devesse ser veneradas pelo que representaram neste sentido.

Em *Vultos e Fatos* do renomado jornalista Hortênsio de Souza Ribeiro, compilação de artigos e notas deste autor nas décadas de 30 e 40 do século XX vamos encontrar neste simpatizante do grupo de Epitácio Pessoa e Cristiano Lauritzen. Uma descrição que este era de origem humilde, e, entretanto conseguiu entre nós, com interativo trabalho e a bracejar muitas vezes com desventuras íntimas e públicas a “golpes de incrível audácia” e uma “inquebrantabilidade sem exemplo” galgar as funções eminentes de prefeito municipal e chefe político da cidade de Campina Grande.<sup>20</sup>

A mesma “inquebrantabilidade” não tinham, porém as máquinas em que eram rodados a “*Gazeta do Sertão*” que a “golpes de incrível audácia” teve as suas portas arrombadas e sua galés de paginação e composição empasteladas pela polícia na época comandada pelo genro de Cristiano. Depois de esse jornal ter acusado Alexandrino Cavalcanti e seus dois genros de “trindade de larápios”, sendo um destes genros (Cristiano Lauritzen) era intendente e outro (Probo da Silva Câmara), juiz municipal, estando aí representado segundo José Joffily, o poder nos seus três clássicos ramos: o poder econômico, o poder político e o poder judiciário.<sup>21</sup>

O jornal *Gazeta do Sertão* acusou ainda Cristiano, seu sogro e seu cunhado de “comprar madeiras furtadas da propriedade Bodocongó, na sua edição de 21 de novembro de 1890” e na edição de 20 de fevereiro de 1891, acusou Alexandrino Cavalcanti e Probo Câmara de “falsários de uma enxurrada de moedas de 500 réis”.<sup>22</sup>

Com essa precipitada afoiteza, assevera-nos José Joffily, tomaria consistência a trama para exterminar o valente hebdomadário, que se consolidou com o arrombamento e seu empastelamento em setembro de 1891.

---

<sup>20</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 247)

<sup>21</sup> (JOFFILY, 1982, p. 105)

<sup>22</sup> (Idem, p. 105)

Hortênsio de Sousa Ribeiro, que, como fez questão de afirmar, foi afilhado do Cel. Cristiano, embora tenha optado pela facção adversária, enfatizou, entretanto, o “interativo trabalho” do Cel. Cristiano e o seu “bracejar”, enfatizando assim, que os meios pelos quais Cristiano enriqueceu foram honestos e exemplares, compensando assim o fato de ser estrangeiro e não ser católico.

No seu sobrado, numa loja de fazendas e miudezas na antiga praça da independência, hoje Rua Maciel Pinheiro, Lauritzen comerceou por um espaço de 40 anos.

Deste seu “atilamento” para os negócios, di-lo a prosperidade e o crédito que naquele tempo gozou a *Casa Inglesa* que foi o nome do estabelecimento comercial, enquanto esteve o “probo” e “diligente” Cristiano na direção deste armazém. Hortênsio Ribeiro elogiou ainda o senso prático e a visão das realidades de que ele fez mais tarde tão grandioso cabedal e o desbaratou sem contar na sua tempestuosa vida de político combatente, iniciada no Império com o Partido Conservador.

Este “atilamento” para os negócios, esta probidade e diligência, teve outra leitura na visão dos seus inimigos políticos, como no caso de Irineu Joffily que não comungava com as opiniões de Hortênsio Ribeiro e preferiu salientar outros aspectos do Cel. Cristiano:

(...) "Chegou ele (Cristiano) em Campina Grande com 34 anos e principiou a vida, segundo Irineu Joffily, 'vendendo ouro falso'".<sup>23</sup>

Jóias verdadeiras ou de fantasia, o fato cristalino para José Joffily, é que Cristiano Lauritzen, de pais muitos pobres e de rudimentar instrução, teria levado segundo este autor dois anos como “ladino vendedor” ambulante de quinquilharias até conhecer e casar-se com a filha de Alexandrino Cavalcanti, o mais próspero comerciante e o maior proprietário de terrenos remanescentes de antigas fazendas.

José Joffily continua a nos descrever que Cristiano meio surdo, mas dotado de lábia cativante e desmedida ambição, em pouco tempo assumia a liderança da tradicional

---

<sup>23</sup> (JOFFILY, 1982, p. 106)



família cujo prestígio se fortaleceria por longo tempo, depois que Eptácio Pessoa se projetou no cenário nacional.<sup>24</sup>

O futuro presidente Eptácio Pessoa teria estado nas palavras de Joffily, alguns dias refugiado na fazenda “Cabeça de boi” do, segundo ele, “finório imigrante” Cristiano, com receio das represálias de Floriano Peixoto. Esta fazenda teria também acoitado o famoso cangaceiro Antônio Silvino<sup>25</sup>, o que denuncia à sua rede de compromissos mútuos tanto com poderes instituídos quanto com grupos de contraventores.

Elpídio de Almeida atribui ao que considerou como “espírito forte” de Cristiano, forrado de inquebrantável resistência moral, tendo assumido o compromisso da direção partidária, não esmoreceu ao receber as arremetidas dos adversários, não procurando passar a outrem a função que em suas mãos provocara tanta agressividade. Acima de tudo estaria a obrigação de corresponder à confiança do amigo, bem como a de servir Campina Grande.<sup>26</sup>

Pela ordem que aí foi colocada por Elpídio de Almeida, a obrigação de corresponder à confiança e às expectativas do amigo vindo antes do que a de servir o município, o que nos dá uma idéia da política de compromissos pessoais que foi um dos mais destacados aspectos do coronelismo do interior nordestino.

Com a Proclamação da República foram dissolvidas as Câmaras Municipais e substituídas pelos Conselhos de Intendência. Cristiano Lauritzen foi nomeado Presidente do Conselho em 01 de fevereiro de 1890 e o mandato foi até 21 de abril de 1892. O Presidente do Conselho, naquela época, exercia as funções do executivo, que correspondia hoje a prefeito, isso no tempo de Venâncio Neiva. Como prefeito nomeado, Cel. Cristiano exerceu o mandato no período de 14 de fevereiro a 18 de novembro de 1923, quando veio a falecer<sup>27</sup>. O seu filho Ernani Lauritzen foi nomeado prefeito um ano depois, mantendo assim a direção do município nas mãos desta família.

A permanência do Cel. Cristiano e de seu grupo monarquista e conservador no poder, com a proclamação do regime republicano frustrou e revoltou os republicanos e liberais locais como Irineu Joffily, cuja incompatibilidade com Cristiano “reacionário até

---

<sup>24</sup> (Idem, p. 106)

<sup>25</sup> (Idem, p. 107)

<sup>26</sup> (ALMEIDA, 1979, p. 414)

<sup>27</sup> (Idem, p. 414)

a medula” nas palavras de José Joffily, e que nunca lutara pela abolição dos escravos nem pela República.

Os republicanos locais assistiram inermes a entrega das posições administrativas ao monarquista Cristiano Lauritzen “mestre em ocupar espaços vazios” e aos demais empedernidos adversários da Abolição e da República, que assumiram o governo provisório instaurado no município em 20 de novembro de 1889. Em nota dirigida a todos os cidadãos da comarca que “aderindo assim como o povo desta comarca, a causa da República, povo que em pública reunião os aclamou para constituir o governo provisório desta comarca, nos encarregou da vigilância e manutenção da ordem pública da mesma comarca ao que acederam com satisfação”.<sup>28</sup>

O que mais revoltou os verdadeiros republicanos foi que os signatários da nota acima eram impenitentes monarquistas, como João da Silva Pimentel e Cristiano Lauritzen, tornando um caso de adesismo de última hora. O primeiro dos citados teve ainda, segundo José Joffily, a desfaçatez de destruir a coroa imperial que ornava a fachada da Câmara Municipal.<sup>29</sup>

De qualquer modo, o 15 de Novembro veio fortalecer os monarquistas e os mais retrógrados conservadores de Campina Grande e a população continuou excluída e ignorada, recrudescendo ainda a violenta pressão oficial contra aquela verdadeira trincheira democrática que era o jornal *Gazeta do Sertão*, até o dia do seu selvagem empastelamento, em maio de 1891.<sup>30</sup>

O quadro de melancolia que se abateu sobre Irineu Joffily e Francisco Retumba está relacionado com o fato de que no Brasil a maior parte da elite tradicional aderiu à nova ordem republicana, mesmo porque esta não significou modificações profundas nas estruturas sócio-econômicas predominantes, chegando a República a ser denominada mais tarde de “República dos Coronéis”. As mesmas oligarquias que controlavam municípios do interior das províncias tiveram seu poder e prestígio consolidado e até mesmo reforçado, de acordo com o seu relacionamento com os líderes em ascensão no regime republicano, como foi o caso de Cristiano Lauritzen com Epitácio Pessoa. Ao contrário de desafetos como o jornalista Irineu Joffily e o Cel. Salvino Figueiredo, escritores, como

---

<sup>28</sup> (JOFFILY, 1982, p. 106)

<sup>29</sup> (Idem, p. 106)

<sup>30</sup> (Idem, p. 107)

Hortênsio de Souza Ribeiro e Elpídio de Almeida não pouparam elogios ao Cel. Cristiano. Entre seus elogios está o de como este se comportou, tecendo armas em galhardia nas fileiras do partido a que serviu denodadamente, como registram-nos as crônicas de época, para lição e exemplo de pósteros políticos furta-cores.

Certamente, Hortênsio Ribeiro não considerou como furta-cor o adesismo de última hora do monarquista convicto ao novo regime republicano logo que chegou a Campina Grande a notícia de sua proclamação.

Hortênsio Ribeiro, entretanto, continuou a gabar o Cel. Cristiano salientando-lhe os reais serviços prestados ao desenvolvimento de Campina Grande que culminaram no prolongamento da rede ferroviária até a lombada da Serra da Borborema, a qual Cristiano teria querido mais do que sua Boddun fria e distante.

Segundo ainda este jornalista, Cristiano por duas vezes abalou do seu vilarinho sertanejo, em viagem ao Rio de Janeiro com o propósito deliberado de pleitear junto aos poderes federais a efetivação de um, melhoramento que ele julgava de tanto alcance econômico e político para Campina Grande.<sup>31</sup>

Tanto Hortênsio de Souza Ribeiro como mais tarde Elpídio de Almeida deram destaque para os esforços e desempenho de Cristiano, suas duas viagens ao Rio de Janeiro com o propósito deliberado de pleitear junto aos poderes federais este benefício considerado decisivo para o progresso da cidade.

Valendo-se da recomendação de Venâncio Neiva para o Gal. Almeida Barreto e ao Cel. João Soares Neiva, Cristiano conseguiu levado por estes ilustres paraibanos, chegar à presença do então presidente Marechal Deodoro da Fonseca, a quem expôs a importância do serviço, não só para a cidade, senão também para todo o interior do Estado, voltando já acompanhado dos engenheiros encarregados dos estudos preliminares.<sup>32</sup>

De tal importância é considerada a estrada de ferro para o desenvolvimento do município de Campina Grande que Elpídio de Almeida na sua *História de Campina Grande* dedicou-lhe um capítulo inteiro onde detalha os arrefrescos desta empreitada, forma que este autor encontrou para ressaltar a importância decisiva do Cel. Cristiano para o progresso de Campina Grande.

---

<sup>31</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 107)

<sup>32</sup> (ALMEIDA, 1979, p. 343)

Em 1888, Irineu Joffily ao fundar o seu jornal *Gazeta do Sertão*, o primeiro jornal desta cidade, o que por si já é um atestado do papel da Imprensa Campinense na campanha pela modernização do município, utilizou-se então deste seu veículo para defender com mais insistência o prolongamento da estrada de ferro até Campina Grande, sem dar preferência a traçados desde que chegasse até esta cidade.

Em junho de 1890, no editorial da “*Gazeta*”, Irineu Joffily resumiu assim a sua atuação em defesa do grande melhoramento:

(...) “tem sido a nossa de lenda Cartago, o prolongamento da via férrea Conde D’Eu até essa cidade; e este melhoramento tantas vezes reclamado já peia assembléia provincial em diversas sessões até 1888 e já peia imprensa, é hoje o desejo unânime da população deste Estado”.<sup>33</sup>

A imprensa apresentou-se como porta-voz de anseios de modernização que segundo ela seriam “unânimes” em toda a população do Estado, para isto embora mantivesse um clima de animosidade com o Cel. Cristiano Lauritzen e ao seu grupo, não hesitou em noticiar o êxito da viagem de Cristiano à capital federal. Não vacilou Irineu Joffily em registrar peias colunas do seu jornal de 18/07/1890, entusiasticamente, a exposição feita pelo seu irreconciliável adversário:

(...) "As nossas felicitações são exclusivamente dirigidas ao cidadão Cristiano Lauritzen, porque ninguém como ele e nós, filhos desta terra, compreende o alcance de semelhante media. O presidente da Intendência desta cidade, expondo-nos detalhadamente as dificuldades que encontrou os esforços empregados, convenceu-nos de seu amor a esta terra, resgatando assim todas as suas faltas de homem político até hoje." (...) <sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> (Idem, p. 343)

<sup>34</sup> (Idem, p. 344).

Elpídio de Almeida transcreveu este trecho da “*Gazeta*” em seu livro, para demonstrar que, no interesse da terra comum, “confraternizavam-se” momentaneamente, os ferrenhos lidadores sempre situados em campos opostos. Elpídio buscou demonstrar assim no reconhecimento dos desafetos do Cel. Cristiano, reforço para a importância da modernização como um bem para todos e a atribuição de méritos para o Cel. Cristiano de quem Elpídio construiu uma imagem idealizada e exemplar.<sup>35</sup>

Empenhado na construção desta imagem, Elpídio descreve em minúcias todo o empenho e determinação para conseguir este bem público que só foi conseguido graças a persistência diante do desinteresse dos altos escalões do governo federal. Demonstra É assim, que o Cel. Cristiano embora estrangeiro, teve mais “amor” a terra do que “legítimos” campinenses que sempre brandiam esta condição nas campanhas políticas para desvalorizar candidatos forasteiros, entretanto, uma vez eleitos não se empenhavam em defender os considerados legítimos interesses de Campina Grande.

Portanto, Elpídio de Almeida se interessou em descrever que o Cel. Cristiano diante das objeções dos representantes do governo federal ao tão pleiteado prolongamento férreo lembrou-os que como paulistas e brasileiros não se envergonhavam de que um estrangeiro, conquanto brasileiro naturalizado veio de tão longe, do fundo de um lugarejo perdido nos sertões do Brasil e advogou perante o governo do país a realização de um benefício de utilidade geral, com sacrifícios das suas economias de pequeno comerciante, e ainda tenha de arrostar com o desdém manifesto de um órgão do poder público como o historiador e ex-prefeito Elpídio de Almeida fez questão de frisar.<sup>36</sup>

O sucesso e a receptividade do feito maior de Cristiano Lauritzen ainda nos é narrado por este seu outro correligionário que foi o jornalista Hortênsio Ribeiro que narrou no *Anuário da Paraíba* de 1934, que anos depois numa tarde em Campina Grande, viu-se um espetáculo inédito na rua mais pública da cidade, Cristiano tirou o paletó e saiu de casa em casa convidando indistintamente a todos, inclusive os seus mais encarniçados adversários, para uma festa de caráter público que ele promovia em regozijo à assinatura do decreto que mandara efetuar o prolongamento da linha de ferro até Campina Grande, conforme telegrama recebido da Great Western Railway Company, que ele mostrou

---

<sup>35</sup> (Idem, p. 344)

<sup>36</sup> (Idem, p. 344)

entusiasticamente ao povo, e no qual se anunciava a decisão da Diretoria em Londres, mandando atacar os serviços da estrada.

Ainda de acordo com este autor que empenhava-se em relembrar a importância da obra para Campina Grande e a relevância de Cristiano

(...) "A alegria pública assumiu um caráter como nunca se notara em Campina Grande. O comércio cerrou suas portas e foguetes estalaram no ar. A banda marcial atropou as ruas com os seus dobrados retumbantes. A cidade encheu-se do povo. Oradores entusiastas em frente ao palacete de Cristiano, que ouvia de corneta acústica colada as orelhas, devido a surdez que o acometera, mas que jovial aparteia o orador, quando este perorava a quem devíamos o melhoramento: aos engenheiros! Aportou dando mais uma demonstração da sua elegância."<sup>37</sup>

O fato de ser estrangeiro vindo de uma Europa que serviu de modelo e meta para as suas ex-colônias, longe de desmerecê-lo, como queriam seus adversários, valorizava-o para seus correligionários e aliados políticos para quem Cristiano, como o herói Prometeu, trouxe a luz da civilização para este sertão. Entretanto, não discorreram seus apologistas na adesão de Cristiano à arcaica estrutura coronelista e aos meios arbitrários pelos quais se manteve no poder municipal por 19 anos. Para Hortênsio Ribeiro, o que importava era o fato de Cristiano ser "homem de ação", "no sentido integral da palavra", porém sensível, se comovendo diante das dores públicas e do sofrimento alheio.<sup>38</sup>

Para Hortênsio Ribeiro o líder ideal deveria então ser um homem forte, determinado e de fibra, mas compadecido das desgraças alheias, nunca negar-se aos que dele precisassem qualidades em que os políticos pósteros deveriam mirar-se.

As facetas de autoritário e durão, mas, simultaneamente paternalista e populista, caracterizavam os políticos identificados com o coronelismo nos meios rurais e com o populismo nos crescentes meios urbanos brasileiros. Getúlio Vargas, o político de maior evidência nacional na época em que Hortênsio Ribeiro escreveu estas suas linhas, ficou relacionado a estas características. A grande base de apoio ao getulismo no estado da Paraíba, que era Argemiro de Figueiredo, cultivava também uma imagem nitidamente populista, conciliando-a com tradições coronelistas.

---

<sup>37</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 249).

<sup>38</sup> (Idem, p. 250)

Hortênsio Ribeiro ligou-se ao getulismo aqui representado por Argemiro de Figueiredo e utilizou-se de sua pena em favor desta tendência política. Argemiro, para ele, por ter realizado uma obra de importância vital para o desenvolvimento da cidade, - o abastecimento d'água -, passou a ser digno, segundo ele, de figurar ao lado do outro grande benfeitor que foi o Cel. Cristiano. Dois homens para ele, com “vontade de aço” e “gênio de ação”.<sup>39</sup>

Campina Grande para este jornalista precisava de um “homem” de verdade, como o foi o Cel. Cristiano, para isto fez questão de narrar um fato em que exemplifica e tenta justificar a concentração de poder nas mãos de um governante.

Neste episódio, Hortênsio Ribeiro relata orgulhosamente que certa vez desceu um almocreve de Jericó com sua "recua" de muares regulando ao peso dos surrões de couro ajoujados, quando ao penetrar no município de Campina Grande, exatores fiscais lhe prenderam o comboio de mercadorias.

Por não conhecer ninguém nesta cidade, este infeliz tropeiro ficou num desespero de “tomar benção às ticacas”. Na iminência de uma detenção corporal, contou-nos Hortênsio Ribeiro, sem “vivalma” que lhe valesse e o abonasse na conjuntura, indagou ao primeiro topado quem era o “homem” deste lugar. Sem hesitar deram-lhe o nome e apontaram-lhe a morada. Uma hora depois, o pobre comboieiro volvia do sítio de Cristiano, sua residência de verão, com a mercadoria desembaraçada e imune à qualquer vexação, o que nos alude as relações clientelistas deste chefe político.

O episódio expressa o grau de ingerência do mandonismo sobre instituições formais de governo, o quanto eram fracas diante dos coronéis locais, que “faziam-o-que-queriam”, era “quem mandava”, enfim era mesmo o “homem” na acepção de símbolo de poder e mando.

Hortênsio Ribeiro e Elpídio de Almeida, jornalistas e historiadores que tanto alardeavam pelo progresso e modernização da cidade através de obras públicas, não estendiam estes ideais para modificações na estrutura predominantemente oligárquica e coronelista, mesmo por que ambos pertenciam a tradicionais oligarquias.

Para estes escritores, o Cel. Cristiano era um exemplo a ser seguido, por ter sido um homem que reuniu qualidades e valores apreciados em suas épocas, pela sociedade em

---

<sup>39</sup> (Idem, p. 250)

que viveu como o de ser um homem público íntegro e ilibado, além de marido devotado e exemplar, pelo menos na concepção conservadora e moralista destes seus afilhados políticos.

A mesma opinião não era, entretanto, compartilhada pelo jornalista Joffily e seu sócio o engenheiro Francisco Retumba, ambos utilizaram-se do seu jornal *Gazeta do Sertão* para levar a público, graves denúncias contra Cristiano, do seu sogro Alexandrino e do seu cunhado, que juntos teriam promovido uma série de desmandos, beneficiados que estavam pelos seus cargos.<sup>40</sup>

A *Gazeta do Sertão* engajou-se no que chamou de “luta pelos oprimidos”, oferecendo suas páginas a todos os ameaçados e prometia empregar todos os esforços para que a justiça fosse garantida e respeitado o direito de cada um. Promessa muito presunçosa, haja vista que a justiça era controlada pelo próprio grupo responsável pelas arbitrariedades.

Entre os casos apresentados por este órgão de imprensa está o de “Maria Francisco do Carmo, viúva e pobre ameaçada pelo delegado de polícia, Cel.”. Alexandrino Cavalcanti (sogro de Cristiano), de usurpá-la de uma parte no pequeno sítio denominado “nascimento.”<sup>41</sup>

O Cel. Alexandrino Cavalcanti aparece em outras denúncias deste jornal sempre acusado de se utilizar do seu cargo de delegado de polícia para usurpar bens e praticar violências contra pobres sitiados. Foi o caso de João Pereira, noticiado em 21/12/1888, apresentado como “pobre e honrado pai de família”, que viu a sua casa ser invadida pelo delegado de polícia que pretendia apoderar-se da pequena terra que teria pertencido a seus pais no lugar Capim-Puba, coagindo sob ameaça de prisão e “surra de facão”.<sup>42</sup>

A mesma violência teria sofrido Jovino de Barros Brandão, segundo a “*Gazeta*” de 04/11/1889, no lugar denominado “Açude do Mudo”, pelo delegado que o ameaçou com a prisão dos filhos para o recrutamento. “A *Gazeta*” finalizou esta denúncia comunicando que como se tratou de um abuso de poder cometido com o assentimento ao que parece das autoridades superiores,

---

<sup>40</sup> (JOFFILY, 1982, p. 136)

<sup>41</sup> (Idem, p. 117)

<sup>42</sup> (Idem, p. 117)



(...) “contamos com o auxílio da imprensa da capital, que invocamos em nome dos oprimidos”.<sup>43</sup>

Este jornal tinha como motivos para acreditar no assentimento de autoridades superiores, o fato do Cel. Alexandrino ter como genros o Intendente do município, Cel. Cristiano, e o Juiz Municipal, Probo da Silva Câmara, "trindade de larápios" no dizer da "*Gazeta*" (na mesma edição de 04/11/1889), que agiam com cumplicidade, além disso, o governador provincial era também um dos seus aliados.

Nos números seguintes da "*Gazeta*" são encontrados mais denúncias contra o sogro de Cristiano, como esta publicada em 07/06/1889, relatando que a polícia comandada por Alexandrino desrespeitou o "hábeas corpus" em favor de Manuel Felipe, vulgo Néa.<sup>44</sup>

Mais diretamente denúncias contra o intendente do município, Cel. Cristiano, apareceu na edição de 14/06/1889 onde se protesta contra a despedida do serviço do açude público de Balduino Gomes da Silveira, "homem pobríssimo" e carregado de "numerosa família", salienta ainda a matéria.<sup>45</sup>

Irineu Joffily narrou que outros periódicos tinham garantido a sua manutenção com verbas oficiais, a exemplo do *Jornal da Paraíba*, do Barão de Abiaí. Os dois diretores da *Gazeta do Sertão*, por terem sido do pólo oposto, gastavam dinheiro para combater o governo do município, o da província e o da corte.<sup>46</sup>

Sendo assim, assegurou este autor que a breve existência de todo um jornal de oposição estava entre as portas de irrecorrível dilema: falência ou empastelamento.<sup>47</sup>

A falta de verbas foi um dos principais motivos expostos por José Joffily para explicar a breve existência do jornal do seu pai. Principalmente depois, segundo ele depois que morreu seu sócio Francisco Retumba em 1889.

Irineu Joffily vendo-se sozinho, os seus adversários se transfiguraram em ferozes inimigos que contra-atacavam pela imprensa da capital e pelo boicote da *Gazeta do Sertão* através das pressões de Cristiano Lauritzen sobre os anunciantes.<sup>48</sup>

---

<sup>43</sup> (Idem, p. 118)

<sup>44</sup> (Idem, p. 118)

<sup>45</sup> (Idem, p. 118)

<sup>46</sup> (Idem, p. 118)

Reagiu o jornal, cobrindo o “gringo” de imenso ridículo, narra-nos José Joffily<sup>49</sup>. Acusava-o de ser um voraz caça-níquel capaz de todas as violências e mistificações.

Para sobreviver, restou ao jornal de Joffily tão somente, a venda entre escassos feirantes do sábado, além de longínquos leitores do cariri e do sertão.

A venda avulsa não cobria nem sequer o preço do papel. O declínio de matérias pagas acarretou constantes prejuízos agravados pelas despesas de pagamentos dos impostos prediais, comerciais (tipografia) e de escritório advocatício.

Contrair empréstimos bancários não havia segundo José Joffily onde. E os agiotas cobravam “o juro hediondo” de 5% ao mês, conforme apontado no Relatório de Francisco Retumba para o Estado da Paraíba.<sup>50</sup>

A intimidação dos adversários liderados pelo Cel. Cristiano e a crise política acabaram na liquidação e empastelamento da primeira experiência de jornalismo impresso em Campina Grande.

A *Gazeta do Sertão* deixou uma imagem negativa do Cel. Cristiano, enquanto homem público, político e comerciante, acusando-o de ser violento e desonesto. Desconstruindo assim, a imagem idealizada que os órgãos de imprensa surgidos posteriormente, procuraram lhe atribuir. Para a “*Gazeta*” se o líder político ideal deveria ser incorruptível e ilibado, Cristiano então não corresponderia a tais expectativas, nem serviria de modelo a ser seguido pelas novas gerações de políticos.

Deslocando o nosso olhar para a vida íntima do Cel. Cristiano, segundo o que nos rememorou dela, Hortênsio Ribeiro, procuraremos entrever o que era elogiável de acordo com os valores desse jornalista.

Para Hortênsio Ribeiro, a vida conjugal do Cel. Cristiano era ilibada, como convinha a um cidadão digno de dirigir um município e poderia ser definida num só traço: nunca teria desconsiderado sua esposa. Teria sim, amado-há por 32 anos com o mesmo afeto do dia do seu depositário. Cristiano teria sido um cônjuge entusiasta; todas as alegrias de sua vida se resumiram em Dona Sinhá, que era o nome íntimo que Cristiano dava à sua consorte, Dona Elvira Lauritzen, segundo as palavras daquele fervoroso

---

<sup>47</sup> (Idem, p. 119)

<sup>48</sup> (Idem, p. 119)

<sup>49</sup> (Idem, p. 122)

<sup>50</sup> (Idem. P. 122)

jornalista católico. Não deixando assim, corromper-se pelos hábitos adúlteros comuns no Brasil desde os tempos coloniais, oriundos da tradição patriarcal.

Tanta ênfase no modo de pensar do Cel. Cristiano seria uma tentativa de rebater as críticas, por ser Cristiano um não-católico, um homem não dado a frequentar igreja, o que era mal visto por aquela população católica que discriminava quem não o fosse. Colocando desta forma, Hortênsio Ribeiro procurou atenuar este lado desabonador para os valores de sua época.

Tamanha era a importância dada a uma opção religiosa, que poderia comprometer uma carreira política, a aceitação social e até mesmo sua memória nas sociedades interioranas, principalmente nos fins do Império e início da República, onde teriam se aguçado as hostilidades entre positivistas e católicos. Quem se confessasse ateu perderia o direito até ao túmulo do cemitério e ao repique fúnebre dos sinos.<sup>51</sup>

Hortênsio Ribeiro procurou ainda servir-se de passagens da vida de Cristiano, em que ficariam evidenciados a sua sensibilidade para atenuar a imagem fria, racional e circunspecta do dinamarquês, que talvez fosse estranhada pela população local, que atribuía tal comportamento insensível ao fato de Cristiano “não ser homem de viver em igreja”, de não ser comumente visto na missa dominical, como seu adversário o Cel. Salvino Figueiredo. Hortênsio Ribeiro, sublinhando a emotividade reservada de Cristiano, buscou assim, diminuir a distância de hábitos entre o dinamarquês e a população sertaneja.

Hortênsio Ribeiro serviu-se de passagens da vida de Cristiano Lauritzen, como a morte de seu filho e de sua esposa, para descrever com detalhes a capacidade de Cristiano de se emocionar.

Para comprovar suas conclusões sobre Cristiano, Hortênsio Ribeiro documenta com uma carta que recebeu deste seu ícone, onde este lhe fala que quase acompanhou a sua adorada mulher à sepultura, segundo suas próprias palavras, por lhe parecer a vida impossível sem ela que, durante 32 anos, foi a companheira mais dedicada e fiel que lhe seria dado encontrar, sabendo que isto não poderia ser compreendido por natureza diferente da sua.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> (Idem, p. 122)

<sup>52</sup> (Idem, p. 122)

Pelo seu comportamento reservado, Cristiano poderia ter sido visto como frio e insensível, por uma população habituada com largas demonstrações de dor por parte de enlutados. Mas, para Hortênsio Ribeiro, se Cristiano era um “homem diferente”, *era sim da mediocridade que atulha escolas e academias, intervém nos Estados e superintende. Populações*<sup>53</sup>

Este jornalista escreveu ainda, que pelo que ouviu da boca do próprio Cristiano, que dois grandes amores lhe encheram a vida tão acerbamente cortada de revezes: o amor da família e a sua dedicação sem limites ao Dr. Epitácio Pessoa, chefe da oligarquia Pessoa de Queiroz, que dominou a Paraíba durante a República Velha. Pelo qual, raros homens, enfatiza Hortênsio Ribeiro, teriam cultuado no Brasil o reconhecimento a um grande nome, com ardor igual ao que Cristiano nutriu pelo iminente político paraibano.<sup>54</sup>

Hortênsio Ribeiro convenceu-se ainda que o ex-presidente da república lhe correspondeu com apego idêntico, como comprovado por um sem-número de circunstâncias ocorridas na vida partidária da Paraíba, na vigência da organização política dirigida no Estado pelo Sr. Epitácio Pessoa. Ocorreram neste íterim, um sem número de circunstâncias que “sobejamente” comprovariam a lealdade e honra de compromissos entre esses dois líderes políticos.

Na ocasião da morte de Cristiano Lauritzen, em agradecimento à comunicação que Hortênsio Ribeiro fez ao ex-senador paraibano, informando-o do falecimento, recebeu do presidente Epitácio Pessoa um despacho datado de 19 de novembro de 1923, onde agradeceu o telegrama de condolências de seu “velho e querido” Cristiano.

Hortênsio Ribeiro acreditou que por estes termos tocantes em que o despacho está redigido, por um homem, segundo ele, da “infibratura” de Epitácio Pessoa, vê-se o grau de afeição que os unia.

No ano de 1937, quando Hortênsio Ribeiro rememorou o que ele considerava como dois exemplos de “verdadeiros” líderes políticos, de um tempo onde ainda havia lealdade e compromisso, típicos do coronelismo, ele dirigia suas críticas aos políticos que trocavam de lado e traíam seus correligionários ao sabor de suas conveniências pessoais, não respeitando compromissos que haviam firmado com seus apadrinhados.

---

<sup>53</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 174)

<sup>54</sup> (Idem, p.251)

Elpídio de Almeida <sup>55</sup>, por exemplo nos descortina mais alguma coisa desta afeição de Cristiano por Eptácio ao narrar que, nos 33 anos em que foi chefe político em Campina Grande, sendo doze na oposição, permaneceu Cristiano no mesmo lugar, ocupando o mesmo posto, “obedecendo” aos mesmos dirigentes partidários. Tendo começado com Venâncio Neiva e Eptácio Pessoa em 1890, findou com os mesmos em 1923, ao expirar. Caracterizando-se na vida pública pela lealdade, pela firmeza, pela constância, pelo respeito aos compromissos, sem olhar as conveniências nem as vantagens pessoais. Os defeitos políticos que lhe assacavam, hoje virtudes, seriam para este autor defeitos da política daquele tempo.

Esta lealdade, firmeza, constância e respeito aos compromissos de Cristiano foi extremamente benéfica politicamente, porque lhe permitiu permanecer dezenove anos contínuos à frente da prefeitura, cargo de nomeação do governo do Estado, o que teria “recompensado” a sua fidelidade. Desta forma, mesmo quando perdia sua reeleição nas urnas, era reconduzido ao poder municipal, através da política do “ganha-mais-não-leva”, posta em prática pelos governadores, quando insatisfeitos com os resultados eleitorais nos municípios.

Na tentativa de esboçar um perfil positivo do Cel. Cristiano, Elpídio também não esclareceu o que ele considerou como “defeitos” políticos de uma época, que poderiam ser considerados “virtudes” em outra.

Continuou o autor de *História de Campina Grande* a descrever a sua admiração por Cristiano, por este ter merecido desde o ingresso na política, ao alvorecer da República, a estima e a confiança de Eptácio Pessoa. Onde quer que estivesse, e por mais alta que fosse a posição ocupada, jamais lhe faltou o grande brasileiro e o maior paraibano de todos os tempos, segundo as palavras de Elpídio, nenhuma só vez falhou com as atenções denunciadoras de verdadeira amizade. <sup>56</sup>

Em 28 de fevereiro de 1934, em carta enviada a Hortênsio Ribeiro, Eptácio Pessoa, já afastado da política e recolhido à tranqüilidade do seu lar, comprazendo-se em recordar os amigos que lhe foram leais, estende-se em lembranças a Cristiano, onde fala de sua ligação com o coronel pela mais estreita solidariedade e, mais tarde, unidos

---

<sup>55</sup> (ALMEIDA, 1979, p. 420)

<sup>56</sup> (Idem, p. 420)

pelo afeto mais desinteressado, por uma amizade. Que o tempo e as vicissitudes da política não fizeram senão estreitar e fortalecer, como rememora Epitácio:

(...) "fazia-me alvo de um zelo, de uma dedicação de extremos e carinhos que nunca manifestava por qualquer político".<sup>57</sup>

Seja como for esta relação de compromissos e lealdades foi muito bem usufruída por ambos. Epitácio Pessoa, ainda quando deputado federal, esteve por alguns dias *refugiado na fazenda "Cabeça de Boi" que, segundo José Joffily : Epitácio Pessoa, "Finório Imigrante", estava receoso das represálias de Floriano Peixoto*<sup>58</sup>. Esta fazenda já, antes, teria "acoitado" em sua casa-grande o famoso cangaceiro Antônio Silvino, protegido que era de Alexandrino Cavalcante e do Cel. Cristiano.

Uma vez no governo da Província e mais tarde do país, Epitácio teve em Cristiano garantia de currais eleitorais que lhe serviram de base na Paraíba. Em troca Cel. Cristiano e seu grupo gozavam de proteção federal.

Cristiano fez do seu jornal *Correio de Campina* um veículo dos ideais do seu grupo, como o de exigir um monumento em homenagem à Epitácio. Utilizou-se até para combater as campanhas do jornal de oposição *A Razão*, do seu adversário Cel. Salvino e que teria sucedido o jornal *15 de Novembro*, na defesa de ideais republicanos.<sup>59</sup>

Epitácio Soares em 1957, no seu artigo *História da imprensa Campinense*, publicado no número inaugural do primeiro jornal diário da cidade- *O Diário da Borborema*, lembrou que em 1913, surgiu *A Razão*, de propriedade do líder da oposição a Cristiano, o Cel. Salvino. Estes jornais priorizavam os interesses políticos-ideológicos dos grupos que o financiavam. Sendo utilizados para criticar de forma ferrenha os adversários. O surgimento de jornais em Campina Grande desde o final do século XIX, como a *Gazeta do Sertão*, evidenciou que naquela época as elites políticas e intelectuais formadas em Direito no Recife, sobretudo as últimas, perseguiram ideais de cultura e modernização do meio em que viviam, procurando aprimorar os seus conhecimentos e divulgar suas opiniões através do traquejo literário nas colunas dos jornais.

---

<sup>57</sup> (Idem, p. 423)

<sup>58</sup> (Idem, p. 423)

<sup>59</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 281)

## *1.2- Caboclo - de - Clã*

Veremos agora a trajetória do Coronel Salvino de Souza Figueiredo (1868-1941), liderança reconhecida da oposição em sua época, e que, segundo a pesquisa de Josefa Gomes sobre sua biografia era filho de médio proprietário, sem quase instrução. Era, contudo, de raro poder de observação e politicamente ambicioso, freqüentador assíduo de missas dominicais na matriz de Campina Grande onde aproveitava a oportunidade para promover contatos com pessoas influentes e políticos. Nesses encontros demonstrava “vivacidade de espírito e firmeza de atitudes”, porém a sua integração na sociedade campinense teria se dado através de casamentos que favoreceram a sua ascensão social e econômica. Além de proprietário rural, estabeleceu-se na Rua Irineu Joffilly, no então promissor comércio de compra e venda de algodão em rama e pluma e, ingressando mais tarde na política, foi um batalhador incansável de seus ideais, dedicando-se intensamente a esta prática, deixando os negócios para segundo plano <sup>60</sup>.

Ao acompanharmos a ascensão de Salvino Figueiredo vemos o quanto ele foi atuante e fruidor das condições que se lhe apresentavam o que compensava a sua “quase-sem-instrução”, aspecto comum em quase todos os comerciantes e latifundiários da época. Como era rara e pouco valorizada; nesta região a instrução na época, não se estranhava o fato de homens ricos e dirigentes políticos serem analfabetos, sendo valorizado por esta sociedade mais o conhecimento empírico, a experiência de vida, o “tino comercial” nas atividades econômicas, a cultura erudita era mais imprescindível nos fechados meios intelectuais e burocráticos.

Cristino Pimentel que se orgulhou de ter conhecido o Cel. Salvino Figueiredo recordou carinhosamente que este era uma dessas figuras de trato e consciência política, sem muita instrução, é verdade, e que não media esforços para servir a principal causa segundo este autor da sua queda econômica. Cristino ainda não deixou de observar que Salvino tinha:

---

<sup>60</sup> (SILVA, 1985, p.p. 167-169)

“A tez morena de nordestino tostado de sol, a voz fibrosa, os olhos vivos, de espírito ainda mais vivo e a têmpera de um habitante do cariri. Caboclo de cl , bondoso, atencioso, conversador seguro do que dizia. Como homem de partido, não houve mais dedicado nem trabalhador”<sup>61</sup>.

Nestas linhas em que se ressaltam as qualidades elogi veis de Salvino, talvez exista uma sutil censura de Cristiano aos políticos da época desta publicação-1958, que não portariam mais bondade, nem devoção ao seu partido e somente aos seus interesses pessoais. Continua Cristiano informando que:

(...) "O partido dos 'Bacuraus' (Partido Republicano Conservador) tinha nele o seu esteio mais forte, sabendo lidar com eleitores e ajeitando-se com eles como g meos que se entendem muito bem. (...) Batendo-se como um bravo pelos seus ideais, sonhando em tomar as rédeas do poder municipal".<sup>62</sup>

Este “saber lidar com eleitores e” “ajeitando-se com eles como g meos” em um lugar e época na qual a política era caracterizada peio clientelismo e bases eleitorais eram confundidos com currais eleitorais, onde predominavam os votos de cabresto, bem como simpatias e afeições pessoais, nos faz acreditar que Salvino sabia como tirar vantagens dos vícios eleitorais do seu tempo.

Para Virginius Gama e Melo, sendo Salvino Figueiredo um homem de aguerrido, era, portanto merecedor do título de guerra que era o de Capitão, que seria, ainda para Virginius, o que havia de maior, como Capitão Ant nio Silvino e Lampião, merecedores de tal patente devido ao “seu grande poder de comando”<sup>63</sup> Que poderia ser lido por nós como formas hábeis de exercer subjug  es.

---

<sup>61</sup> (PIMENTEL, 1958, p. 146)

<sup>62</sup> (Idem)

<sup>63</sup> (DINO , 1993, p. 188)



Ainda externando tal qual Cristino Pimentel, sua admiração pelo Cel. Salvino e a saudade a ele devotada, Virginius enfatizou as qualidades no seu dizer, aristocráticas de Salvino, que deveriam ser imitadas e através das quais podemos observar qual o estereótipo mais idealizado por este escritor.

(...) “Era um cavalheiro com muita virtude medieval. Ninguém teria sido mais gentil, mais cortês. Uma elegância simples, viril, de senhor rural, castelão, que mesmo sem castelo continuava o grande senhor e que em qualquer traje estava como num modelo. Era inalterável o seu gesto de saudação, sempre o mesmo, o mesmo porte, a mesma lhaneza de costumes de antigos cavalheiros europeus, na fidalguia de títulos e espírito. A cor escura de mameluco, lembrando o parentesco com os caboclos de Matão de quem se orgulhava tanto, o tipo moreno, mediano. E os cabelos finíssimos, brancos, aristocratizando a finura de traços regulares, simpáticos, bonitos. Um brasileiro. A mobilidade graciosa quando cumprimentava as pessoas ou quando cavalgava — talvez em ambas as situações, querendo conquistar o ser vivo, o semelhante”.<sup>64</sup>

As qualidades atribuídas por Virginius ao Cel. Salvino tais como gentileza, cortesia, elegância, virilidade, lhaneza de costumes e maneiras dos antigos cavaleiros europeus, brasilidade, cor escura de mameluco, configurando uma imagem idealizada para Virginius, se contraporia ao líder da facção rival Cristiano Lauritzen, com quem as comparações seriam inevitáveis, por ser “gringo”, branco e dinamarquês faltando, então, “brasilidade”, “cor escura de mameluco”, raízes no país e na região, cujos modos frios e formais de europeus diante do eleitorado, identificados com tradicionais relações de compadrio com os políticos.

A censura de Virginius atingia também a todos os “forasteiros” que “vieram-não-se-sabe-de-onde” e que no decorrer do século XX, disputavam eleições com os verdadeiros “filhos-da-terra”. Esta tendência xenofóbica sempre foi acionada entre adversários políticos nas campanhas eleitorais em Campina Grande.

---

<sup>64</sup> (Idem, p. 188)

Virginius Gama e Melo ainda nos descreveu quais foram as preocupações e expectativas de um homem como Salvino Figueiredo, sempre na espera do aumento incerto do gado, da colheita, que poderia ser boa ou má, caso houvesse inverno, que por sua vez poderia vir ou não, a espera também do aprisionamento de António Silvino, cangaceiro que desacatava os fazendeiros da época, da mesma forma esperava a vitória eleitoral, a vitória política. A espera do bem que desejava fazer e não podia.

Virginius descreveu então Salvino como um líder benevolente e benfeitor, portanto, um legítimo líder, mantenedor da ordem e da honra, como se esperaria de um verdadeiro líder. Em contraponto a António Silvino, personificação da desordem e do banditismo, terror dos fazendeiros de sua época, indivíduo injustável à sociedade, cuja comparação com Salvino ressalta a imagem que Virginius pretendeu idealizar deste último.

Outro aspecto a se destacar na biografia do Cel. Salvino Figueiredo foi a sua integralização à sociedade campinense de sua época, através de casamentos com filhas de tradicionais famílias locais, demonstrando a valorização desta instituição de enlace como via de riqueza, “status” e poder, condições exigidas para o prestígio perante a comunidade em que esteve inserido.

No caso do Cel. Salvino, de acordo com entrevista concedida pela sua filha Dona Marié ao jornalista Ronaldo Dinoá<sup>65</sup>. O Cel. Salvino foi filho de proprietário rural no tempo do Ingá e ficou órfão de pai no seu primeiro ano de vida com duas irmãs. Fez apenas o curso primário no famoso colégio do professor Clementino Procópio, personagem-emblema da história da educação campinense e para quem nos voltaremos mais adiante.

Salvino, ao concluir o curso primário, não lhe foi dado prosseguir nos estudos. Em plena adolescência, chamavam-no as responsabilidades de família, como a manutenção das duas irmãs e da mãe viúva. Tendo assim que aceitar a administração dos serviços da fazenda Muribeca, de propriedade de um tio.

O casamento mais tarde de sua irmã, Maria Ermelinda, com João Honorato da Costa Agra, de numerosa e ilustre família campinense, e do casamento de Salvino não muito tempo depois, com Brígida Honorato da Costa Agra, irmã deste seu cunhado, o ascendeu definitivamente à sociedade campinense da época.

---

<sup>65</sup> (Idem, p. 189)

Importa considerarmos que os casamentos na época eram cercados de restrições, prevalecendo os interesses das famílias dos noivos, sendo comum, casos de endogamia como neste exemplo, como medida para evitar dispersão de patrimônios. Sendo assim não bastava à Salvino seus atributos físicos e morais já descritos, o fato de eles próprios serem aparentados teria contribuindo sobremaneira para efetivação desses consórcios.

Embora, segundo Dona Marié, filha de Salvino, em sua entrevista ao jornalista Ronaldo Dinoá <sup>66</sup>, embora seu pai já tivesse nascido com o sangue da política nas veias, exercia paralelamente outra atividade que era o comércio. Até 1920, o Cel. Salvino era um dos maiores negociantes de peles, couros, algodão em pluma e em caroço, que beneficiava em suas máquinas. Possuía também quatro armazéns em frente de sua residência na Rua Irineu Joffilly que naquele tempo se chamava Rua do Capitão Salvino. Este comerciante possuía também mais alguns armazéns em frente ao Açude Velho.

Além desta ascensão econômica, Cel. Salvino envolveu-se também na política como líder da oposição ao prefeito Cristiano Lauritzen, chefe político que dominou a política local por uns 30 anos, sendo sucedido pelo seu filho Ernani.

Anos antes, Salvino Figueiredo já havia decidido dar combate a outro mito, desta feita do bandoleirismo Antônio Silvino, o “terror” dos fazendeiros daquela época. O Cel. Salvino Figueiredo ao ser surpreendido com a notícia de que o bandoleiro desacatou o seu tio Silvino Rodrigues, saiu em perseguição ao bandido, solicitando permissão ao então governador para organizar sua própria tropa para dar combate à Antônio Silvino.

Salvino Figueiredo organizou, portanto, sua própria milícia e a chefiou, procedimento que não era incomum entre os proprietários de terras e chefes políticos do interior brasileiro.

Salvino se opôs politicamente ao então governador da Paraíba, Sólon de Lucena, e ao prefeito campinense, Cristiano Lauritzen. Numa época, onde as eleições eram de “ganha-mas-não-leva”, dado à prática e à premissa dos governadores da época que, caso não aceitassem o resultado das eleições, poderiam anulá-las e nomear um interventor para aquele município. Salvino liderou os oposicionistas utilizando-se do seu jornal “*A Razão*”

---

<sup>66</sup> (DINOÁ: 1993 p. 188)

que fundou em 1917 e o dirigiu para a defesa dos seus ideais, segundo Cristino Pimentel.<sup>67</sup>

O jornal “*A Razão*” era a tribuna da pregação oposicionista, enquanto que o “*Correio de Campina*” de propriedade do Cel. Lauritzen fazia a campanha situacionista.

O jornal do Cel. Salvino circulou com a direção de um dos seus filhos. Acácio Figueiredo e com a colaboração de Ageu de Castro, Mauro Luna, Elysio Nepomuceno e outros que assinavam não apenas matérias político partidárias, como também referentes à moral e aos costumes, além da defesa da modernização e da civilidade, neste e em outros jornais posteriores.

A circulação de jornais pertencentes a facções políticas atesta a importância da mídia impressa para os grupos dirigentes desta cidade já no início do século XX.

Por conta deste seu oposicionismo, o Cel. Salvino passou por momentos bem difíceis, como nas vésperas da eleição de 1920, onde depois de sucederem-se tiroteios para afugentar o eleitorado e tumultuar uma eleição favorável à oposição, culminou no ataque noturno à sua residência que foi tiroteada à noite inteira. O Cel. Salvino e sua família tiveram que tomar um trem “às carreiras” ao amanhecer a fim de não serem chacinados, segundo Cristino Pimentel.<sup>68</sup>

A impossibilidade de permanência na Paraíba, fez com que o Cel. Salvino Figueiredo liquidasse seus negócios com graves prejuízos e se transferisse para a cidade de Caruaru no vizinho Estado de Pernambuco, mudando-se logo depois para Recife onde recebeu o convite do então candidato à Presidência Nilo Peçanha, para chefiar sua campanha em Campina Grande.

Porém, com a derrota de Nilo Peçanha, a vida de Salvino ainda ficou mais difícil economicamente, obrigando-o a severos cortes nas suas despesas. Foi obrigado a interromper os estudos do seu filho Bento Figueiredo, tendo ambos que trabalharem na agricultura e na carvoaria, numa propriedade oferecida pelo seu cunhado Honorário da Costa Agra, para assim conseguir custear o final dos estudos do seu outro filho, o futuro governador Argemiro Figueiredo.

---

<sup>67</sup> (PIMENTEL, 1958, p. 151)

<sup>68</sup> (Idem, p. 151)

Para o jornalista Hortênsio de Sousa Ribeiro no seu livro *Vultos e Fatos*, a bondade, o espírito de sacrifício e a dedicação sem par de Salvino são valores exaltáveis e que estavam rareando entre os políticos da época em que este jornalista escreveu seu artigo sobre este coronel, em 1951.

Entre os rasgos que definem e justificam para Hortênsio Ribeiro, o que ele chamou de descomunalidade do caboclo Salvino estaria a rija têmpera daquele caririzeiro, sua bondade, seu espírito de sacrifício e sua dedicação sem par. Valores exaltados por Hortênsio Ribeiro e que deveriam estar rareando entre os políticos da época em que este jornalista escreveu seu artigo sobre Salvino em 1951. Hortênsio Ribeiro, em nenhum momento censurou as práticas coronelistas nem de Salvino, nem do seu adversário Cristiano, que possuíam redutos (currais) eleitorais mantidos através de políticas de clientelismo.

Hortênsio Ribeiro gaba-se ainda de que, na qualidade de correligionário de Salvino, ter podido observar o estofado do qual era formado este pequeno criador de gado da fazenda “*Baixa Rica*”, que vinha à cidade nos domingos a confabular com os amigos sobre negócios. Hortênsio Ribeiro confessa ainda sua admiração ao vê-lo discorrer sobre política partidária, ajuizando dos homens a quem seguia ou a quem combatia.<sup>69</sup>

O Cel. Salvino Figueiredo, líder da oposição local e seu adversário Cristino Lauritzen, líder situacionista, eram ambos proprietários rurais e comerciantes estabelecidos na cidade, podendo, serem considerados representantes tanto dos comerciantes como dos proprietários. Na composição dos dois partidos que se debatiam em Campina Grande, naquela época, encontramos pessoas ligadas às mais diversas atividades, o que tornaria temerário supor que estes líderes e seus partidos representassem automaticamente a burguesia rural e a burguesia urbana com interesses antagônicos.

A política local da época se orientava mais por intrincadas redes de compromissos e devoções pessoais, além de afetos e desafetos também pessoais em relação aos governos estadual e federal. No âmbito local, prevalecia a disputa entre as oligarquias locais pelo controle político-administrativo do município.

No empenho de construir uma imagem ideal do Cel. Salvino, Hortênsio Ribeiro traça-nos um esboço do que ele considera como de um político ideal, onde não deveria

---

<sup>69</sup> (Idem, p. 119)

faltar um comprometimento clientelista com seus correligionários, além de atitudes paternalistas típicas do coronelismo:

(...) "Recordo tê-lo visto inúmeras vezes sacar a carteira do bolso para socorrer um desgraçado. Mas a sua dedicação não era só nisso que se cingia. Não tinha hora do dia ou da noite para Salvino não correr em auxílio dum amigo e dum correligionário" (...).<sup>70</sup>

Quanto aos adversários e desafetos do Cel. Salvino que lhe atribuíam as mais “feias cousas”, Hortênsio Ribeiro além de não nos descrever quais eram estas, afirma ainda que eram tudo paixão partidária e mal-querença dos que se enfileiravam em facções contrárias à sua e que tentavam denegrir suas imagem.

O jornalista Cristino Pimentel confirma que a grande popularidade do Cel. Salvino devia-se à sua “generosidade para com os seus eleitores” e aqueles que a ele recorriam para resolver problemas de ordem policial e de dificuldades de vida, o que naturalmente deixaria estes “socorridos” com o “rabo-presos” com este coronel, como era comum acontecer na política de compromissos que caracterizou o coronelismo.<sup>71</sup>

Destes seus adversários, sem dúvida, o mais ferrenho foi o Cel. Cristiano Lauritzen, que ocupou o cargo de prefeito e intendente de Campina Grande por dezenove anos e que dominou a política local sempre com apoio dos governos estaduais, principalmente de Epitácio Pessoa com quem tinha selada política de compromissos.

### ***1.3-Caboclo de Boa Cepa***

Outro ícone de cultuada memória pelo jornalismo e pela historiografia campinense, foi Monsenhor Sales, cujas imagens nos acercaremos agora devido às suas recorrências na produção intelectual desta cidade. Analisaremos, a exemplo dos outros enfocados por este capítulo, o perfil esboçado nas crônicas, memórias e artigos das publicações campinenses,

---

<sup>70</sup> (Idem, p. 120)

<sup>71</sup> (PIMENTEL, 1958, p. 146)

para quem este representante eclesiástico foi sempre apresentado como um fulgurante exemplo de retidão e determinação moral.

Recorrendo mais uma vez ao cronista Hortênsio de Sousa Ribeiro, que nas décadas de 30 e 40 do século XX, foi colaborador do jornal *A Imprensa* pertencente à diocese, vislumbramos a admiração que o vigário despertou neste homem de letras.

Na crônica intitulada “*Monsenhor Sales, Precursor da Diocese de Campina Grande*”, Hortênsio Ribeiro exalta a ação do Padre Luiz Francisco de Sales Pessoa na paróquia de Nossa Senhora da Conceição, onde este vigário teria exercido o seu ministério pelo espaço de quase meio século, com zelo inexcedível, com um ardor apostolar indiscutível, merecendo ser ressaltado segundo este autor, no momento em que a freguesia foi elevada a dignidade eclesiástica de diocese.<sup>72</sup>

Monsenhor Sales, como era chamado por seus paroquianos, viu a luz no Engenho Cipó, na comarca de Areia-PB, em 26 de novembro de 1846. Era filho legítimo de Francisco Sales Coelho e Dona Cândida Maria de Sales Pessoa, ambos areienses e descendentes de boa cepa portuguesa, como Hortênsio Ribeiro fez questão de frisar, que vieram habitar nas covoadas da serra de Bruxaxá, no citado município no começo do século XIX.

Os primeiros estudos do futuro Monsenhor Sales foram feitos na terra do seu nascimento que, desde o ano de 1835, já possuía uma cadeira de latim. Em seguida, estudou em Natal –RN, onde se transportou, no ano de 1871, para o Seminário de Olinda<sup>73</sup>, afim de iniciar-se no Ministério do que Hortênsio Ribeiro considerou como a grande missão que o esperava na vida. Ainda segundo os seus memorialistas, Francisco Sales nasceu padre e tinha que sê-lo.

Assim, fadado à vocação espiritual e com suas demonstrações de firmeza e energia, como foi demonstrado na sua passagem pelo Seminário de Olinda, não trepidando com a austeridade de seus superiores, como foi o caso do imortal Bispo Dom Vital que ao mirar Francisco Sales alto-a-baixo, estudando-lhe os gestos, a inflexão da voz, a dinâmica da fisionomia, a sua alma enfim, concluiu que era alguém de alma enérgica, firme e afoita como a deste então seminarista que a igreja precisava.<sup>74</sup>

---

<sup>72</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 281)

<sup>73</sup> (Idem, p. 282)

<sup>74</sup> (Idem, p. 282)

Ainda, pelas palavras de Hortênsio Ribeiro, Luiz Francisco Sales Pessoa tornou ao Seminário de Olinda onde recebeu o sacramento da Ordenação no dia 19 de março de 1877. Desde esse dia amou o grande Bispo Dom Vital, que acolhia ao seu peito pobres seminaristas como ele, e desafiava tiranos, procurando imitá-lo, pelo menos no seu entranhado preconceito contra a maçonaria, que o Vigário Sales combateu sem cessar, privando os adeptos do “Bode”, como os maçons eram intitulados, em sua freguesia de tomarem parte nos sacramentos da Igreja.<sup>75</sup>

No final do império e início do regime republicano, as relações entre Igreja Católica e Maçonaria, estavam muito tensas, sendo comuns hostilidades entre estas instituições. Nesta época, acirrava-se o debate em torno da separação entre governo e religião, exigindo definições de ambas as partes. Não sobrando, lugar para ambigüidades ou vacilações<sup>76</sup>. Por isso, não foi estranho o interesse de Dom Vital pela alma enérgica, firme e afoita do então seminarista Francisco Sales.

Os “elevados” atributos que D. Vital julgou imprescindíveis ao homem da igreja, o Vigário Sales teria demonstrado durante o seu longo e árduo ministério, nas palavras louvadoras de Hortênsio Ribeiro, que manteve fortes relações com a diocese local. Estes elevados atributos que incluíam autoritarismo exacerbado sobre o rebanho católico e a capacidade de intimidar os não católicos, foi posta em prática durante todo o tempo que Vigário Sales esteve à frente da diocese campinense.

Politicamente, Monsenhor Sales foi um monarquista de convicção, mesmo porque com o advento da República, a igreja perdeu privilégios e posições, assistiu à ascensão da excomungada maçonaria e viu crescer a campanha para que o catolicismo deixasse de ser considerado a religião oficial.

Embora Hortênsio Ribeiro tenha afirmado que Monsenhor Sales teria seguido o princípio de ser “conciliante de fato, mas inflexível em princípios”<sup>77</sup>, não se registram memórias de sua disposição para conciliar.

Por ser Campina Grande nesta época um pequeno município sertanejo onde a autoridade eclesiástica exercia maior influência do que as autoridades governamentais devido a religiosidade da população, e seu receio em relação às inovações que o novo

---

<sup>75</sup> (Idem, p. 282)

<sup>76</sup> (JOFFILY: 1982, p. 94)

<sup>77</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 285)



regime de governo pretendia implantar, se configurava então uma situação que era habilmente utilizado pelos representantes da Igreja Católica.

A procissão da padroeira em Campina Grande se constituía em uma das mais visíveis demonstrações de poderio e hierarquia social, como podemos presumir por testemunho de Analice Caldas <sup>78</sup> que morou em Campina Grande naquela época:

(...) “Durante a procissão da Padroeira, com seu esplendor, mobiliza toda a gente desde a véspera, até a hora do Tedeum. Permaneciam em casa apenas os enfermos, os recém-nascidos, as mulheres perdidas e os presos na cadeia”. (...) <sup>79</sup>

Analice Caldas ainda relembra que:

(...) “Caminhava na frente o sacristão badalando urna sineta para chamar os fiéis. Seguiam-se as irmandades do Rosário com opas brancas e a do Santíssimo Sacramento de túnicas vermelhas, respeitando o esquema da hierarquia religiosa. Em passo da mesma cadência, o vigário de roquete e estola, empunha o turíbulo cercado de coroinhas de batina encarnada. O andor com a imagem de Nossa Senhora da Conceição protegido por um pálio de seda é carregado nos ombros dos solenes oficiais da Guarda Nacional com fardões e dragonas e bordas douradas, seguidos das mães cristãs com seus véus imaculados e as filhas de Maria ostentando laços de azul-celeste. A nota patética do piedoso cortejo é o desfile dos anjinhos com asas e vestes mais brancas que o cavalo de São Jorge. Fecha o séquito a banda de música”. (...) <sup>80</sup>

Quanto a participação popular, sempre vinha no final do cortejo, podendo ser vista como metáfora do seu “deixar se guiar” pela orientação dos líderes católicos. Continua Analice Caldas:

(...) “o resto é a multidão descalça com roupas domingueiras de riscadinho e algodãozinho alvejado.

---

<sup>78</sup> (Apud JOFFILY, 1982, p. 94)

<sup>79</sup> (Idem, p. 94)

<sup>80</sup> (Idem, p. 94)

As mulheres de chalé preto e os homens de chapéu de palha na mão”. (...) <sup>81</sup>

Por esta descrição descensional, mesmo entre este “resto” que se constituía a multidão, se excluía as “mulheres perdidas”, que por serem um dos personagens sociais mais marginalizados por este meio urbano, estavam interdidas de participar de eventos religiosos pela moralidade da época.

Robert Darton ao analisar a narrativa de uma procissão que um burguês fez em Montpellier no século XVIII, afirmou que a exclusão e a inclusão de participantes, bem como a ordem em que se desfilava, pertencia ao mesmo processo de estabelecimento de fronteiras, um processo que ocorria nas mentes dos homens, tanto quanto nas ruas, mais as fronteiras adquiriam suas forças ao serem encenadas. <sup>82</sup>

Segundo José Joffily era prova de indiscutível coragem em Campina Grande aparecer em porta e janela sem ajoelhar-se diante deste espetáculo católico:

(...) “Quem teria a audácia de ignorar o préstimo religioso se os sinos dobravam sem parar e as girândolas esboçavam sem cessar ? Só mesmo um homem forte como Irineu Joffily ou com o desassombro de Tobias Barreto se atreveria a romper relações com o pároco, não aparecer na igreja, nem nas procissões” <sup>83</sup>.

Entre os motivos mais recorrentes que o historiador e deputado José Joffily considerou mais meritórios para cultuar e enaltecer a memória de Irineu Joffily, estaria a coragem deste para desafiar os dois "mandões" do lugar, Cristiano Lauritzen e Monsenhor Sales. Romper com estes foi, para este escritor, prova da indiscutível coragem do pioneiro do jornalismo campinense, devido ao poder e influência que aqueles contavam.

Monsenhor Sales utilizou-se de sua influência religiosa junto a população local e elegeu-se deputado à Assembléia Provincial da Paraíba em 1888. Segundo Hortênsio

---

<sup>81</sup> (Ibidem p94)

<sup>82</sup> (DARTON, 1986, p. 162)

<sup>83</sup> (JOFFILY, 1982, p. 94)

Ribeiro logo ao tomar assento na Câmara Provincial, Sales apresentou e defendeu o projeto que restabelecia a cadeira de ensino primário do distrito de Fagundes.<sup>84</sup>

A educação, no Brasil, teve tradição de controle católico, a formação dos jovens segundo princípios católicos sempre foi uma das maiores preocupações do clero desde os tempos coloniais. Com o advento do ensino leigo proposto pelas idéias iluministas no século XVIII, acentuado pela filosofia positivista de Augusto Comte no XIX, a Igreja encontrou no ensino leigo um rival de quem deveria acautelar-se, sendo necessário não lhe dar espaço no campo da educação, incentivando a criação de colégios dirigidos por religiosos e o investimento no ensino de religião. Principalmente naquele fim de século XIX onde maçons e agnósticos tinham a “audácia” de deixar os filhos pagãos permitindo-lhes o direito de decidir sua opção religiosa quando adultos, seguindo inclusive o caminho ortodoxo dos materialistas.<sup>85</sup>

Nos colégios administrados pelo Vigário Sales, este colocou sua “inflexibilidade”, tão elogiada por Hortênsio Ribeiro e Elpídio de Almeida, para praticar atos arbitrários contra inferiores, como mais uma vez denunciou a *Gazeta do Sertão*.

(...) “A professora primária D. Petronidia, doente, foi obrigada pelo Padre Sales a pedir remoção de sua cadeira. Recusando, o vigário ameaçou-a de demissão”. (JOFFILY, 1982, p. 117)

Hortênsio Ribeiro considerou ainda “notabilíssima” a projeção de Vigário Sales na paróquia de Campina Grande. Figura de destaque no cenário político, foi ele o escolhido para empunhar o bastão de chefe do Partido Autonomista, como sucessor do Juiz de Direito da Comarca. (RIBEIRO, 1979, p. 285)

O que Hortênsio Ribeiro não narrou foi que o conservadorismo e a fidelidade do Vigário Sales à monarquia foi o que lhe garantiu cargos de confiança conferido pelos altos escalões do então governo.

---

<sup>84</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 285)

<sup>85</sup> (Idem, p. 285)

Proclamado o novo regime, o republicano, o Vigário Sales conservou-se fiel à dinastia tombada. Hortênsio Ribeiro ainda acrescentou, justificando a não perda de prestígio e posição do Vigário no novo regime implantado:

(...) “militou, é verdade, ao lado dos partidos organizados na Paraíba depois do advento republicano, mas sem trair os princípios nem desertar das fileiras do núcleo partidário à que aderira no Segundo Império o Partido Conservador”.<sup>86</sup>

A ênfase deste apologista do líder católico procurou rebater as acusações de astúcia e desfaçatez com que os monarquistas mais retrógrados segundo José Joffily, aderiram e fortaleceram suas posições no novo regime.

Quando escreveu suas linhas enaltecendo a figura do Monsenhor Sales em 1934, Hortênsio Ribeiro lastimou-se que a paróquia de Nossa. Senhora. da Conceição da cidade de Campina Grande, ainda não havia sido invadida :

(...) “Por essa chusma de aventureiros e cambistas negros, que sem ‘espírito religioso’, sem tradições católicas ou mesmo políticas, fizeram de Campina Grande um abarracamento de ciganos”<sup>87</sup>.

Fato que no seu entender não teria ocorrido se a frente da Diocese estivesse alguém como Monsenhor Sales.

Este jornalista escreveu estas linhas no final dos anos 20, fase de prosperidade e ascensão do comércio algodoeiro, responsável pela chegada de muitos forasteiros que passaram a residir em Campina Grande, concorrendo com comerciantes tradicionais e envolvendo-se na política, disputando pleitos eleitorais com os representantes das

---

<sup>86</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 285)

oligarquias nativas. O fato de muito deles não serem católicos e nem sempre se enfileirarem nos partidos dos políticos que há muito detinham o poder na cidade, era outro motivo de crítica por parte de Hortênsio Ribeiro, que comparou pejorativamente estes novos personagens da cena social e política com ciganos, um grupo discriminado entre outras coisas pelo seu nomadismo e por sua recusa em fincar “raízes”.

Hortênsio Ribeiro temia também pelo rompimento dos códigos de sociabilidade tradicionais:

(...) “Havia sociabilidade. Bom gosto nas festas assim religiosas como profanas. Cordialidade e elegância nas relações sociais. Os costumes eram simples, tocados de polidez. Não havia penetrado entre nós o futebol, nem as moças de família freqüentavam sociedades diversionais para se desarticularem nas rumbas e chimes, meneando os quadris. Não abundavam lupanares. Nem as seitas exóticas. O protestantismo, apoiado nos ‘novos-ricos’ e no oiro americano, ainda não tinham conseguido se fixar através do Cariri Velho”.<sup>88</sup>

Valores e códigos de distinção enumerados por Hortênsio Ribeiro, como sociabilidade, “bom gosto”, cordialidade, elegância, simplicidade nos costumes, estariam segundo este jornalista em vias de desaparecer com o crescimento da cidade e a “invasão” destes forasteiros aventureiros que se tornavam “novos-ricos” contribuindo para disseminação de “novos e maus costumes” e “novidades perniciosas” como as que Hortênsio Ribeiro descreveu em seu indignado texto. A perda da influência da Igreja Católica sobre a população se constituía numa das maiores preocupações dele e de outros jornalistas em Campina Grande nesta época.

O historiador Celso Mariz escreveu assombrado, em 1940 ao revisitar Campina Grande, que ele não via desde 1901:

---

<sup>87</sup> (Idem, p. 285)

“cheia de ruas, de gente e de atividade, como de tecidos que encheram um grande esqueleto, a área suburbana do começo do século. Não sendo mais uma sociedade gentil, acolhedora e de deliciosa convivência”.<sup>89</sup>

Estes dois intelectuais são concordantes nas suas opiniões sobre o desaparecimento de hábitos e convivências tradicionais. Celso Mariz fez questão de enfatizar que saudava a cidade antiga:

“Na recordação das energias, das graças, dos elementos que tanto prometiam e tanto de fato se entenderam”.<sup>90</sup>

Em relação aos elementos modernos, ele fez questão de distinguir o que deveria ser saudado segundo ele:

(...) “Saúdo a cidade de hoje no que ela tem de vigoroso e de moderno. Nos seus jardins, seus colégios, seus estabelecimentos bancários, seus campos de esporte. Nas rádios, autocarros e cinemas falantes. Nas fundações de assistência científica de benemerência social e cristã. Nos seus brilhantes grupos de letras e de trabalho, médicos, comerciantes, advogados, professores, padres e operários de educação nova. Saúdo-a na fumaça de suas altas chaminés, na eminência do Alto Branco, na torre de sua igreja-máter, no último grande andar do Grande Hotel. Saúdo a cidade que tem nesses fatores de cultura e de ação os símbolos de sua atualidade e de suas perspectivas econômicas e morais para o futuro”.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup> (Idem, p. 96)

<sup>89</sup> (MARIZ, 1985, p. 16)

<sup>90</sup> (Idem, p. 19)

<sup>91</sup> (Idem, p. 19)

Celso Mariz arrolou assim, tudo que era considerado por ele como “símbolo de perspectivas econômicas e morais”. Distinguindo assim o que deveria ser aceito e incentivado por seus governantes.

Jogos considerados vulgares como o futebol, sociedades diversionais e lupanares como advertiu Hortênsio Ribeiro, não deveriam abundar numa cidade “vigorosa e moderna” onde os “bons costumes” deveriam na visão de letrados como estes, prevalecerem a todo custo.

Varões de bastante vigor que empunhavam o bastão da moralidade como o Vigário Sales não existiam mais, como lastimam-se estes autores. Monsenhor Sales, escreveu Celso Mariz, valeu pela imponência do seu tipo físico, como pela força de autoridade moral que uma fibra forte lhe dava na igreja, na sociedade e na política.<sup>92</sup>

Faltava nos líderes católicos daquele final dos anos 30 e início dos 40, segundo estes desolados escritores, lideranças fortes e empedernidas como o Vigário Sales, como assim escreveu Hortênsio Ribeiro:

(...) “Monsenhor Sales, do alto da tribuna sagrada combatia com destemor e sem tréguas às plantas invasoras e daninhas que tentavam se radicar no solo campinense”.<sup>93</sup>

Pelo recordar desolado deste cronista, nunca se precisou tanto de homens destemidos como Monsenhor Sales, como agora, em que o rebanho católico se via ameaçado pela “dissolução dos costumes” e por proliferação de “seitas exóticas” entre as quais o protestantismo. Só ele seria capaz de por ordem neste (pan) demônio.

---

<sup>92</sup> (Idem, p. 16)

<sup>93</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 286)

O jornal argemirista, *Voz da Borborema*, surgido em 16 de julho de 1937 e pertencente ao então governador Argemiro de Figueiredo, político que viria a integrar o “Estado Novo”, noticiou o transcurso do 11º aniversário da morte de Mons. Sales na sua edição de 13 de agosto de 1938 onde ressaltou que:

(...) “O inolvidável e zelozíssimo Vigário de Campina Grande, à medida que vai o tempo passando, ressurgue, redivivo e dominador, na memória de quantos experimentaram o influxo de sua fé militante nas verdades que a Igreja defende”.<sup>94</sup>

Era justamente por ser zelozíssimo que o vigário merecia ficar inolvidável. Para este jornal estado-novista, era de pessoas de fé militante aliado ao zelo pela ordem que o país precisava. Se levarmos em conta os destacados líderes do golpe de 1937, somos levados a crer que este jornal enalteceu exemplos de autoritarismo.

Neste editorial da *Voz da Borborema* se exaltou ainda que:

(...) “Não contaram as legiões aguerridas do catolicismo com figura apostolar que na estreiteza do meio em que surgiu para o bom combate em prol da salvação dos viventes se abroquelasse numa crença tão varonil quanto a que ardia na alma do vigário Luiz Francisco de Sales Pessoa, que tendo dedicado tudo o que em si havia de melhor à causa católica. Mons. Sales avultou, com um destaque soberano na plêiade brilhante de sacerdotes que ilustram e enobrecem a arquidiocese paraibana”.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> (*Voz da Borborema*, 13 de agosto de 1938)

<sup>95</sup> (*Idem*, op. Cit.)



A apologia a um vulto como o de Monsenhor Sales empreendida por este órgão getulista, devotado a uma causa capaz de tudo fazer por ela, identificava vultos e enaltecia personagens como Getúlio Vargas e Argemiro de Figueiredo, que com iguais qualidades se dedicavam à causa do nacionalismo e do trabalhismo, da industrialização e da modernização do país, recorrendo para isto a expedientes autoritários e coercitivos, traduzidos pelos simpatizantes do Estado- Novo como qualidade de homens determinados.

Foi dentro desta escala de valores que na mesma primeira página em que se encontra este editorial, encontramos ainda longo artigo assinado por Hortênsio Ribeiro e intitulado de “*Monsenhor Sales*”. Ali, .após recordar o dia de pranto e de luto em que se anunciou por todos os quadrantes da cidade, que o Vigário Sales tinha falecido, enumera em seguida inconsolado as qualidades exemplares daquele pároco, evidenciando os valores que faziam do Vigário Sales merecedor de admiração e imorredoura memória para aquele jornal:

(...) “Monsenhor Sales, pela sua origem, seu passado, sua tradição, seu caráter, sua independência, suas ligações às fontes vivas da igreja, sua projeção social, seu prestígio político, sua coragem que às vezes roçava pelo destemor sereno e inamalgável, pelo arrojo das suas iniciativas, pelo brilho do seu espírito e da sua conversação, pelas qualidades magnetizadoras que irradiava o seu vulto apolíneo - constitui marco gigantesco delimitando duma maneira marcante, toda urna época da história de Campina Grande”.<sup>96</sup>

No entender do jornal de Argemiro de Figueiredo, era de homens fortes, apolíneos e varonis como monsenhor Sales, que o Brasil precisava para impor seus projetos industriais e modernizadores. A exemplo de nações européias que aceleravam seu desenvolvimento capitalista com totalitários regimes de força. Neste caso, o exemplo varonil de homens como Monsenhor Sales, eram, por este jornal, constantemente brandido.

---

<sup>96</sup> (Idem.)

O magnetizado Hortênsio Ribeiro, por exemplo, colaborador assíduo deste jornal, ainda enfatiza na conclusão deste seu artigo que o aludido vigário tendo nascido “com uma vocação irresistível para o exercício das sagradas funções do ofício que abraçava”, os atos mais simples que praticara esse ministro sem par, ao encanto de sua presença e pela graça de suas maneiras, assumiram de repente o relevo artístico das solenidades pomposas do ritual católico no que ele possui de mais impressionante e mais estético. Continuou Hortênsio Ribeiro a declarar que:

(...) “Esta foi a razão por que à medida que o tempo passa, o vulto egrégio de Mons. Sales se destaca com uma limpidez fulgurante, à luz da nossa visão afetiva e do reconhecimento católico, pois perdemos nele um pai e um benfeitor”.<sup>97</sup>

Imagens como de pai e benfeitor, com graça e elegância típica de membros de família de raízes e tradições em solo campinense, foi uma das cobranças mais recorrentes nas páginas da *Voz da Borborema*.

Ao tomar posse do governo da Paraíba no dia 20 de janeiro de 1935, Argemiro de Figueiredo proprietário deste jornal, produziu uma peça oratória que definia, em linhas gerais, o seu pensamento político e suas metas administrativas. Destacaremos o que este líder político considerou como perfil de dirigente ideal.

(...) “Só a harmonia de funções no organismo individual ou coletivo pode encerrar o segredo da evolução humana”.<sup>98</sup>

Argemiro Figueiredo utilizou-se de terminologia evolucionista spenceriana para apoiar suas concepções, prescrevendo assim como um líder deveria ser:

(...) “Fortes são os que geram na consciência coletiva a convicção firme de que são necessários pelo bem que

---

<sup>97</sup> (RIBEIRO, op. cit.)

<sup>98</sup> Plataforma do Dr. Argemiro de Figueiredo, governador da Paraíba, lida após a sua posse no cargo de primeiro magistrado do Estado, em 25/01/1935. Imp. Off. João Pessoa, 1937.

realizam. Fortes são os que sabem derruir os obstáculos que separam a coletividade dos seus mais legítimos anseios. Fortes são os que animam o caráter nacional, educando o povo na escola do trabalho eficiente e construtor. Fortes são os que descortinam a felicidade geral e a promovem sem tibiezas. Senhores, só um fim justifica o emprego da violência é para destruir o mal e impor o bem”.<sup>99</sup>

Ao comungar com este pensamento, *A Voz da Borborema* considerava-se sabedor “dos mais legítimos anseios” da coletividade, embora nunca a tenha consultado, e de acordo com isto relacionava os líderes que deveriam ser imitados e de cujas qualidades a sociedade tanto necessitaria. Como era o caso do tão lembrado e chorado vigário Sales.

No número seguinte deste semanário getulista, lemos no seu editorial a notícia da solene oposição do retrato de Monsenhor Sales no salão da Biblioteca Municipal, na presença do então prefeito Bento Figueiredo, irmão do governador, visto que a família Figueiredo dominou a política municipal e estadual neste período. O diretor da *Voz da Borborema* era Acácio Figueiredo, outro irmão do governador que ressaltou dois aspectos flagrantes nesta homenagem ao Vigário Sales:

(...) “Um deles foi a ratificação de sua vida de apóstolo, o outro foi o reconhecimento profundo desta terra àquele que dispensou todas as suas energias, no sentido de encaminhar o nosso povo pelos rumos dignificadores da fé e da pureza dos costumes”.<sup>100</sup>

Pela ótica desta facção política, só homens fortes da fibra de Monsenhor Sales, Getúlio Vargas e Argemiro de Figueiredo eram capazes de conduzir a comunidade pelos rumos da evolução, sem permitir que ela caísse na degeneração de costumes puros, como o de ser elegante e recatado, como os novos-ricos e sem-tradição não conseguiam sê-lo. Alinhados em facções adversárias eram responsáveis pela dissolução dos bons e

---

<sup>99</sup> (Idem. Ibidem)

<sup>100</sup> (Gazeta do Sertão, 17 de agosto de 1938)

tradicionais costumes campinenses, como aqueles que foram enumerados por Hortênsio Ribeiro.

Em Monsenhor Sales, os argemiristas viam sua própria imagem e legitimavam, com o exemplo daquele, as suas práticas autoritárias e golpistas, a sua simpatia por governos como o Estado Novo. Só os governos fortes, segundo eles seriam capazes de ordenar à contento uma sociedade e impor a prevalência dos bons costumes.

A *Voz da Borborema*, ainda noticiou no seu segundo número, que às 20 horas do dia 15 de agosto no vasto salão da “*União dos Moços Católicos*”, Hortênsio Ribeiro, durante alguns minutos prendeu a atenção da assistência, recordando episódios interessantes da vida de Monsenhor Sales no decurso do seu longo paróquio em Campina Grande. Relatando o apego do mesmo a esta terra, da sua ação pertinaz no sentido de dignificá-la e mesmo dos seus gestos arrebatados quando algo não estava compatível com suas aspirações de campinense pelo coração e, sobretudo, com a fé e a força quase sobre-humana sobre todos que o cercavam.

Que episódios da vida de Monsenhor Sales teriam sido considerados importantes por Hortênsio Ribeiro e que deveriam ser recordados? Naturalmente, não seria o de seus sermões amaldiçoando os assinantes da *Gazeta do Sertão*<sup>101</sup>, que denunciava os desmandos de Monsenhor Sales e de Cristiano Lauritzen.

Importa assinalar que Hortênsio Ribeiro colocou de volta em circulação o jornal *Gazeta do Sertão* em 1923, jornal que ele tanto admirou e que foi empastelado por desafiar os líderes que Hortênsio Ribeiro tanto enalteceu.

Hortênsio Ribeiro ressaltou nesta ocasião “o apego do Mons. Sales a esta terra” e suas aspirações de “campinense pelo coração” procurando motivar assim, sentimentos bairristas e sugerindo desconfianças e descrédito em relação aos “*que- aqui-chegaram-um-dia-desses*” e já queriam “mandar”, como foi discurso recorrente nas críticas trocadas entre membros de facções durante os embates eleitorais naquele período.

Esta solenidade ainda teve como orador Boulanger de Albuquerque Uchoa, que considerou seu discurso sobre Monsenhor Sales como “*um longo e bem urdido trabalho de apreço histórico da personalidade do Vigário campinense*” relatando fatos da vida deste

---

<sup>101</sup> (JOFFILY, 1982, p. 122)

que será lembrado sempre com emoção, salientando a sua abnegação, a nobreza de suas atividades, seu caráter adamantino e o muito que fez por Campina Grande.<sup>102</sup>

Naturalmente, tanto os “episódios interessantes” percorridos por Hortênsio Ribeiro, como os “fatos da vida que seriam sempre lembrados com emoção” foram selecionados de acordo com os objetivos destes grupos, com as idéias que estes desejavam que fossem acatadas e postas em práticas por esta sociedade.

Boulanger Uchoa, que foi especialmente convidado para discorrer sobre a vida e obra de Monsenhor Sales, publicou uma obra fundamental para a historiografia da Igreja Católica Campinense: *Subsídios para a História Eclesiástica de Campina Grande*, onde enfatizou que a Religião Cristã (leia-se católica no Brasil) operou o milagre moral através da catequese que transformou a selva em cidades, foi a mesma não só em Campina Grande e no Nordeste, senão também no extremo norte, no sul e no oeste, vingando formar orante e donairoso a alma da pátria.<sup>103</sup>

Vale lembrar que o Jesuitismo e sua obra catequista a quem Uchoa se refere partia do princípio que o gentio era bárbaro, selvagem, sua religião era primitiva e inferior, sendo necessário todos os esforços educacionais para incutir-lhes a moral cristã e “arrancar-lhes das mãos do diabo que reinava ao sul do equador”.<sup>104</sup>

Ao lado da igrejainha coberta de palha, relatou-nos orgulhoso, Mons. Pedro Anísio no prefácio da já aludida obra, *via-se a escola que preparava o cristão, e com este o cidadão, dentro em pouco o gentio era assimilado e, com ele o africano*.<sup>105</sup>

Sermões e rezas deveriam estar sempre ao lado da educação escolar, solidificando a cristianização, a conversão dos nativos aos valores morais cristãos. Sacerdotes que se empenhavam nesta tarefa deveriam portanto serem sempre enaltecidos. Como teria sido o caso do Vigário Sales, que foi retratado por Boulanger Uchoa, como de uma “mocidade vigorosa” quando da diocese de Campina Grande tomou posse, trabalhador pela igreja cujo sacerdócio abraçara pleno de convicções.<sup>106</sup>

Exemplos como estes foram tão invocados, justamente naquele tempo em que a imprensa campinense se mostrou aterrorizada com os “costumes modernos” e as “seitas

---

<sup>102</sup> (Voz da Borborema, 15 de agosto de 1938)

<sup>103</sup> (UCHOA, 1964, p. 07)

<sup>104</sup> (VAINFAS, 1989, p.20)

<sup>105</sup> (UCHOA, 1964, p. 70)

exóticas” dos novos moradores e novos ricos desta cidade, exigindo do sacerdote mirar-se em modelos de “firmeza” e “abnegação” como o foi Luiz Francisco Sales.

Entre os feitos atribuídos por Boulanger Uchoa à Monsenhor Sales, estava o de reconstruir a matriz, na época uma igreja humilde, tornando-a o melhor templo católico da Paraíba, reconstruindo na cidade não só o edifício, mas também a instituição.<sup>107</sup>

Segundo, ainda, este autor, em 1886 chegou a Campina Grande a convite do Vigário Sales, o missionário capuchinho Venâncio Maria de Ferrara que realizou a primeira missão em terras campinenses com um resultado "espiritual" surpreendente para Boulanger - 212 casamentos de uniões ilícitas.<sup>108</sup>

Entre as realizações de Vigário Sales enumerados nesta história eclesiástica, estava a ampliação da casa de caridade do Padre Ibiapina, pioneiro do assistencialismo filantrópico na região de Campina Grande, a fundação da Pia União Filhas de Maria e a realização da primeira visita pastoral de Dom Adauto em 1913, com o seguinte resultado:

<i>Casamentos de Amasiados</i> .....	86
<i>Casamentos de Contrato Civil</i> .....	54
<i>Casamentos de Contrato</i> .....	43
<i>Comunhões</i> .....	9600
<i>Crismas</i> .....	10500

Fonte: UCHOA, 1964, p. 70

O próprio Dom Adauto falou ao povo católico explicando o fim da visita pastoral, esperando que todos correspondessem aos desejos da igreja, visitando o bem espiritual das almas desta formosa paróquia, modelo, segundo este Arcebispo, sob todos os aspectos da Diocese da Paraíba.

Com quase 50 anos liderando os católicos de Campina Grande e estendendo sua participação também na vida político-partidária desta cidade, o Vigário Sales revestiu-se

---

<sup>106</sup> (Idem. Ibidem)

<sup>107</sup> (Idem, Ibidem.)

<sup>108</sup> (Idem, op. Cit)

de prestígio e autoridade junto aos setores de elite e da população mais pobre. Como se deduz deste acontecimento de caráter disciplinar descrito por Boulanger Uchoa.

A não aceitação por parte de Mons. Sales de um espírita, elemento estranho à sociedade de Campina Grande, nas palavras do entusiasta católico Boulanger, para ser padrinho de uma criança em 1925. O espírita inconformado com a recusa demonstrou seus sentimentos grosseiramente e moralmente, com palavras agrediu o Mons. Sales, exigindo que balizasse a criança. De nada adiantando, o Vigário explicou que os cânones da Igreja vedavam aos espíritas apadrinhar qualquer criança, o tal homem como resposta proferiu palavras ofensivas à religião e ao Mons. Sales dentro da sacristia.<sup>109</sup>

Para demonstrar o prestígio do Vigário Sales junto à população campinense, Boulanger Uchoa continuou narrando que ao tomar conhecimento deste fato, a “cidade” levantou-se para desafrontar seu vigário dispondo-se em torno de sua batina. Todas as autoridades locais o Prefeito, a Câmara de Vereadores, o Juiz de Direito, as famílias, as associações religiosas, os colégios e classes, dirigiram-se a residência de Mons. Sales em solidariedade a este, numa clara demonstração de prestígio do vigário.

Monsenhor Sales, agradecido e disfarçando lágrimas de emoção pelo comovedor espetáculo, que se desdobrava ante seus olhos, discursou à grande massa do povo campinense onde enalteceu a bondade do clima que se insinuou no coração da cidade.

Monsenhor Sales ressaltou ainda no seu comovido discurso que:

“Pouco importava que um egresso de outras zonas procurasse ou tentasse eclipsar o brilho de vossa ternura, porque o ádvena, recebendo o influxo do meio, se haverá adaptado as condições do ambiente. Deus destinou a terra campinense para esses prodígios de sua divina onipotência”. Continuou Sales advertindo ainda que: “Aqui podem medrar epidemias, mas nenhuma vinga, quaisquer que sejam elas, ataque à moral ou à saúde, logo se esvanecem”, brandiu o Vigário<sup>110</sup>.

---

<sup>109</sup> (Idem, p. 94)

<sup>110</sup> (Idem, p. 97)

A preocupação em perder o poder e o prestígio para “ádvemas” sempre permeou os discursos dos tradicionais líderes. Sempre advertiam contra os forasteiros, sem “raízes aqui na terra” e que “teriam vindo aqui só fazer fortuna”, “corrompendo nossos costumes e instituições tradicionais”. Tal temor foi recorrente no jornalismo de Campina Grande nas cinco primeiras décadas do século XX, principalmente nos momentos de maior fluxo das que tentavam a vida aqui, atraídos pelas perspectivas, sobretudo do comércio algodoeiro.

Idéias e seitas exóticas que pudessem competir e afastar os cidadãos da batina dos padres, como no caso o espiritismo, doutrina nascida no “fin-de- siècle” francês onde esteve em evidência nas classes médias daquele país, não deveria encontrar terreno fértil em solo campinense no entender de líderes como Monsenhor Sales.

Seus discursos encorajava os padres pósteros a não esmorecerem pela causa católica, além de incutir na população a crença que os “egressos de outras plagas” em vez de tentarem modificar a ordem dos costumes e os líderes aqui existentes, deveriam sim, a eles se submeterem.

Com a narração deste episódio pretendeu o autor demonstrar que o Vigário Sales “teve reconhecido o seu dispêndio de energia, no sentido de encaminhar o povo campinense pelos rumos dignificadores da fé e da pureza dos costumes”. Aspecto ressaltado flagrantemente pela *Voz da Borborema* em 13 de agosto de 1938, no 11º aniversário da morte daquele Monsenhor. Afinal, este jornal pretendeu contribuir para a edificação de uma sociedade baseada na fé, no nacionalismo e na pureza de costumes e de raças como pretendiam as crenças nacionalistas tão em voga na Europa naquele momento.

Até o ano de 1928, segundo o jornal *O Século* em 18 de agosto de 1928, Campina Grande ainda chorava o falecimento “daquele condutor de almas”. Ainda para este periódico que se apresentava como de “livre opinião”, a gente católica teve naquele pranteado pároco um “guia sincero e magnífico”:

(...) “Não fará desmanche nunca do seu pensamento ,a obra imperecível do padrão dessa sua moral e do concretizador do sonho de muitos anos que foi na sua vida, a supremacia da matriz de nossa época”.



Boulanger Uchoa queixou-se, desolado de que os sucessores do Vigário Sales não demonstravam a mesma competência para tocar a obra daquele sacerdote. Esta crítica não só aos líderes católicos, mas também aos políticos pela sua tibieza encontram-se sugeridas em jornais campinenses das décadas de 10, 20 e 30 responsabilizando-os pelas “preocupantes” modificações dos costumes da população à medida que a cidade crescia, rompendo antigos laços de sociabilidade e de respeito.

Os periódicos perceberam mudanças nos hábitos das famílias, tanto em público como na intimidade dos lares, e não deixavam de censurar o desaparecimento de qualidades, como as que visualizaram em homens como os que estamos enfocando.

#### ***1.4- No Selo da Glória***

Após termos acompanhado a trajetória desta liderança de Campina Grande no início do século XX, nos acercaremos agora de Clementino Procópio, outro mito desta cidade naquela época, como relembra a memória popular. Clementino Procópio foi um decano da educação neste município, onde é considerado um mártir, pela imprensa do período que abordamos. Tal mestre é considerado pelos intelectuais campinenses que escreveram sobre ele, como outro padrão de referência moral que deveria ser sempre lembrado e na medida do possível, imitado. Encontramos no diário de Dona Cristina Procópio, que o prof. Clementino Procópio nasceu em 1855 numa fazenda de propriedade dos seus pais, em Salgadinho, município de Bom Jardim em Pernambuco. E que desde o seu curso primário angariava a simpatia do seu professor, o padre de Salgadinho, ajudando-o nas missas dominicais. A seguir, estudou latim e aos 15 anos de idade foi encaminhado para o Seminário de Olinda <sup>111</sup>.

Depois de quatro anos seguiu para outra fazenda de propriedade de seu pai em Taperoá na Paraíba, onde fundou sua primeira escola. A seca terrível que assolou a Paraíba nos idos de 1877 trouxe entre tantos retirantes, o jovem que aqui chegou em 1878 e que logo abriu uma escola. Depois de algum tempo, habilitado em concurso, ganhou a

cadeira pública de instrução primária do sexo masculino, tendo sido nomeado pelo Barão de Abiaí, então Presidente da Província.

Casou-se em 1880 com Dona América. Nascendo desse enlace o Dr. Severino Gomes Procópio, pai de Dona Cristina Procópio e Dona Maria Amélia Câmara, viúva do Cel. Eufrásio Arruda Câmara.

Após 30 anos de serviço público, prof Clementino Procópio foi jubilado, fundando o Colégio São José, onde estudaram jovens que vieram ocupar posição de destaque na política e na sociedade, como foram destacados os nomes de Argemiro de Figueiredo, Dr. Acácio Figueiredo, Veneziano Vital do Rego, Agneio Amorim, Eurípedes Oliveira e Verginaud Wanderley, prefeito que reformou urbanisticamente a cidade, objetivando transformá-la numa “urbe moderna”.

Clementino Procópio, segundo entrevista concedida por sua neta ao jornalista Ronaldo Dinoá, teve toda a sua vida dedicada exclusivamente ao magistério, sendo o seu colégio responsável pela formação da maioria dos jovens de elite de sua época.<sup>112</sup>

O Colégio São José foi fundado por este professor em 1910, não tendo aparência suntuosa de acordo com a rusticidade e simplicidade do município naquela época.

Assim, Clementino Procópio reuniu apreciadas qualidades pelos que escreveram sobre ele, como o de ser humilde e grandioso em sua bondade e desprendimento. Sendo portanto, segundo os valores destes escritores, um indivíduo merecedor de consideração por sua comunidade, tanto que foi , em termos de representação de valores e de comportamentos, louvado então, dentro das imagens idealizadas que os membros de elite oferecem de si mesmas e na qual gostam de se reconhecer.<sup>113</sup>

Pelo procedimento vislumbrado no Prof. Clementino Procópio, bem como os aspectos valorizados por estes que foram compartilhados por seus rememoradores, temos uma idéia do que estes entendiam por boas qualidades e qual a melhor maneira de incuti-las.

---

<sup>111</sup> (DINOÁ, 1993, p.233)

<sup>112</sup> (DINOÁ, 1993, p. 232)

<sup>113</sup> (Idem, p. 234)

A generosidade é uma das mais apreciadas, como lembra ainda a sua neta quando relatou que o colégio do Prof. Clementino Procópio possuía externato e internato e lá estudaram tanto os que podiam pagar como os que não podiam.<sup>114</sup>

No seu colégio, aprendia-se desde as primeiras letras, seguindo-se o curso primário, no qual o Prof Clementino Procópio adotava quatro classes: a mais adiantada era a primeira e a mais atrasada a quarta. Havia ainda um curso secundário, onde ele ensinava latim, português, além de outras matérias consideradas essenciais pëlos educadores deste período.

Clementino Procópio primava pelo aprimoramento da caligrafia de seus discípulos. Nas sextas-feiras havia uma prova escrita, na qual aquele professor escolhendo um trecho do romance Iracema de José de Alencar, livro de leitura adotado no colégio, designava dois alunos para copiá-lo. Em seguida, eram por ele julgados. Com esse método ele teria estimulado seus discípulos, desde cedo, a primarem por uma boa letra, um dos aspectos mais exigidos dos homens cultos por muitas décadas.<sup>115</sup>

Outro dado a ressaltarmos é que o Prof. Clementino Procópio foi o primeiro homenageado na galeria de figuras ilustres do passado, na Biblioteca Municipal de Campina Grande, em 27 de março de 1938, antes mesmo de Mons. Sales, tal a importância concedida ao educador pelos intelectuais da terra.

Nesta ocasião, um dos seus mais ilustres ex-alunos e sucessor foi o Prof. Mauro Luna, que recordou o seguinte:

"todas as pessoas que foram alunas do Prof. Clementino Procópio sentiram a influência decisiva daquele espírito, lembranças das lições de moral que ele a cada passo irradiava subitamente, num sorriso ameno ante uma prova qualquer que déssemos de compreensão dos nossos deveres. Fora da classe, era sempre expansivo, afável, cavalheiresco. As suas palestras representavam para cada um de nós, um conforto e um estímulo. Sabia criar e fortalecer esse elo de mútua simpatia que deve existir entre

---

<sup>114</sup> (Idem, Ibidem)

<sup>115</sup> (Idem, Ibidem)

professores e alunos, para que os resultados do ensino se façam sentir vigorosos e plenos".<sup>116</sup>

A fineza, a educação, o cavalheirismo e a sociabilidade passaram a constituir formas de distinção em Campina Grande a partir dos finais da década de 20. Distinguíam-se os homens que realmente teriam aprendido as lições do Prof. Clementino Procópio e as suas prescrições, distinguido-os assim destas “chusmas” de forasteiros que invadiram a cidade, sem modos e sem afabilidade. A de Clementino Procópio projetou-se durante muitos anos após sua morte sobre os seus alunos, de quem eram cobrados a prática e os ensinamentos do velho mestre, que o reproduzissem na sua atribuída conduta moral e no seu altruísmo. Só assim poderiam ser considerados “vigorosos” e “plenos”.

Dona Cristina ainda lembrou em sua entrevista, que não foi apenas no magistério que seu avô fez sentir sua influência, foi também político, jornalista e advogado. Mesmo sem ter tido formação universitária, atuou inúmeras vezes em sessões de júri desta cidade como rábula, fazendo soar sua voz clara e pausada, comedida e simples, porém de uma lógica que não admitia contra-ataque, deixando por terra todos os seus argumentos contrários.

Clementino Procópio, segundo ainda as recordações desta sua neta, tinha um profundo amor e caridade, não só físico como espiritual para com os pobres, demonstrando sua bondade nas mais simples atitudes, como convidar os pedintes de esmolas para tomar café da manhã em sua mesa, ou de maior alcance como abrigar retirantes das secas, para quem construiu um galpão perto de sua casa.

O altruísmo, a sensibilidade em relação a problemas da comunidade foram repetidas vezes destacados quando as memórias se referiam à pessoas como Cristiano Lauritzen, Cel. Salvino Figueiredo e Clementino Procópio. Estes teriam reunido todas as qualidades que se espera de “verdadeiros homens”, o que justificava o seu culto.

As demonstrações de bondade do Prof. Clementino Procópio como a de convidar pedintes para sentar à sua mesa na mais íntima das refeições que é o café da manhã, ou abrigar retirantes em casa, são atitudes consideradas louváveis numa região em que

---

<sup>116</sup> (Idem, p. Ibidem)

indivíduos socialmente inferiorizados são vistos com receio, principalmente em épocas de maior incidência como eram as das secas.

Atitudes de benevolência e tolerância em relação aos desafortunados poderia ser um passo para redimir estes indivíduos diante dos “homens de bem”. Se o exemplo do Prof. Clementino Procópio fosse seguido, todas as nefastas conseqüências da seca como a degradação moral de suas vítimas, seriam atenuadas, como acreditava este pensamento.

A determinação do Prof. Clementino Procópio em integrar retirantes nos códigos que prevaleciam na sociedade é constantemente louvada. Para isto contam episódios da vida daquele para que serviam de exemplo:

(...) “Em urna destas ocasiões (chegada de flagelados), ao falecer urna retirante que ele abrigara, ele acolheu os seus três filhos pequenos que de lá só saíram depois de casados. A sua casa era sempre cheia. Muitos outros órfãos encontraram nele um pai afetuoso e bom. Ele então os criava, educava e casava quando era tempo”.  
117

Nada adiantava os filhos e netos do Prof. Clementino Procópio sentirem um “certo mal-estar”, porque muitos pedintes eram “sujos e mal cheirosos”, como sua neta relatou. Clementino Procópio era determinado em acolher indivíduos materialmente destituídos e assim acolheu em sua casa muitos órfãos que nele teriam encontrado um pai afetuoso e bom. Ele então os criava, educava e casava quando era chegado o tempo.<sup>118</sup>

Note-se a ênfase dado ao fato de “educar” e “casar quando era tempo”. Era este o procedimento que deveria ser adotado pela sociedade em relação aos jovens, para quem a melhor via de conduzi-los seria educando-os e casando-os, não permitindo desta forma que se tornassem personagens indesejados; como vagabundos, bandidos, prostitutas, destituídos de obrigações com família e trabalho. Omitir-se de contribuir para evitar que acontecessem tais coisas era não seguir a lição de moral que Clementino Procópio havia deixado. O ideal seria que todos agissem como aquele educador, combatendo assim as proliferações de vícios desagregadores.

A ênfase conferida ao fato de “casar quando era tempo” para os jovens, estava calcada nas prescrições morais da sociedade campinense, assim como à idade permitida

---

<sup>117</sup> (Idem, ibidem)

<sup>118</sup> (Idem, Ibidem)

para nubentes que não deveria anteceder os catorze anos para as moças e os dezoito para os rapazes.

Contextualizando Clementino Procópio na época e no lugar em que vivera, observamos pela leitura dos jornais daqueles anos, o quanto preocupava os problemas decorrentes com a chegada de retirantes devido às secas. Entre estes estavam a orfandade, a viuvez desamparada e a massa de desempregados que se amontoavam pelas ruas da cidade, que ainda não dispunha de um programa de assistência capaz de minimizar este estado de coisas.

Segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr. a nascente burguesia campinense, sentia necessidade de tomar algumas providências no sentido de se ordenar este “caos” que se tornara a cidade, com o número crescente de retirantes “acomodados, ao relento pelas calçadas”, na maior confusão e aviltados pela maior miséria<sup>119</sup>. Este historiador conclui neste seu artigo, que a confusão que sempre mete medo e descontenta a burguesia com sua noção de racionalidade, quer seja da sociedade, quer seja do espaço, teria então nesta visão que ser racionalizada, ordenada, disciplinada e controlada pela burguesia e para esta mesma burguesia.

Era necessário que as lideranças da cidade tomassem providências para conter e ordenar esta situação de caos. Afinal, segundo Albuquerque Jr, “os esqueletos andantes e quase nus como os descreveu na época o jornal *A Opinião*, resolviam não prosseguir a viagem e começaram a se encontrar em Campina Grande, amedrontando a população citadina e ferindo notadamente os delicados narizes da nascente burguesia campinense, com o aspecto andrajoso de suas vestes, ferindo a ‘moralidade’ das mais ‘inocentes’ princesinhas da urbs campinense, e com o mau cheiro que exalava, cheiro de miséria, dor com a qual não estavam acostumados os rapazolas que se preparavam para substituírem seus pais ‘coronéis’ na administração de suas prósperas casas comerciais”.<sup>120</sup>

Ainda, segundo este artigo, tornou-se necessário para a burguesia “tomar algumas providências” no sentido de se ordenar este caos que se tornara cidade, com o número crescente de retirantes “acomodados em choupanas de ramos”, estes e aqueles vivendo ao relento pelas calçadas, na maior confusão e aviltados pela maior miséria.

---

<sup>119</sup> (ALBUQUERQUE JR, 1987, p.)

<sup>120</sup> (Idem)

Albuquerque Jr. narrou-nos ainda, que as mais distintas autoridades do local: o Juiz de Direito, Dr. Antônio da Trindade, Antunes M eira Henrique e o pio Vigário Calixto Corrêa Nóbrega, formaram a “comissão de socorros”, com a finalidade de distribuir víveres entre os famintos, mas não como esmolas, pois isto, segundo o “imaginário burguês”, deprime e humilha o homem, ensina-o a ser “indolente” e “vagabundo”. Tal “socorro” deveria ser dado, segundo este raciocínio em troca de algum tipo de trabalho que desse ocupação a esta população, tornando-a produtiva, moralizando-a, imunizando-as das “práticas viciosas” e evitando manifestações de “desordem”.<sup>121</sup>

Para a tarefa maior de condicionar as levas de flagelados a ordem vigente, convocou-se as mais “distintas” autoridades do local, entre as quais o Prof. Clementino Procópio que constituía em uma das mais respeitadas, dando a sua parcela de contribuição como já relatado anteriormente, acrescentando não somente amparo, mas também educação e um casamento futuro, conforme o que era idealizado para todos os indivíduos jovens.

Para Elpídio de Almeida<sup>122</sup> entre os poucos nomes que se fixaram indelevelmente na memória coletiva, não somente pelo longo exercício do seu ofício, senão pela integral dedicação ao apostolado, está o de Clementino Procópio, que tangido de Taperoá pela aspereza da seca e não podendo contrariar seu pendor, para a educação, começou de imediato a ensinar particularmente e depois tornou-se professor público .

Os cânones da educação da época separavam os gêneros masculino e feminino, a quem destinavam ensinamentos específicos conferidos de acordo com seu sexo. O colégio São José do Prof. Clementino Procópio se ocupava da educação dos meninos e rapazes, cabendo as mulheres regerem as escolas para o sexo feminino.

Elpídio de Almeida<sup>123</sup> fez questão de frisar ainda que Clementino Procópio caprichava em manter as mesmas mensalidades, com as quais iniciara o instituto, pois não visava as vantagens materiais. O seu interesse era educar. Tinha a paixão do ensino, o prazer de “polir e orientar as inteligências” que lhe eram confiadas.

Era, segundo Elpídio de Almeida, de homens com o idealismo e a paixão do Prof. Clementino Procópio que a nação e a cidade precisavam. Infelizmente, assim como os

---

<sup>121</sup> (Idem, Ibidem)

<sup>122</sup> (ALMEIDA, 1978, p. 317)

<sup>123</sup> (Idem, p. 317)

sucessores de Mons. Sales que não tiveram o mesmo ímpeto que este, o mesmo se poderia dizer dos políticos que sucederam Cel. Cristiano, e dos professores que não tinham mais a abnegação de um Clementino Procópio, sinal da crise de valores e de belas motivações da Campina Grande dos anos 30 em diante.

Dois anos após a morte do celebrado educador, ocorrida em 27 de maio de 1934, Hortênsio Ribeiro em seu artigo, publicado em 1936 nos rala da sombra de luto que cobriu Campina Grande, para nos dar uma idéia do quanto a cidade o admirava:

(...) “Sobre a tarde em que o comércio cerrara as suas portas, as crianças das escolas regurgitaram pelas ruas coalhadas de povo. Era um espetáculo inédito na história das grandes dores de Campina Grande, em que os templos campinenses dobravam longamente a finados”.<sup>124</sup>

Continua Hortênsio Ribeiro demonstrando a consciência da irreparável perda que a população reconhecia:

(...) “Filas compactas de senhoras e senhoritas comprimiam-se ao longo das calçadas com os lenços nos olhos. Entre os compassos tristes do funeral que uma banda de música tocava, aqui e além se ouvia soluços abafados, havendo um marejar de pranto em muitos olhos condoídos. A própria natureza, apesar da luz intensa do sertão, dir-se-ia que quedava estóica a mágoa unânime que dominava de ponta a ponta a cidade”.<sup>125</sup>

Continuou lamentando-se, inconsolado, Hortênsio Ribeiro e discorrendo sobre a abnegação, a bondade única em se amiserar com as desgraças alheias de Clementino Procópio. Hortênsio Ribeiro convocou todos aqueles que foram seus discípulos e que

---

<sup>124</sup> (RIBEIRO, 1979, p. 93)

<sup>125</sup> (Idem, Ibidem)



aprenderam com Clementino Procópio os primeiros rudimentos da nossa língua, para que tirem o chapéu e ergam as mãos em continência, fazendo justa homenagem a essa “glória irrealizável do magistério público da Paraíba” - como brandiu ainda Hortênsio Ribeiro.

Hortênsio Ribeiro ainda inconformado, acrescentou que:

(...) “Ao nos debruçarmos com o rosto inundado de pranto sobre a sua tumba, volvidos vinte e quatro meses do seu desaparecimento, nós que vivemos. Além de mestre competíssimo, era um amigo devotado e um benfeitor”.<sup>126</sup>

Este jornalista conclui o seu condóido artigo contrapondo a imagem de benfeitor do Prof. Clementino Procópio repleta de qualidades exemplares, com o contra-exemplo dos presidiários que simbolizavam tudo que deveria ser renegado pelos cidadãos:

(...) “O vestígio de sua passagem pela cidade que tem uma virgem santa por padroeira, não está assinalado apenas no lindo logradouro que a veneração dum edilidade municipal lhe mandou erguer, ali, onde outrora só se via um horripilante presídio enjaulando os que na terra mataram, ensangüentaram e roubaram”.<sup>127</sup>

Contrapõe, assim, Hortênsio Ribeiro as imagens que deveriam ser idealizadas como às do Prof Clementino Procópio, com o os mau exemplos representados pelos “malfeitores” cuja imagem negativa deveria ser comparada como a de homens como a do benfeitor Clementino Procópio:

(...) “A sua memória está impressa no seio da glória, na lembrança reconhecida de quando tenham ou tenham sido seus discípulos que ainda guardam recordação de tudo que ele fez em apego, dedicação social,

---

<sup>126</sup> (Idem, Ibidem)

<sup>127</sup> (Idem, Ibidem)

sentimentos de admiração, e um tocante espírito de sacrifício pelas crianças, e desgraçados”.<sup>128</sup>

Expunha assim, o mais renomado jornalista campinense de sua época, o que ele considerava como valoroso, quais os motivos meritórios pelos quais um indivíduo mereceria ter sua memória impressa no “selo da glória”. E servir de referência para as gerações pósteras como a do próprio Hortênsio Ribeiro e de políticos que haviam herdado também a qualidade da “determinação” como Argemiro de Figueiredo e Vergíniaud Wanderley.

Através destes depoimentos sobre Clementino Procópio e pelas qualidades ressaltadas, vislumbramos o quanto a dedicação social, a caridade, o “espírito público”, o idealismo eram apreciados pelo menos na teoria, por estes intelectuais.

O fato de um homem ser um pai de família de moral ilibada, além de por suas mãos terem passado as mais “iminentes e ilustres” personagens da política local, que tiveram em Clementino Procópio um exemplo de austeridade, e de quem receberam formação moral e noções de civilidade. Fizeram deste personagem um dos mais referenciados nomes da História campinense por intelectuais como Hortênsio Ribeiro.

O professor Clementino Procópio e o seu colégio se encarregaram da instrução intelectual e social da juventude campinense de sua época, onde era promovido grande parte da visão do mundo e da dominação social de sua elite masculina. Neste colégio muitas lideranças campinenses cursaram suas primeiras letras, conforme já descrevemos. Entre eles muitos jornalistas que procuraram veicular na imprensa local suas idéias e valores morais através de imagens didáticas e civilizadoras, como veremos nos capítulos seguintes.

---

<sup>128</sup> (Idem, Ibidem)

*Parte II Abscessos Sinistros – Aspectos do Atraso e da Moral.*

## ***Capítulo 2: Em Busca do Paraíso***

Pretendemos conferir o papel da imprensa campinense no processo de urbanização e de desenvolvimento desta cidade nas primeiras décadas do século XX, bem como à quais interesses econômicos e políticos, suas opiniões mais convinham. Neste capítulo enfocaremos como questões de higiene pública foram vistas pela imprensa campinense daquela época.

Ao final da primeira década do século XX, Campina Grande era uma pequena cidade que de acordo com Epaminondas Câmara, possuía oitocentos e oitenta e uma casas e três hotéis <sup>1</sup>. As notícias de fora chegavam atrasadas nas costas de burros e mulas por irregulares estradas de terra. A estrada de ferro só chegaria em 1907, não sendo visto de imediato o progresso que lhe atribuíam. A população mantinha seus hábitos provincianos, o que facilitava aos seus moradores se manterem informados da vida uns dos outros. Os bêbados, os mendigos, os vagabundos, eram geralmente dali mesmo, todos os conheciam e sabiam de sua história e da sua origem. Perigo mesmo era representado pelo cangaceiro Antônio Silvino e seu bando, pelos pistoleiros e capangas, acoitados nas fazendas dos coronéis, matando e tumultuando eleições a serviço dos chefes políticos, e pelas levas de flagelados fugidos da seca.

Mas já havia acadêmicos como Antônio de Sá, Protássio de Sá, Gilberto Leite e Virgílio Maracajá, evidenciando segundo as palavras do também jornalista Eptácio Soares, de que já naqueles dias distantes, a mocidade acadêmica de Campina Grande perseguia um ideal de cultura, procurando aprimorar os seus conhecimentos através do traquejo literário das colunas nos jornais. (*Diário da Borborema, Ano I, nº 01, 02 de outubro de 1957, ênfase nossa.*)

Esses ideais de cultura e de contribuição para influenciar “bons hábitos” e a população esbarravam nas condições adversas por eles encontradas, quase todo mundo era analfabeto, inclusive os mais ricos, a precariedade do comércio local não gerava

---

<sup>1</sup> (CÂMARA, 1947, p. 103)

anunciantes e os conflitos entre os líderes políticos eram muito pessoais e violentos, interessados antes de tudo, em ataques aos seus adversários através da imprensa e que ainda não se sensibilizavam o suficiente com apelos como estes:

(...) “Nenhum povo conquistara foro de civilizado e culto, se nos momentos como nas épocas de luta ingente, fez triunfa causa antipática do arbítrio e da violência. O poder público, de fato, se firma e se impõe, não é sem dúvida, por ter ao seu lado o elemento coercitivo. Desgraçada da sociedade que o respeito à lei, nasce de uma imposição da força armada” (...).

Este artigo dirigido ao povo campinense e particularmente aos seus líderes, ressaltou a importância de se obedecer às leis e ao poder público por conscientização e reconhecimento de sua importância e não por coações, que não seria próprio das imagens idealizadas de povo “civilizado e culto”, para o qual não são necessárias medidas violentas de coerção. O mesmo artigo ainda atenta para o fato de que:

(...) “Se não somos partidários do protecionismo absoluto de H. Spencer, entretanto, não podemos fugir da afirmação de que há uma obrigação moral de nossos maiores para com as classes inferiores, infelizmente abandonadas e perseguidas, A justiça deve ser o princípio dirigente das ações humanas. Que importa que ali se tenha levantado altares para glorificar violências, quando estas não vivem além da baixeza convencional que avilta costumes, corrompe moralidades, infama caracteres”.<sup>7</sup>

Sem dúvida, o recado endereçava-se aos grupos economicamente e politicamente dirigentes, a quem cobram a sua obrigação moral com as classes “inferiores”, que não deveriam ser nem abandonadas ou ignoradas, nem perseguidas, mas educadas e integradas num projeto civilizante onde seus “maus-hábitos” fossem abandonados devido

ao fato de serem persuadidas a se integrarem nos moldes de nações e cidades mais modernas e cultas.

Antigos hábitos rurais como “a imundície” segundo essas opiniões, não deveriam ser tolerados, nem tampouco comportamentos desregrados advindos de sua “baixa condição e ignorância” como a prostituição, a bebedeira e a vagabundagem que os indispunham contra os projetos moralizadores e normatizadores já sugeridos por este periódico. Fuxicos e mexericos da vizinhança já não bastavam para moralizar, eram necessárias medidas preventivas das autoridades, a exemplo das “cidades cultas”, como deixava-se transparecer neste outro artigo publicado em outro número deste jornal:

(...) “Dois assuntos de grande monta preocupam neste momento o nosso espírito. De um lado, a seca tremenda que nos apavora, de outro lado, o abandono completo da higiene pública nesta cidade” (...)

Para este artigo, a questão da falta de higiene pública é um problema tão catastrófico quanto as conseqüências sociais da seca. Como somos levados a concluir na continuação da leitura deste mesmo artigo:

(...) “É preciso desconhecer as noções mais rudimentares de economia social, ter paralisado as funções de observação, para consentir, taciturno e quieto, na completa imundície que nos cercam, dizendo mal dos nossos costumes, dizimando a nossa população, nos pondo fora do contato progressivo e evolucionar das cidades cultas. As nossas ruas só são limpas quando alguém faz correr o boato de uma visita do Governador do Estado” (...)

As preocupações apresentadas neste trecho incidem sobre o desconhecimento das “noções mais rudimentares de economia social”, onde uma de suas piores conseqüências seria nos “por fora do contato progressivo e evolucionar”. Para o psicanalista Jurandir

Freire Costa, no seu livro *Ordem Médica, Norma Familiar* a higienização das cidades, estratégias do Estado Moderno, esbarrava freqüentemente nos hábitos e condutas que repetiam a tradição familiar e levariam os indivíduos a não se subordinarem aos objetivos do governo.<sup>2</sup>

No Brasil, ainda segundo este autor a higienização da família progrediu em relação direta com o desenvolvimento urbano, sendo a tarefa dos higienistas converter os sujeitos à nova ordem urbana. O Estado republicano brasileiro que nasceu com a abdicação de D. Pedro II foi o “motor propulsor” do súbito prestígio da higiene. A atividade médica coincidia e reforçava a solidez de seu poder por isso seria recebido o seu apoio.<sup>3</sup>

Campina Grande, nas primeiras décadas do século XX era uma extensão das propriedades de grandes famílias rurais, não apenas em sua ordenação econômica, arquitetônica e demográfica, mas também na regulação jurídica, política e administrativa. Assim, como nas demais cidades brasileiras, a gênese familiar do espaço urbano foi o ponto de partida do patriarcalismo sobre a cidade. O monopólio das famílias rurais sobre o governo da municipalidade também foi verificado ao lado dos mecanismos formais e legais de controle político e, de certa forma, através deles a família senhorial criou instrumentos informais de reforço, de manutenção e dilatação do seu poder. Também no caso de Campina Grande, a ordem política da cidade duplicava sua fisionomia arquitetural e econômica no sentido de confirmação do poder familiar. Espaço físico e político congregavam-se e reforçavam-se o jogo patriarcal sobre a cidade.

O historiador Epaminondas Câmara afirmou que a elevação de Campina Grande à cidade em 1864 marcou o declínio político e social da fazenda. Campina Grande fora, até então, uma sociedade estruturada ao redor da Casa Grande, da casa de engenho, das casas de farinha e das senzalas. Os protagonistas desta sociedade eram os fazendeiros, os senhores de engenho, os coronéis, os agricultores e os escravos. Teria sido o surgimento nesta sociedade, do bacharel, do vigário, do comerciante, do farmacêutico, que provocou a luta pela centralização municipal e o rápido processo de urbanização.<sup>4</sup>

O sociólogo Rômulo de Araújo Lima considerou entretanto, que a partir da emancipação municipal, o núcleo urbano passou a ter maior importância, isto não

---

<sup>2</sup> (COSTA, 1979, p. 30)

<sup>3</sup> (Idem, p. 32)

<sup>4</sup> (CÂMARA, 1943, p. 9)

significando, porém, o declínio do poderio dos grandes proprietários fundiários. Mudando-se tão somente, o centro das decisões em função do deslocamento de parte dos fazendeiros para o cultivo e comercialização do algodão, o que implicou uma permanência mais constante destes na rua. Afirmou, ainda, este autor que foram os comerciantes que deram forma e feitio à futura cidade, havendo desinteresse por parte do homem do campo em fazer evoluir urbanisticamente o povoado. A rua deixava para a “gentinha”, para os forasteiros, “pés de poeira”, “que nada tinham a orgulhar-se, senão da posse de um posto comercial e algumas patacas lá no fundo do baú”<sup>5</sup>. O que nos leva a crer numa certa desvalorização deste meio urbano pelo imaginário rural da época.

Em outra pesquisa sobre a sociedade campinense do século XIX, de Marly de Almeida Gomes Viana: *Estrutura e distribuição de Terras no Município de Campina Grande (1840-1905)*, a autora constatou que na segunda metade do século XIX as relações sociais que caracterizavam a sociedade campinense, e que estiveram solidamente estruturadas desde o início da colonização sobre relações escravistas, começaram a se modificar.<sup>6</sup>

O trabalho escravo decaiu a partir do início da década de 70 e formas de trabalho livre conviveram com a escravidão, carregando vários traços do passado colonial, como cidadania restrita e deformada, recurso às formas de coerção extra-econômica, etc. O ritmo lento da transição do trabalho escravo ao livre, devido a lentidão das forças produtivas, determinou uma tendência à estagnação das relações sociais.<sup>7</sup>

Esta autora acreditou que com o final da escravidão e com o desenvolvimento do município, Campina Grande passou a absorver grandes contingentes de mão-de-obra com maior intensidade em épocas de seca. Formados por homens livres expulsos de suas terras ou ex-escravos que se agregavam às grandes fazendas como moradores. O relativamente intenso comércio da região e a ligação dos grandes fazendeiros com o comércio mantiveram em permanente contato, a população rural com a cidade e outros centros urbanos. Em 1872, a população era essencialmente rural, o que no caso, não significou isolamento entre a cidade e o campo. O relativamente intenso comércio da região e a

---

<sup>5</sup> (LIMA, 1992, p.p. 55-58)

<sup>6</sup> (VIANA, 1985, p. 189)

<sup>7</sup> (Idem, p. 190)



ligação dos grandes fazendeiros com o comércio mantiveram em permanente contato, a população rural com a cidade e outros centros urbanos.

## ***2.1 - Revolvendo o Pútrido***

Os jornais que surgiram no final do século XIX e primeiras décadas do século XX, estavam inseridos em uma sociedade essencialmente rural, onde ainda predominavam mentalidades coloniais e escravocratas, que eram também analfabetas, oferecendo resistência em assimilar as idéias de urbanidade, higienização e progresso propalado pelos articulistas destes periódicos. Foi, então, custoso e cheio de reveses a reeducação desta sociedade para uma ordem nova e urbana.

Além dos fatores arrolados acima, as idéias dos jornais encontraram obstáculos decorrentes do que o historiador Georges Vigarello definiu como disparidade entre a higiene burguesa e a higiene popular<sup>8</sup>. Os jornalistas campinenses não consideraram que os hábitos e costumes dos indivíduos que pretendiam higienizar tinham sua própria racionalidade, embora não reconhecida pelos que estão apoiados em saberes médicos e científicos, e que apontavam como uma das principais causas da perpetuação e disseminação das epidemias na cidade: a sujidade geral e a “falta de hábitos que tendem a conservação dos homens”. Esses hábitos de higiene eram desconhecidos, sobretudo entre os meios mais populares, “permanentemente” infectados por doenças cutâneas e contagiosas, tão freqüentes nas cidades.

Portanto, de acordo com os referenciais do jornal *O Campina Grande*, norteados pelas idéias inspiradas no darwinismo social e no higienismo que prevaleceram no novecentos europeu, Os poderes públicos teriam que se conscientizar e passar também a rever sua prática de “só limpar as ruas quando se corre o boato da visita de uma autoridade”, o que era inadmissível para este periódico, como estampou mas adiante:

(...) “Os becos Cardoso Vieira e do Açougue causam náuseas a qualquer transeunte. Quem tudo fazia, prometendo até transformar em verdadeiro paraíso

---

<sup>8</sup> (VIGARELLO, 1985, p. 139)

terrestre, certamente não se recorda mais de suas solenes e públicas promessas. O jeito das ruas está sem a menor conservação: buracos por toda parte, fixo por todos os lugares e recantos”.<sup>9</sup>

Desta forma transpareceu a decepção com os políticos que tudo prometeram em troca de votos, mas que uma vez eleitos relegaram providências tão importantes como as relatadas nesse artigo. *O Campina Grande* lamentou-se então em constatar que os políticos ainda não davam a devida importância à higiene pública.

George Vigarello, em seu livro *O Limpo e o Sujo* concluiu que a exortação higiênica que a burguesia utilizou em relação às classes populares no século XIX, não só provocou “resistência” como assegurou “ordem” e multiplicou as “virtudes”. A higiene no século XIX atingiu no imaginário das cidades, a sua tecnologia e também a sua resistência a capilarização<sup>10</sup>.

Para Margareth Rago, o saber médico-higienista no Brasil, influenciado pelas teorias médicas francesas, elaborou considerações responsáveis pela emergência dos surtos epidêmicos que assolavam a cidade. A higiene pública viu-se na obrigação de garantir o controle da circulação dos fluídos, do ar e da água, responsáveis pela saúde do organismo. As casas, as ruas, as cidades, as fábricas, as escolas, os hospitais, as prisões deveriam ser iluminados, bem ventilados, terem amplos espaços que permitissem devidamente a livre circulação dos fluídos para a boa saúde dos habitantes, dos trabalhadores, dos escolares, dos enfermos ou dos prisioneiros<sup>11</sup>.

Ainda segundo Rago, embora Louis Pasteur já tivesse formulado em 1870, a teoria dos micróbios que questionou as mitologias anteriores, demonstrando que as doenças contagiosas não se transmitiam pelo ar contaminado, mas por germes infecciosos propagados pelo contato indireto entre as pessoas, através de objetos como o dinheiro, os telefones públicos ou roupas experimentadas nas lojas, por exemplo.<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> (Jornal O' Campina Grande, Ano II, n.º 32, 30/05/1909, p.01)

<sup>10</sup> (VIGARELLO, 1985, p. 180)

<sup>11</sup> (RAGO, 1991, p.167)

<sup>12</sup> (Idem; Ibidem, p. 167)

No entanto, a ênfase nas estratégias de desodorização recaem com frequência nos espaços de contaminação, como se deduz deste outro artigo publicado em outro número do *Campina Grande*:

(...) “Uma boa higiene muito concorre para a conservação e saúde dos habitantes de qualquer meio populacional. Seríamos com justiça, acusados de parciais se chegássemos a negar que o atual prefeito Coronel Cristiano Lauritzen, tem se esforçado para nos dotar de ótimos melhoramentos. Chamamos a atenção do digno prefeito para a péssima limpeza de nossas ruas, temos em mira prestar um serviço de utilidade a sua poderosa administração. Nós que representamos os sentimentos do povo, também não nos deixamos levar no tumulto das paixões. A aquisição de carroças para a condução de lixo, a limpeza uma vez pelos menos, durante a semana, de todas as nossas ruas são medidas inadiáveis e que a prefeitura muito conseguira para fazer terminar as imundícies, focos de miasmas., secretores de uma infinidade de moléstias”.<sup>13</sup>

Os autores se apresentam como “legítimos” porta-vozes do povo, como representantes dos seus sentimentos, e portanto, justificam-se ao prefeito por criticá-lo e por cobrar-lhe providências de que não poderiam cair-se devido a este seu papel na sociedade: não se levar pelos “tumultos das paixões”, e sim pela racionalidade e pelo bem comum, por estas nobres causas é que se permitem dar sugestões ao administrador municipal.

No entender deste jornal são medidas inadiáveis por fim às imundícies e aos miasmas, “secretores de uma infinidade de moléstias”. De acordo estavam com a teoria dos fluidos que dominava o pensamento médico desde o século XVIII, para o qual o ar e a água eram considerados veículos mórbidos, portadores de emanações fétidas e pútridas, conhecidos como “miasmas”, transmissores de doenças. A inalação dos miasmas poderia provocar uma ruptura do equilíbrio do organismo, obstruindo as vias de circulação do sangue, e ocasionar, deste modo, o surgimento de doença, da febre pestilencial, do

---

<sup>13</sup> (O' Campina Grande, ano II, n° 32, 30/05/1909, p. 01)

escorbuto e da gangrena. Assim, químicos, biólogos e médicos partiam, na Europa desde meados do século XIX, à procura de anti-sépticos capazes de destruir os miasmas.<sup>14</sup>

Pensando desta forma os responsáveis por este jornal não poderiam admitir também que o reservatório conhecido como Açude Velho, situado em pleno sítio urbano, tenha se tornado uma fonte dos temidos miasmas, como é destacado neste outro artigo:

(...) “É pensar corrente dos habitantes desta localidade, que a causa originária das diferentes moléstias que atualmente vão dizimando uma boa parte dos nossos patrícios é o açude velho. Em um desses dias, conversando com um respeitável ancião, este nos garantiu que alta noite se faz ali grandes pescarias, resultando disto, a estagnação completa da água, quase imprestável daquele depósito público. Não é só isto. Revolvendo-se matérias pútridas faz exalar mau cheiro e conseqüentes miasmas”.<sup>15</sup>

O *Campina Grande* acreditava então nas imagens recorrentes de que são as exalações, o fedor da podridão e das carnes mortas, dos objetos deteriorados, que podem matar. A sua decomposição, a sua estagnação, o seu fedor é que transmitem a morte. O eflúvio por si só é ameaçador. O odor concretiza os riscos.<sup>16</sup>

Toda uma política de saúde, recorrente de uma visão centrada no ar foi posta em prática em países como a França, no século XIX, centrada também na longevidade da população, explorando também uma estratégia da água e uma crítica do habitat popular. Os espaços, segundo esta política, foram os primeiros a serem atingidos. Cemitérios, prisões, hospitais, matadouros povoam bruscamente a cidade de abcessos sinistros, até provocarem a remodelação do espaço urbano. Surgiram reformas, no fim do século, destinadas a aumentar a circulação e a renovação do ar, para apagar os focos demasiados sensíveis de fedor. Para isso era preciso evitar, em primeiro lugar, as atmosferas estagnadas; por causa disto foram deslocados os cemitérios, cujos vapores preocupavam, proliferaram reformas para alterar a arquitetura e a localização dos hospitais, como algumas das medidas mais precisas contra a sedimentação dos detritos. Foi desta

---

<sup>14</sup> (Idem; Ibidem, p. 167)

<sup>15</sup> (O' Campina Grande, ano II, n° 33, 06/06/1909, p. 01)

<sup>16</sup> (VIGARELLO, 1985, 117)

insistência exercida sobre o ar que para George Vigarello se pode compreender a atenção dedicada à higiene popular e as moradias dos mais pobres.<sup>17</sup>

A imprensa local, parece-nos, então, atinada com os procedimentos levados a cabo nos “centros mais cultos” e que já orientavam as reformas urbanas e a medicina social nos municípios mais populosos do Brasil. Baseados nestas premissas, periódicos como o’ *Campina Grande* procuram sensibilizar os poderes públicos e convencê-los da necessidade de priorização da higiene em suas metas, afinal, estavam apoiadas no “incontestável” saber médico:

(...) “E se não é verdade, nem primam pelo acerto as nossas asserções, rasguem-se os livros, negligencie-se a ciência médica. Agora mesmo na capital federal, acaba de ser encerrado o congresso de higiene, no qual tomaram parte diferentes representantes da América”.

<sup>18</sup>

A crítica deste mesmo artigo se torna ainda mais incisiva na sua intolerância, com os focos de imundície, como vemos mais adiante neste outro trecho:

(...) “O leito das ruas está sem a menor conservação, buracos por toda a parte, lixo por todos os lugares e recantos. A verba denominada jogo do bicho bastaria para o calçamento parcial de nossas ruas, caso tivesse boa aplicação. (...) Quando isto se fizer, não esqueceremos o nosso elogio, fiquem certos os que conosco hoje se aborrecem. Nós temos que dar conta ao povo, que é o nosso julgador da missão que este mesmo povo nos investiu. Estamos portanto, cumprindo o nosso dever, as posições cômodas e inativas não se compadecem com o governo operoso do benemérito Dr. João Machado. O povo quer ver trabalho porque paga imposto. Voltaremos”.

<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> (Idem, Ibidem, p. 117)

<sup>18</sup> (O’ Campina Grande Ano II, n° 42 22/08/1909, p.01)

<sup>19</sup> (Idem, Ibidem)

E voltaram mesmo, no número seguinte reafirmando o seu intuito de trabalhar em prol da causa pública, defendendo sempre os interesses do povo, segundo suas próprias palavras, e frisava neste número um ponto por eles como importante e de grande utilidade A higiene.

(...) “A higiene que já está propagada por todos os países civilizados, é uma parte da medicina, relativa ao meio de conservar a saúde que nos pode garantir uma cidade sanitária. E podemos deduzir esta conclusão do nosso próprio meio; estamos colocados em um dos melhores pontos para conservar ótima saúde; no planalto da Serra da Borborema, respirando-se todos os dias oxigênio puríssimo das árvores, e no entanto, registramos sempre casos de moléstias epidêmicas motivadas pela grande imundície com que nos cercam os poderes públicos”.<sup>20</sup>

No século XIX, considerava-se que a vida só poderia ser pensada em relação às influências exteriores que interagem sobre ela, como o clima, a luz, o sol e a água, segundo uma linha do pensamento herdada de Lamarck, de Etienne Saint-Hilaire, dos médicos do século XVIII, entre outros. Nesse sentido, uma vez que o meio ambiente era considerado como o responsável principal pela saúde do corpo social, e ao mesmo tempo, de cada indivíduo - membro constitutivo da totalidade social - a medicalização da sociedade implicaria a criação de condições ambientais que favorecessem à circulação dos fluídos, à formação de personalidades sadias e de uma nação próspera e civilizada.<sup>21</sup>

Campina Grande já no final da primeira década do século XX, dava demonstrações de crescimento urbano com a inauguração de sua estação ferroviária em 1907 e com o aumento vultoso do comércio algodoeiro. Enfrentava alguns problemas como a falta de um

---

<sup>20</sup> (O' Campina Grande Ano II, nº 41, 15/08/1909, p. 01)

eficaz abastecimento d'água e com as ocasionais levas de flagelados fugidos das secas. Em 1908-1909, anos em que circulou *O' Campina Grande*, Epaminondas Câmara relata-nos que a cidade tinha 773 casas. Era coadjutor da freguesia, o padre Zeferino Maria de Ataíde e que Campina Grande obtém a hegemonia comercial do interior do Estado.

Encontramos ainda, em *Datas Campinenses*, a respeito deste ano de 1909, que circulava na cidade, além de “*O' Campina Grande*”, já mencionado, *O' 15 de novembro*, jornal republicano do professor Severino Correia de Araújo<sup>22</sup>. A existência destes jornais já são por si só um índice da modernização das comunicações no município e da necessidade de veículos de divulgação de idéias.

Ainda segundo Epaminondas Câmara neste mesmo ano foi inaugurado em 03 de março o primeiro cinema da cidade, no edifício do Grêmio de instrução. Era o “Cinema Brasil” e funcionou até o ano seguinte.

Pelo visto, Campina Grande dava sinais de desenvolvimento e urbanização mais acelerada, porém, no entender dos seus periódicos não se poderia descuidar dos focos de insalubridade, a exemplo dos centros mais adiantados. Indignaram-se portanto, os redatores do “*Campina Grande*” com fatos como este, referente à limpeza pública:

(...) “Para melhor evidenciarmos a falta de sanidade de que nos ressentimos, basta notar-se que este serviço executado em outras cidades por médicos ilustrados, ou pessoas competentíssimas, é em Campina Grande feito pelos próprios porcos que passam o dia a limpar as ruas e a fossar as calçadas. Vemos Itabaiana, por exemplo, para manter a higiene mandou construir uma carroça de tamanho regular para que em dias determinados receber o lixo, para removê-los a lugares apropriados, ao passo que aqui resolveu-se ‘com mais facilidade’ e podemos afirmar que o despejo público está sendo feito dentro da própria cidade”.<sup>23</sup>

Procura-se então associar recorrentemente falta de higiene pública com atestado de insanidade e irracionalidade por parte das autoridades. Procurando também incutir no leitor a indissociabilidade entre razão, modernidade e higiene.

---

<sup>21</sup> (RAGO, 1987, p. 117)

<sup>22</sup> (CÂMARA, 1947, p. 101)

O artigo finaliza criticando as tabuletas que o poder municipal fez colocar nas escavações existentes nas ruas da Floresta, Imboca e outras muitas. Ao passo que, segundo o artigo, propõe que para melhor estabilidade do asseio público, bastaria que os poderes competentes revertessem em benefício deste município, um terço de seus rendimentos.

A intolerância aos cheiros fortes, aos fedores da cidade, às emanações fétidas exaladas pelos excrementos, lixos, multidões e a sedução pelo espaço oxigenado e perfumado acentuam-se progressivamente desde o século XVIII na Europa. A ascensão da burguesia e a imposição de sua hegemonia supõem a instituição de um novo imaginário social, de novas formas de percepção cultural e de uma nova sensibilidade.<sup>24</sup>

Neste contexto, o mau cheiro exalado pelo Açude Velho passou a ser visto como terrível ameaça. Se este reservatório aparecia em ofício de 1889, como de “incalculável utilidade, não só para esta cidade como para todo o centro desta província e parte das províncias vizinhas,” e que na data deste ofício achava-se completamente seco, reduzido a um charco, com a lama na profundidade de metros, urgindo desobstruí-lo, como medida de higiene. De solução o açude tornou-se problema.

De acordo com Elpídio de Almeida no seu livro *História de Campina Grande*, a câmara municipal na secção de 1889 aprovou um requerimento que mandava ao presidente de Pernambuco e ao Bispo de Olinda, expondo a situação e pedindo auxílios.

No ofício dirigido ao presidente de Pernambuco Francisco de Paula de Oliveira Borges, colocaram em segundo plano o pedido de auxílio pecuniário. O que mas desejavam era a interferência do governo da Província junto ao governo episcopal no sentido de reforçar a solicitação da designação de um missionário com o burel e o cordão de São Francisco para a pregação e o milagre. Neste requerimento, os requerentes expõem a situação em que se acham os sertões dessa província “em luta com a mais rigorosa das secas” e a falta d’água em que se achava a comarca até dentro da cidade, achando-se já exaustas todas as fontes.<sup>25</sup>

Relatava ainda este documento a necessidade da desobstrução do Açude Velho, a mais importante fonte pública de toda a Chapada da Serra da Borborema, de incalculável utilidade não só para esta cidade que lhe deve toda sua importância comercial, como para

---

<sup>23</sup> (Idem, Ibidem)

<sup>24</sup> (RAGO, 1987, p. 168)

<sup>25</sup> (Idem; Ibidem, p. 109)



todo o centro desta província e parte das províncias vizinhas, no momento, continua em outro trecho o Ofício:

(...) “o açude construído há mais de quarenta anos é a primeira vez que seca. A lama acumulada durante tão longo espaço de tempo sobe já vários metros de altura, reduzindo uma fonte de outrora tanto proveito a um imundo charco, o qual tem originado, nestes últimos tempos, epidemias que com muita razão lhe são atribuídas. Urgindo, portanto, desobstruí-lo já para comportar maior volume d’água como medida higiênica”.<sup>26</sup>

Ressaltava ainda o documento que deveria aproveitar-se o ensejo que o açude está seco, para limpar-lhe a lama, o lodaçal, porque a estação invernososa se aproxima, e esta câmara receia que por falta de meios, se perca a oportunidade que só depois de mais de quarenta anos se lhe depara, de promover este imenso benefício, que aproveita não só os habitantes desta comarca como a grande parte da população dos sertões desta e das províncias vizinhas. O não aproveitamento do ensejo, continuam os requerentes, que ora se oferece, fazia com que talvez os habitantes desta cidade, durante muitos anos, tenham de sofrer as duras conseqüências da falta d’água e do paludismo, que torna esta cidade insalubre, apesar de sua elevada posição. Nestas condições, a Câmara Municipal resolveu convidar os seus munícipes para reunidos todos, entregarem-se aos trabalhos desobstruindo o Açude Velho, cavando cacimbas e limpando as fontes d’água.

A Câmara pede então ao Presidente da Província de Pernambuco a sua influência no sentido de ser enviado um missionário capuchinho, o que nos faz acreditar que a população local naquela época valorizava mas a sua fé católica do que recomendações de ordem médico-higiênicas, como também se pode verificar na sua resistência em mudar seu hábito de enterrar os mortos nas igrejas, devido aos preceitos de saúde.

Os vereadores e a imprensa, portanto, encontraram dificuldades em convencer a população para participar de tão necessária empreitada. Mesmo o poder público

---

<sup>26</sup> (Idem; Ibidem, p. 111)

municipal e estadual relutara em colaborar. Só em 1912, quando Campina Grande já ponto terminal de estrada de ferro, em rápido crescimento, exigia novas fontes de água de melhor qualidade, estando por isso, sendo construído mais um açude, o de Bodocongó, foi que o Açude Velho teve algum benefício como o reforço e a elevação dos seus paredões.<sup>27</sup>

## **2.2 – O Banho dos Despudorados**

Outro problema representado ainda pelo Açude Velho era o fato de ele servir de banheiro público, principalmente para os homens. O Município regulava o seu uso através de dispositivos municipais, visando evitar a licenciosidade e infrações a decência. Alguns extremamente severos, reconhecem Elpídio de Almeida na sua *História de Campina Grande*, referindo-se ao estatuto aprovado pela Câmara em 1886, que determinava que “nenhuma pessoa maior de sete anos poderá banhar-se de dia no Açude Velho desta cidade”, incorrendo o infrator na multa de 20 mil réis e, no duplo, caso houvesse reincidência.

Mesmo assim, apesar da proibição e da pesada multa, continuaram os banhos, só diminuindo no inverno, o que demonstra a pouca disposição população para ingressar na ordem urbana. No verão, desciam em fileiras os banhistas, continuamente, de chinelas e toalha ao ombro, conversando alto, para a ilusória limpeza do corpo na água “impura e contaminada” do açude público.

Celso Mariz, no seu livro *Cidades e Homens*, ao relembrar suas impressões de infância passada nesta cidade, na primeira década do século, confessou numa conferência que era no Açude Velho o “banho popular, o mais fresco, o mais alegre, o mais gostoso na comunhão do ar e dos testemunhos das lavadeiras era o Açude Velho”.<sup>28</sup>

As autoridades e os setores mais intelectualizados, entretanto, não viram com bons olhos essa frescura, nem essa alegria. Afinal, segundo estes, crescia a cidade, residências eram construídas nas proximidades do reservatório, o velho hábito de banhar-se ali, como demais outros, precisava sofrer restrições. Por isso, em 1925, ante as constantes queixas

---

<sup>27</sup> (Idem; Ibidem, p.113)

<sup>28</sup> (MARIZ, 1985, p.16)

chegadas à redação do jornal epítacista *Correio de Campina*, apelava o noticiarista para o delegado de polícia:

(...) “Justas reclamações nos foram enviadas contra o escândalo dos banhos no Açude Velho; banhos em plena luz meridiana, às escancaras, num trecho da cidade habitadíssimo”.<sup>29</sup>

A autoridade policial, no entanto, receando descontentar grande parte da população, tão arraigado era o costume dos banhos, nenhuma providência tomou. Foi preciso passar mais quatro anos, lamenta Elpídio, quando já não era mais possível condescender com o abuso. Somente em novembro de 1929, para alívio dos cidadãos mais ordeiros, divulgou o major Rodolfo Ataíde, um aviso em que declarava ser terminantemente proibido a quem quer que seja, banhar-se nos açudes “Velho” e “Bodocongó”, à luz meridiana, como até aqui se vinha fazendo.

Os setores mais instruídos que faziam jornalismo em Campina Grande, na época desta reclamação, eram intolerantes com o “despudor” de publicamente banhar-se nu, principalmente nos bairros que estavam se urbanizando como no caso de Bodocongó. Esta opinião foi compartilhada pelas autoridades públicas que no ano seguinte aprovou um código de costumes que proibia tal prática.

Jean Claude Boulougne teorizou que a história de um sentimento como o do pudor, só pode ser feita através da história de atitudes e de comportamentos. Mas estes são muitas vezes ambíguos. Deveremos, segundo este historiador, penetrar, previamente, para além do gesto e da reação visíveis, nas motivações e nas mentalidades que lhe estão subjacentes. Ainda, para este autor, na origem dos comportamentos pudicos encontram-se muitas vezes realidades sociológicas que escapam à história. Assim, através dos séculos, registram-se pudores de classe social. Neste raciocínio, ele exemplifica que as classes populares são, em geral, hostis ao nu artístico da renascença. No século XVIII, são os “pequeno-

---

<sup>29</sup> (Apud; ALMEIDA, 1978, p. 114)

burgueses” quem mais se perturbam com as pinturas indiscretas dos artistas da corte francesa.<sup>30</sup>

Inversamente, para Boulougne, as classes dominantes, aristocracia e depois burguesia, mostram-se hostis ao nu cotidiano. São as autoridades que condenam os banhos nus, fecham os bordéis, regulamentam os gestos permitidos e os proibidos. A nudez de primeiro grau, a que o homem da rua adere com mais facilidade, parece mais facilmente vulgar àqueles que se gabam de a ter ultrapassado. Em todas as épocas, enfim, a marginalidade, falou a linguagem da nudez.<sup>31</sup>

Na sua análise histórica do pudor, Boulougne, vê que o pudor sexual embora continue a ser o mais corrente, não deixa de se integrar num pudor mais geral, que engloba tanto sentimentos como atos, atitudes e situações determinadas. Ele vê também que o pudor nasceu em estreita correlação com a vergonha, permanecendo como um produto da civilização, onde muitas vezes convém andar mascarado para obter o que quase se despreza.<sup>32</sup>

No caso dos “despudorados” banhistas nus dos Açudes Velho e Bodocongó, se o seu hábito de tomar banho desnudos nos faz supor que eram pouco hostis ao nu cotidiano, ao contrário dos setores mais instruídos, parece-nos mostrar também pouca disposição para entrar na ordem urbana e civilizada, apregoada pelos periódicos.

O Açude de Bodocongó era igualmente alvo de “queixas e reclamações” como se intitulou esta nota publicada no jornal *O Século* em 03 de novembro de 1928:

(...) “Pessoas residentes nas proximidades de Bodocongó, trouxeram-nos uma justa reclamação a respeito dos banhos públicos no açude daquele adiantado subúrbio. Há muitas casas nas imediações do açude, além da fábrica e da estrada que passa por sua barragem, muitíssimo transitada, como sabem, por pedestres e automóveis. Pois grande número de despudorados senhores, banham-se nas margens mais próximas, à vista de quem quer que passe pela estrada, em roupas de Adão, e com uma sem cerimônia de meter raiva aos moradores daquelas circunvizinhanças conforme nos assegurou um dos reclamantes, aliás pessoa idônea. Com vista a polícia para proibir

---

<sup>30</sup> (BOULOUGNE, 1999, p. 17)

<sup>31</sup> (Idem, p. 18)

<sup>32</sup> (Idem, p. 21)

terminantemente o abuso e ao Estado para mandar construir banheiros apropriados”.<sup>33</sup>

Para este órgão de imprensa eram justas as reclamações a respeito desses banhos públicos. O nudismo público, para este periódico, era inadmissível, caso de rigorosas medidas por parte da polícia e relaxamento do poder público que não construía banheiros apropriados.

Para Jean Claude-Boulougne foi com o Renascimento, que vemos aparecer, a começar pelos países protestantes, as primeiras ordenações a proibir os banhos nus. Paradoxo então, para uma época que libertou o nu no domínio artístico e produziu os mais rigorosos registros anatômicos. Na França do século XVII, as mulheres deixam de estar autorizadas a fazer “nudismo selvagem” ao longo do Sena. A moral atira-se, então, aos Adões que aí continuam a brincar no paraíso terrestre. Nessa época, a moral decidia-se nos salões dos preciosos.<sup>34</sup>

As proibições a estes hábitos se mostraram inúteis em Paris, e a partir do fim do século XVII os regulamentos da polícia vão tentar pôr ordem nas exposições dos nudistas. Na segunda metade do século XVII, depois da então jovem higiene ter descoberto que os esgotos da capital vão ter ao rio e inventado a palavra mefitismo para designar esta nova poluição, começa-se a olhar com desconfiança para as águas do Sena. Pelo menos entre os “burgueses instruídos”.<sup>35</sup>

### ***2.3- O Teatro do Lúbrico***

O historiador americano Roy Porter num texto chamado “*História do Corpo*”, afirma que seria limitado estabelecer os objetivos dos sanitaristas e dos higienistas, apenas em termos de miasmas e drenagens; suas preocupações não eram menores com respeito à sujeira moral e à regulamentação do contágio e da contaminação sexual. Ao seu entender,

---

<sup>33</sup> (O Século Ano I, n° 16, 03/11/1928, p. 04)

<sup>34</sup> (BOULOUGNE, 1984, p.p. 36-37)

<sup>35</sup> (VIGARELLO, 1985, p. 117)

a idéia superficialmente atraente de que o crescimento do poder do estado tenha sido dirigido para a subordinação social do corpo passou a ser ingênua e nada convincente.<sup>36</sup>

O meio ambiente persiste então para estes articulistas como responsável pela saúde do corpo social e individual. Em raciocínios como estes, a medicação da sociedade implica na criação de condições ambientais que favoreçam à circulação dos fluidos, à formação de personalidades sadias e a prosperidade da Nação, impedindo então, a desorganização pútrida da sociedade e de seus habitantes. No caso de Campina Grande, a cidade vivenciava então dois graves problemas como já havia sido exposto pelo “*Campina Grande*” em relação a água: da escassez deste líquido provocada pela seca, com sua seqüela de mazelas sociais; e a sujidade desse mesmo líquido provocada pela inconsciência da população e de suas autoridades no trato das causas públicas, como a prevenção de sua própria saúde. A água, então, constituía neste município, sempre uma fonte de problemas, sempre alertados pelos que fizeram sua imprensa, que não só censuravam o descaso das autoridades, como também propunham soluções como no caso o do forno crematório.

O espectro das epidemias que se encontram nos projetos médicos de saneamento das cidades desde o século XIX, respaldam campanhas como a deste jornal. No horizonte destes médicos sanitaristas, privadas, esgotos, prostitutas, pobres, doentes, loucos e negros são associados numa mesma operação simbólica, a exemplo dos escritos do médico francês A. Parent-Duchâletet<sup>37</sup>. Principalmente em cidades que como é citado no início do artigo, “com a população cada vez mais crescente”.

*O Rebate* foi um dos jornais campinenses que se empenhou na tarefa de denunciar tudo aquilo que “suja” de alguma forma a ordem urbana que se pretendia implantar e que encontrava obstáculo nos hábitos que insistiam em permanecer, principalmente, onde encontram ambiente propício. Sendo assim, estes homens “danados de teimosos” que são responsáveis pelo jornal continuam vomitando diante de tudo que fedesse aos seus sensíveis olfatos, como se vê pela leitura desta nota publicada no seu quarto número, intitulada: “com vistas a polícia”.

---

<sup>36</sup> (PORTER, 1992, p. 314)

<sup>37</sup> (Idem, p. 18)

(...) “Zelar pela higiene e decoro público é dever de todo o cidadão digno. (...) de vistas e narizes, tanto porque maus cheiros pareciam estar relacionados com doenças por terem evidentes ligações com a sujeira”.<sup>38</sup>.

Ainda, segundo tal visão, as necessidades fisiológicas deveriam em sociedades de indivíduos civilizados serem controladas, cujo grau de controle os afastaria dos atrasados e embrutecidos “povos do mato” ou “povo do sítio”, que estavam pouco acima dos animais irracionais, dominados que eram por seus instintos e por sua “falta de educação e refinamento”, “não iluminados”, portanto, pelas luzes da civilização.

No século XIX, a teoria miasmática da doença sugeria que os males provêm da matéria orgânica deteriorada que cria o miasma transmissor da doença. Ruas limpas, água limpa, ar limpo, começavam a parecer altamente relevantes para o bem-estar.

O semanário “*O Rebate*” teve seu primeiro número no mesmo de 1932, ano em que foi extinto o Posto de higiene da Cidade e substituído por um Centro de Saúde, também neste ano foi inaugurado, o primeiro hospital da cidade, cujo doador do terreno foi o professor Clementino Procópio. Essa casa hospitalar pertence à Loja Maçônica Regeneração Campinense e no mesmo edifício foram abrigados o Centro de Saúde do Estado e o Posto Médico do Município.

O Rebate, neste mesmo artigo mostrou-se preocupado com a permanência de um prédio em ruínas e “infecto”, que ameaçava segundo ele, as famílias, a ordem e a moral pública. Sua localização “incômoda” junto às famílias da Travessa do Campinense, propiciava uma brecha de permissividade não controlada pelos poderes públicos, que, para isto, destinava espaços próprios, como as zonas de prostituição onde poderiam ser exercidas de acordo com as delimitações das autoridades. O que no caso não estava sendo feito, como podemos deduzir deste trecho:

(...) “também ponto preferido de encontro de pares amorosos e é intolerável que nas barbas da polícia,

---

<sup>38</sup> (Idem)

entre um templo católico e o Campinense Clube onde se reúne a fina flor da sociedade da terra, consenta-se que impere a falta de higiene e de decência social. Dias atrás, gentis mocinhas ao passarem no local recuaram estarecidas entre o que viram e o que a moralidade manda calar”.<sup>39</sup>

Para o jornal *o' Rebate* e outros similares havia uma correspondência de falta de higiene e degradação moral; ambas estavam para eles associados, uma sendo indício da presença da outra, o que seria neste entender, um prejuízo ao progresso e ao bom nome da cidade.

A construção de um sonhado ideal político que fosse caminho e esboço de uma nova sociedade era compartilhado por um jornal chamado “*A Batalha*” surgido no último trimestre de 1934 e considerado por Josué Silvestre como o mais independente e desabusado dos jornais campinenses da fase pós-Revolução de 30.<sup>40</sup>

Para Josué Sylvestre, se a liderança proletária de Campina haveria de ter seus representantes no centro (Luiz Gil e Pedro D'Aragão) e à direita (Eurípedes Oliveira) é claro que também produziria seus ativistas de esquerda. No início, segundo Sylvestre, *A Batalha* adotou uma posição de equilíbrio em meio à política da terra, adquiriu depois um posicionamento de crítica implacável e de contestação ao Prefeito Antônio Pereira Diniz e depois ao Governador Argemiro de Figueiredo.<sup>41</sup>

O jornal *A Batalha* se apresentava como “órgão” dos trabalhadores e de interesses gerais, compartilhava do pensamento dos jornais “burgueses” de centro e de direita, em relação a higiene pública. Entre as críticas, a administração municipal estava a da negligência desta a higiene pública

Na tentativa de convencer seus leitores para o problema, responsabilizando e atacando o funcionário responsável, *A Batalha* argumentava assim:

---

<sup>39</sup> (O Rebate, Ano I, nº 4, 22 de outubro de 1932, p. 01)

<sup>40</sup> (SYLVESTRE, 1993, p. 209)

<sup>41</sup> (Idem. Ibidem, p. 209)



(...) “A higiene imunda de nossa terra já é conhecida de muito além dos nossos horizontes, pois os viajantes que aqui transitam, levam dela horrível impressão”.<sup>42</sup>

Buscando a adesão dos seus leitores para sua causa e considerando o povo já como higienizado, *A Batalha* apontou os “verdadeiros” imundos:

(...) “Esta culpa não cabe ao povo campinense, e sim aos seus governantes que não sentem o escrúpulo de ter à frente da higiene da terra que governa, um cargo, que dia a dia, vai cada vez mais agravando o organismo dessa metrópole sertaneja. Mas se ele não chegar ao estado de ulceração, porque antes será dada uma raspagem e aplicado clorato de potássio que o há de destruir radicalmente”.<sup>43</sup>

Ao lermos o final deste artigo, concluímos o quanto este órgão que se apresentava como dos trabalhadores e de interesse geral era intolerante com a “imundície” e com os que eles apontavam como responsáveis por ela. A sociedade almejada, a cidade idealizada teria, para este veículo de ser necessariamente limpíssima.

Porém, o mesmo progresso que necessitava de mudança de hábitos e de limpeza, poderia pelo contrário, trazer doenças por falta de higiene. Por falta da não conscientização da população e dos poderes públicos se a adaptação às mudanças não fossem rápidas ocorreriam prejuízos, como nesta visão de Celso Mariz:

(...) “A peste bubônica, portadora de um grande micróbio internacional, passava a ser, aqui, um indício de progresso. Ela provinha da abundância de ratos nos armazéns, onde a abundância de produtos não dera tempo de estabelecer a ordem científica da higiene”.<sup>44</sup>

---

<sup>42</sup> (Idem, p. 03)

<sup>43</sup> (Idem, p. 03)

<sup>44</sup> (MARIZ: 1985, p. 19)

Neste caso, segundo esta visão, o progresso e a abundância, caso não estivessem dentro da propalada "ordem científica da higiene" e em meio a uma população despreparada, poderia causar a mesma dizimação que o cólera-morbus causou na região no final de século passado.

Os jornais acreditaram e disseminaram que os preceitos científicos deveriam comandar todas as normas de conduta, tanto pública e social, como íntima e individual. Governos que não se guiassem pelo saber médico-higienista não mereceriam, segundo estas opiniões, estar à frente da administração pública. A Higiene passou a ser considerada como indício de boa cultura e riqueza.

Foi por pensar assim que Celso Mariz elogiou o “magnífico” administrador, Vergíniaud Wanderley por ter demolido “velharias”, “rasgado ruas” e ter imposto e dado margem a muitas construções renovadoras. Entre os feitos mais elogiados neste “magnífico reformador” estaria o dele ter substituído o calçamento público, levantado o prédio da prefeitura como símile de um arranha-céu (signo das metrópoles) e ter iniciado a retificação do Açude Velho, “para um plano arrojado de logradouro capaz de honrar qualquer cidade de boa cultura e riqueza”.<sup>45</sup>

Assim, tanto os integralistas, os estado-novistas e os esquerdistas estavam a serviço da limpeza, da moralização e da higiene, pilares de uma sociedade moderna e progressista, como tanto propalavam.

Nos anos 30 e 40, circulou o semanário *Voz da Borborema* de propriedade da família Figueiredo que dominava a política campinense nesta época, substituindo a oligarquia Lauritzen, que governou a cidade nas primeiras décadas do século XX.

A *Voz da Borborema* propagandeou um Estado forte e autoritário, capaz de garantir a “ordem” desejada por estes grupos, capaz de impor os imperativos da higiene e da saúde, conforme prescreviam os médicos e sanitaristas partidários de regimes totalitários.

Como porta-voz do governo de Argemiro de Figueiredo no Estado e do Bento Figueiredo neste município, este jornal destacava as “acertadas” medidas deste governo no tocante à saúde pública, oportunidade em que censura o descaso dos governos anteriores dos seus adversários:

---

<sup>45</sup> (Idem, p. 19)

(...) “O estado sanitário de Campina Grande, que era deveras precário, há bem poucos anos, já hoje se nos apresenta digno de apreciação e em marcha para um completo aperfeiçoamento. A grande obra do abastecimento d'água trouxe consigo, benefícios incalculáveis à higiene local impostos por uma série de medidas cujos resultados todos louvarão em futuro próximo”.<sup>46</sup>

Este artigo prossegue sublinhando as dificuldades “que de começo parecem quase sempre, dificuldades e mal entendidos”, para a objetivação de uma obra importante como a do saneamento, a qual exigia os esforços conjugados do governo e da população, para concretizar-se integralmente. Ainda conclamando a população para colaborar, o artigo assegura que as dificuldades vão sendo removidas, dada a certeza de que os esforços exigidos de particulares, máxime das classes abastadas, no sentido de atenderem aos reclames.<sup>47</sup>

Reconhecia o editorialista neste trecho, que as classes mais abastadas eram as que mais sujavam o meio urbano com seus lixos e esgotos. No entender deste jornal, os meios racionais em que o poder público estava apoiado, o fariam vencer as dificuldades encontradas. Afinal, ao seu ver, cultura era sinônimo de higiene e vice-versa, como assim alegaram:

(...) “Basta atentarmos nas condições atuais da higiene da cidade, cotejando-as com a sua situação de não há muito tempo, para que logo compreendamos que já se fez muito. Temos porém, necessidade imperiosa de completar essa obra, visto que só depois disso ficará a nossa cidade nas condições desejadas e reais de um meio culto”.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> (Voz da Borborema Ano IV, n° 42, 10/07/1940, p. 01)

<sup>47</sup> (Idem)

Neste entender, acreditavam que todos desejavam que aqui se tornasse um meio culto, o que implicava em obras que possibilitassem condições de higiene.

Bento Figueiredo, prefeito nomeado de Campina Grande e irmão do diretor deste Jornal, havia nomeado o médico-sanitarista Dr. Gabriel Perazzo para diretor do saneamento.

A *Voz da Borborema* ressaltou que Dr. Gabriel merecia, portanto, “francos encômios” entre nós, porque para a visão daquele redator, “negar-lhes encômios, ou ainda procurar-lhes obscurecê-la ou entravá-la é esquecer os efeitos de uma ação bem orientada e benéfica”. E isto não estaria de acordo com o nosso grau de cultura.<sup>49</sup>

Acácio Figueiredo procurou assim, incentivar as classes abastadas e mais letradas para que demonstrassem seu “grau de cultura” reconhecendo a autoridade de um médico, que foi um dos profissionais que mais ganhou “status”, “autoridade” e “poder” com o advento do Estado-Novo, governo que acenou entre suas metas colocar o país entre as nações cultas, civilizadas, urbanas e industriais, combatendo tudo que se relacionasse com as antigas oligarquias tradicionais renitentes às inovações.

Para estes meios elitizados, *A Voz da Borborema* procurou fazê-los reconhecer o “bom trabalho” do Dr. Gabriel Perazzo nos hotéis da cidade, vitrine desta para os visitantes que daqui levariam suas impressões, e nas padarias, alvo de providências enérgicas onde determinou uma obra “perfeita” de higienização em cada uma delas e interditou aquelas que não quiseram realizá-la.

Se alguém considerasse como excesso, *A Voz da Borborema* finalizava com as seguintes palavras:

(...) “Excesso? Não. Acima de interesses particulares está por certo a saúde pública. E esta precisa ter os

---

<sup>48</sup> (Idem)

<sup>49</sup> (Idem, p. 01)

seus meios racionais de preservação, que precisam ser uma realidade entre nós”.<sup>50</sup>

Assim, em nome dos “meios racionais de preservação” o governo municipal se incumbiu de multar, interditar e até fechar estabelecimentos que não acatassem suas normas. Este artigo foi escrito a propósito de “esclarecer e justificar” a ação do governo que teria causado revoltas e polêmicas.

O abastecimento d’água na cidade em 1929, procurou extinguir os “aguadeiros”, figura comum em Campina Grande, que vendiam água de “porta em porta” e sobreviviam com esta atividade. O mesmo aconteceu com os “leiteiros” que vendiam o leite na rua e que tiveram essa sua atividade marginalizada com a implantação da usina de leite pelo governo dos Figueiredos. Desapareciam, assim, dois personagens associados ao atraso e à falta de higiene.

O Estado Novo, embora propalasse a modificação e modernização do país, finalizando o atraso associado a República Velha, teve no entanto, as mesmas bases de poder daquela, no caso, o controle político de estados e municípios por famílias aliadas ao getulismo.

*A Voz da Borborema*, procurava promover a orientação do governo de Argemiro de Figueiredo, inclusive à de todas as medidas autoritárias que uma interventoria é dotada para realizar seus objetivos.

O jornal Argemirista louva a ação do Dr. Gabriel Perazzo apoiado então na visão de que o raciocínio econômico subentende o gesto de uma organização sanitária das coletividades. Conduzindo, sobretudo, a uma transformação da higiene dos grupos e das comunidades. A prevenção então começa a decorrer de práticas políticas cujos agentes são os administradores e os médicos. Esta prevenção integra insensivelmente a higiene até lhe conferir o papel de “salubridade pública”.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> (Idem, p. 01)

<sup>51</sup> (CORBIN, 1987, p. 64)

Foi acreditando que a salubridade pública melhoraria a natureza humana que um dos mais afamados jornalistas campinenses, Cristino Pimentel, escreveu sua crônica “Rua do Açude Novo” relembrando o que lhe ficou gravado na meninice, e que veio “à retina”, “fácil e claro”, como a água da fonte que escorre, silenciosa por entre pedras ou folhas caídas no chão da mata.

Comparando a memória como algo capaz de trazer a lembrança de tudo, com água limpa e cristalina através da qual se permite ter ampla visibilidade, Cristino recordou o espetáculo por ele considerado degradante das “cubas”, carregamento “tétrico” de excrementos humanos, que os presos acorrentados despejavam nas margens do açude de água potável, o que concorria segundo este memorialista, para o alastramento da bexiga e outros males oriundos da sujeira.<sup>52</sup>

A utilização de prisioneiros ou mendigos considerados como dejetos sociais no processo de coleta e tratamento de lixo e excrementos, estavam desde o século XVIII na Europa, dentro dos projetos de desodorização do espaço público. De acordo com Alain Corbin, desde o final daquele século esta desodorização passou doravante pela recuperação, valorização e utilização do dejetos. Os autores dos projetos suscitados por esse aspecto desconhecido do utilitarismo, transpõem para a ordem das representações sociais, a sua vontade de recuperação<sup>53</sup>. Calcularam assim, a rentabilidade da “imundície social” localizada na valorização do detrito.

A utilização, então, de “dejetos sociais” como no caso de prisioneiros para a coleta e transporte do excremento humano, foi segundo a memória de Cristino Pimentel utilizada em Campina Grande entre os idos de 1901 a 1935, prefigurando uma concepção de utilização de uso racional de dejetos humanos para “limpar” a cidade dos demais dejetos.

Esta imagem é invocada por Cristino em sua crônica de forma crítica, pelo fato de que o despejo de excrementos em água potável causaria o alastramento de males. Este autor agradeceu, então, ao “progresso que tudo transformou, e que acabou com as cubas” e arrasou a cadeia pondo em seu lugar uma “majestosa praça”.

---

<sup>52</sup> (PIMENTEL, 1956, p. 67)

<sup>53</sup> (CORBIN, 1987, p. 65)

Para ele, o drama das “cubas” aterrorizava e repugnava onde se via a imagem de um bando de homens acorrentados pela lei, trazendo à cabeça um peso maior em fedor do que aquele que o fez criminoso, arrepiava Cristino, que aliviava-se em pensar que:

(...) “felizmente, Deus inspira os homens sensíveis para que eles vejam a tetricidade de certas coisas, a prática de certos atos, como o drama das "cubas" e a matança de gado à vista das crianças”.<sup>54</sup>

Cristino Pimentel acreditava que o advento do progresso modificaria a sensibilidade do ser humano para "melhor". Por isso, no seu entender, bom era o progresso, boa é a civilização, estúpida é a ignorância, que não veria a necessidade da mudança das coisas, porque para ele a mudança das coisas modifica as naturezas e trazem melhora para a humanidade.<sup>55</sup>

As concepções morais de Cristino estavam relacionadas com os ideais de cultura, progresso e educação, lemas dos iluministas e dos positivistas; a fé de campinense, cujos colaboradores partiam dos mesmos pressupostos de Cristino Pimentel.

---

<sup>54</sup> (PIMENTEL, 1956, p. 67)

<sup>55</sup> (Idem, p. 67)

### ***Capítulo 3: Vícios Venenosos e extravagantes***

O progresso e o desenvolvimento eram desejados pelos intelectuais campinenses que escreviam em jornais, mas um progresso despido de suas inevitáveis “mazelas”, como a prostituição e o desregramento. Para o historiador e filósofo Michel Foucault, seria limitado estabelecer os objetivos dos sanitaristas e dos higienistas, apenas em termos de miasmas e drenagens, suas preocupações não eram menores com respeito à sujeira moral e à regulamentação do contágio e da contaminação sexual.

Com o crescimento sócio-econômico da cidade de Campina Grande nas primeiras décadas do século XX e com sua expansão demográfica, os discursos dos jornais contra a prostituição, jogatina e vagabundagem tornaram-se cada vez mais frequentes neste período, além dos ocasionais problemas decorrentes da invasão das ruas da cidade pelos retirantes das secas.

#### ***3.1- Mulheres dadeiras***

Em 1928, Luís Gomes da Silva, o Luiz Peixe, que na avaliação de Eпитácio Soares, foi um dos mais incompreendidos jornalistas campinenses, fundou o jornal “*O Século*” mantendo-se de 27 de julho de 1928 a 27 de abril de 1929. Este jornal aliou-se aos que desejavam o progresso dentro de uma regrada “ordem pública”, sugeriu ainda formas de tratar o problema do convívio cotidiano da prostituição com as áreas de moradia de famílias.

Em um artigo denominado “*Um Paraíso para as Mulheres Dadeiras*”, publicado em 02 de março de 1929, este jornal expressou sua opinião sobre a discussão que então se tratava pela administração municipal sobre a retirada das prostitutas, denominadas por este artigo de “mulheres dadeiras”, da Avenida Juvino do Ó e suas imediações, para local mais afastado do centro urbano, em face dos projetos que visavam a construção da praça



Sólton de Lucena e a concomitante melhoria das artérias que lhe são adjacentes. Apesar de “*O Século*” considerar uma “idéia boa”, fez entretanto algumas ponderações:

(...) “Campina já necessita circunscrever a uma zona mais própria certos desregramentos comuns dos centros que são adiantados, o ‘movimento de suas mulheres de vida atirada’. Mas, onde o sr. prefeito iria acomodar tanta gente noutra ponto da cidade, caso deseja-se levar a efeito esse magnífico plano de saneamento social, dada a crise de habitação que a cidade vive sempre a se lamentar?”<sup>1</sup>

Pelo que concluímos deste trecho, o seu autor reconhecia a impossibilidade de exterminar este “mal-necessário”, como a burguesia e os médicos passaram a considerar na Europa e no Brasil, a prostituição urbana. Embora considerada um “grande mal”, a prostituição era, no entanto, um “mal-necessário” para a manutenção da estabilidade das famílias e de toda a sociedade, derivando daí a necessidade de sua regularização.<sup>2</sup>

Mesmo por que, ainda acompanhado este raciocínio, Campina Grande queria se tornar um “centro adiantado”, deveria destinar certas zonas como se fazia nestes centros, para que os homens da cidade e os visitantes pudessem dar vazão aos seus desejos sexuais. O que se tornava necessário era, no entender dos jornalistas, administradores municipais e autoridades policiais, planejar e controlar as zonas onde pudessem se localizar e se circunscrever a prostituição. Era assim que compreendiam e alardeavam um plano de “saneamento social”.

Quanto ao plano de retirada das “mulheres dadeiras” da rua do “rói-couro” (Av. Juvino do Ó), embora bem visto por este jornal, era no entanto reconhecidas as dificuldades para pô-lo em prática:

(...) “Não é fácil a tarefa dessa mudança que tanto anseiam naturalmente, os moradores que se avizinham

---

<sup>1</sup> (O Século, Ano I, n° 27, 02/03/1929, p. 04)

<sup>2</sup> (SOARES, 1986, p. 150)

do bulício noturno do rói couro e outra menos roedeira...”<sup>3</sup>

A questão desta mudança passava na visão deste jornal, pela onerosa despesa em que consistiria a empreitada, além da readaptação das prostitutas em outras artérias. Tal preocupação finalizou o artigo:

(...) “uma mudança em massa de uma parte desta população, que figura nos cálculos habitativos da cidade, em cifras respeitáveis, de uma zona em que já radicaram os seus hábitos e costumes e onde todos já estão localizados, para outra incerta e que não reúna qualidade suficiente de imprescindível conforto doméstico, será também um desastre”.<sup>4</sup>

O artigo já considerava então uma possível reação não passiva por parte da população que as autoridades municipais pretenderam rearranjar na cidade. Alertava também sobre a questão de que os locais, para onde se pretendia realocar esta população, não reunissem os “imprescindíveis confortos domésticos”, caso contrário, no entender deste jornalista seria um “desastre”. Podemos traduzir que ele se referiu às questões de higiene e de limpeza.

Tanta “compreensão” a respeito de “saneamento público e moral” teria feito do jornalista Luiz Peixe, um ainda incompreendido para sua época, pela sociedade e pela administração municipal ainda reticente em seguir as suas prescrições, por não estarem atualizadas com as práticas e procedimentos dos centros mais adiantados que o serviam de inspiração.

Em relação à tão execrada “rua do rói-couro”, o “*Brasil Novo*” reconheceu que a crise econômica pela qual a prefeitura estava atravessando os impedia de exigir dos poderes municipais, a execução de uns “tantos melhoramentos” imprescindíveis ao conceito de “adiantamento que Campina Grande desfrutava”, mas que precisava de umas

---

<sup>3</sup> (Idem, p. 04)

<sup>4</sup> (Idem, p.04)

tantas medidas que para a sua execução não era necessário um emprego de capital, mais um pouco de energia e interesse em executá-las. Entre outras providências inadiáveis, cuja a execução independe dos cofres públicos, avultaria, enfatizou o jornal a localização dos seus meretrícios.

A falta de localização “adequada” das zonas de prostituição incomodou também outro jornal campinense desta época, o “*Brasil Novo*”, que se apresentava como um “órgão de livre opinião”. Este jornal, de acordo com Epitácio Soares, surgiu em 1931, ainda sob o influxo da Revolução de 1930<sup>5</sup>. Trancredo de Carvalho fundou o “*Brasil Novo*” em homenagem à nova fase político-brasileira. Fase nova que deveria se refletir para este jornalista nos hábitos e costumes que deveriam se adaptar a um Brasil que se “renovou”.

Faltava em Campina Grande, na visão dos seus jornalistas das décadas de 30 em diante, homens “enérgicos” e de “moral ilibada”, como Cristiano Lauritzen, Salvino Figueiredo e Mons. Sales que foram capazes, enquanto eram vivos em manter a cidade na “ordem” e no “respeito”.

Só homens que nos quais fossem vislumbrados as mesmas qualidades de energia e determinação destes vultos, seriam capazes de sanar os graves problema que advinham do crescimento que a cidade teria passado a ostentar, no caso, só mesmo os herdeiros políticos de Salvino Figueiredo, seriam capazes de manter a ordem, assim inculcia este jornal aos seus leitores.

No artigo intitulado “*Localização do Meretrício*”, o “*Brasil Novo*” descreveu os incômodos causados por meretrícios indevidamente localizados:

(...) “Ora, nós sabemos que a Av. Juvino do Ó, conhecida por Rói Couro, é o ponto de maior concentração das rameiras. Está localizada no centro da cidade, entre quatro artérias importantes de nossa urbe, habitadas todas estas por famílias da nossa melhor sociedade” (...) <sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> (SOARES, 1957, p. 01)

Após enfatizar a inconveniência da localização do meretrício, o jornal enuncia as conseqüências danosas da falta de providências para proteger as famílias ali residentes, sempre ressaltando motivos morais:

(...) “Essas famílias só poderão se sentir mal com vizinhança de tal natureza. Demais não é o aspecto moral que surge da quase promiscuidade das residências das famílias com as moradias das meretrizes, fato que por si só, exigia dos poderes competentes uma medida que acabasse com a situação vexatória, mas também o que diz respeito a ordem pública e o sossego das mesmas famílias” (...) <sup>7</sup>

O “*Brasil Novo*” reafirmava assim, concepções sobre a prostituição, presentes nas autoridades médicas no Brasil desde o século XIX, onde se concluía que a expansão descontrolada da prostituição era vista como uma ameaça direta ao trabalho, como condição de progresso social, ao patrimônio das famílias e à garantia da propriedade, à saúde pública, ao aumento da população, e à religião. Enfim, segundo estas idéias, a prostituição desenfreada constituía-se numa ameaça à sociedade porque era capaz de feri-la e corroê-la em seus próprios alicerces, em seus preceitos básicos. <sup>8</sup>

Proteger a família da licenciosidade presenciada nos meretrícios nas suas imediações foi o argumento mais alardeado por este artigo, sensibilizado com as obscenidades que violavam a tranqüilidade e o sossego das famílias ali residentes, bem como das implicações desta convivência perniciosa:

(...) “As ruas Vidal de Negreiros e Irineu Joffily, estão ligadas a rua do ‘Rói Couro’, e nas noites em que há música, farras até altas madrugadas ficam as famílias em desassossego, quando não incomodadas por gritos inconvenientes, palavrórios obscenos do bacanal”. <sup>9</sup>

---

<sup>6</sup> (Brasil Novo, Ano I, n° 07, 21/02/1931, p. 07)

<sup>7</sup> (Idem, p. 07)

<sup>8</sup> (SOARES, 1986, p. 152)

<sup>9</sup> (Brasil Novo, Ano I, n° 07, 21/02/1931)

O artigo concluiu que era mister medidas inadiáveis de afastamento do meretrício da Juvino do Ó. Os próprios moradores, informaram ao periódico, que iriam fazer uma representação ao governador da cidade no intuito de afastar da Avenida Juvino do Ó as meretrizes. O jornal se prontificou a ir ao encontro desta iniciativa e considerou que o caso deveria ser estudado pelos poderes competentes com o “carinho que merecem a tranqüilidade e o sossego da família campinense”

Margareth Rago em “*Os Prazeres da Noite*” afirmou que em todos os países onde o regulamentarismo sobre a prostituição foi implementado, revelou-se ineficaz, autoritário, violento, produto de uma vontade panótica de domesticação da sexualidade feminina.<sup>10</sup>

Em Campina Grande, mesmo com a remoção do meretrício da rua do “rói-couro” para as ruas onde se localizavam as feiras semanais, persistiram no entanto, algumas meretrizes, como o “*Brasil Novo*” já havia previsto. Os problemas de “desassossego público” persistiram mesmo nos novos locais destinados às zonas de meretrício, mesmo porque os seus freqüentadores voltavam destas zonas muitas vezes embriagados e desacatavam a ordem e o sossego que se pretendia garantir nas zonas residenciais.

Em 1938, no jornal Estado-novista “*Voz da Borborema*”, o seu mais assíduo jornalista Hortênsio de Souza Ribeiro, entusiasta de um governo forte e ordenador, indignou-se com a ineficácia da polícia em garantir o sossego público. Lamentou-se este jornalista dos “velhos hábitos nocivos” que persistiram na cidade que nem “a força avassaladora do progresso”, nem a “evolução dos nossos costumes” até agora deram jeito, ou conseguiram “extirpar”, visto que o vício estaria enraizado e endurecido.<sup>11</sup>

Para garantir o “sossego público”, Hortênsio Ribeiro considerou necessário investir e fortalecer a polícia, um dos instrumentos fortalecidos com o golpe de Estado que levou Getúlio Vargas ao governo do país e Argemiro de Figueiredo a interventoria do Estado da Paraíba. Desta forma, os instrumentos de repressão fortalecidos, entre os quais a polícia, sob o comando dos interventores estaduais, deveria garantir na . visão de Hortênsio Ribeiro, a ordem pública e coibir abusos nas cidades, como este:

---

<sup>10</sup> (RAGO, 1991, p. 132)

<sup>11</sup> (In. A Voz da Borborema. Ano II, nº 57, 19/10/1938, p. 01)

(...) “Queremos nos referir a uma casta de indivíduos que, noite morta, com os estômagos úmidos de cerveja, ao regressarem das casas de tavolagens e dos lupanares da cidade, que ficam nos ‘boulevares’ exteriores de Campina Grande, sob a exaltação alcoólica e obedecendo ao impulso dos instintos inferiores desandam em gritarias através das ruas, provocando tumultos, aos berros, numa fúria de selvagens, dizendo palavreados” (...) <sup>12</sup>

Esta “obediência aos instintos inferiores” implicava na visão de Hortênsio Ribeiro, em comportamento indesejado, tudo por causa do álcool e das “casas de tavolagens” e “lupanares”, cuja existência eram responsáveis pela origem das desordens.

Gritos, berros, palavrões, tumultos seriam assim, próprios de “selvagens”, de não civilizados contra o que a ação da polícia seria imprescindível, visto que os baderneiros são comparados por este jornalista com as tropas de Hitler:

(...) “No último sábado não houve habitante da Rua Afonso Campos, uma das artérias mais simpáticas da cidade, toda ela ocupada por distintas famílias campinenses, que pudesse conciliar o sono diante da fúria desenfreada dos ‘farristas’ e boêmios que ocupavam com a mesma violência da soldadesca de Hitler, os desprotegidos territórios da Tchecoslováquia”. <sup>13</sup>

Neste trecho, Hortênsio Ribeiro substituiu a imagem atávica de “selvagens” para rotular que desconhecia princípios civilizados, por uma imagem temporal: a dos nazistas como personificação de violência desenfreada.

Hortênsio Ribeiro concluiu sua denúncia ressaltando suas concepções de vias públicas, que no seu entender não constituiriam “domínio de ninguém”, seriam sim abertas ao uso e gozo dos habitantes das cidades por onde elas se desenrolam, não sendo para este jornalista, “lícito a nenhuma pessoa perturbar-lhe o sossego”. Enfatiza que Deus

---

<sup>12</sup> (Idem, p. 01)

<sup>13</sup> (Idem, p. 01)

teria destinado a noite para o repouso das criaturas morigeradas que nele crêem, os homens de trabalho, e sobretudo, as mulheres, os velhos, as crianças, os doentes e enfermos, todos enfim que pagam imposto para terem policiada a sua casa, a sua rua, o seu bairro, o seu quintal, a sua calçada e essa coisa preciosa - o sossego público.<sup>14</sup>

A valorização dada por jornalistas como Hortênsio Ribeiro ao que ele denomina como “sossego público” implicou em cobrança pelos jornais por mais ação policial e por delimitação dos espaços reservados à prostituição e à boêmia, que no entanto, sempre tenderam a ultrapassar as zonas em que tentaram confiná-las.

Acerca disso, Michel Foucault quando discutiu a repressão moderna do sexo no primeiro volume de sua *História da Sexualidade – A Vontade de Saber*, asseverou que as nossas sociedades burguesas forçadas a algumas concessões em relação às sexualidades ilegítimas, a quem se for preciso mesmo dar lugar, que sejam lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da produção, pelo menos nos do lucro. Somente aí, o sexo "selvagem" teria direito a algumas das formas do real, mas bem insularizadas, e a tipos de discursos clandestinos, circunscritos e codificados.<sup>15</sup>

O que incomodou os puritanistas como Hortênsio Ribeiro Ribeiro teria sido, segundo esta análise foucaultiana, a maneira não sub-reptícia como desejada pelos moralistas, do prazer que só deveria estar autorizado com suas palavras e gestos em surdina, trocados a preços altos e em lugares prescritos.

No caso das queixas apresentadas por Hortênsio Ribeiro, sua irritação foi com a transposição de atos que lembram e evidenciam a existência de sexualidades ilícitas para fora das fronteiras estabelecidas, mostrando-se visíveis para famílias que não deveriam ser desassossegadas.

Na sua *História da Sexualidade*, Foucault afirmou que, onde há poder, tem-se resistência a este mesmo poder<sup>16</sup>. As tentativas das autoridades municipais de isolar zonas de prostituição de ruas onde residiam famílias sempre foram contrariadas.

O beco do Rói Couro, hoje Rua Juvino do Ó, antiga 04 de outubro foi eliminado pelo prefeito Vergíniaud Wanderley, que dentro da lei que o salvaguardava e fazendo cumprir seu plano de urbanização, muito estrategicamente, determinou que as casas onde

---

<sup>14</sup> (Idem)

<sup>15</sup> (FOUCAULT, 1988, p. 10)

<sup>16</sup> (FOUCAULT, 1988, p. 10)

moravam as prostitutas só poderiam ser alugadas se devidamente saneadas segundo os padrões de limpeza e modernidade.

A medida deste prefeito procurava retirar do centro da cidade as possibilidades de balbúrdia e alegria e, em nome da assepsia e do controle de doenças, removeu através do saneamento e seus fiscais, o “rói-couro” da rua Juvino do Ó. Este foi se localizar perto da feira que, tendo sido retirado da rua Maciel Pinheiro, realocalizou-se na atual Manuel Pereira de Araújo. Porém, mesmo tendo sido removidas, as prostitutas continuaram a atuar, recompondo em outra parte o seu estilo de vida.<sup>17</sup>

Além disso, os seus freqüentadores voltavam dos “lupanares” muitas vezes embriagados, causando balbúrdias quando ao passarem por ruas de família e de “gente de bem”, perturbavam o “sossego público”.

As tentativas de isolar as casas de tolerâncias das ruas onde moravam famílias, nem sempre tiveram resultados satisfatórios para os seus planejadores. A imprensa, mesmo depois da reforma urbana empreendida por Vergíniaud Wanderley entre 1940-1945, ainda notificou reincidências, como neste artigo assinado por José Nóbrega dos Santos no *Jornal O Rebate* em 1949:

(...) “Ainda no sábado último, quando se realizava um pastoril de meninas na rua José do Patrocínio, estando o ‘sereno’ cheio de famílias, chegou um automóvel. Saiu do mesmo um ‘casal’ que se dirigiu a uma dessas mesmas casas. Ainda parou à porta, como que disfarçados, e a seguir, cumpriu o seu destino, num desrespeito, num desaforo incontestado. Não haverá meios de coibir tais abusos? Não caberá aos poderes públicos, a polícia, o dever de moralização de tais costumes?”<sup>18</sup>

O autor deste artigo mostra-se escandalizado, não tanto com o aumento de prostíbulos, mas com a desobediência destes ao “zoneamento” imposto para eles pelas autoridades. No ideário de José Nóbrega os poderes públicos e a polícia teriam a

---

<sup>17</sup> (VERAS, 1988, p. 27)

<sup>18</sup> (O’ Rebate, Ano X, nº 766, 22/10/1949, p. 04)



incumbência de moralizar os costumes. É a estas instituições que ele volta suas críticas e cobranças.

Uma delimitação efetiva entre ruas de família e zonas de prostituição se tornava necessária também na visão do cronista Álvaro Leão, que lembrou na velhice em forma de crônica episódios ocorridos em Campina Grande, da sua juventude na época do “rói-couro”. Nesta crônica lê-se que “dois bichos do sertão”, forma preconceituosa que o autor se referiu a dois sertanejos, por eles não terem o refinamento e a sensibilidade de habitantes de centros civilizados. Chegaram a janela de uma moça de família e lhe perguntaram se queria “assistir” com eles, o que a ofendeu, visto que se tratava de uma moça “séria”, e isto se deveu porque o rapaz confundiu “rua de família” com a famigerada rua do “rói-couro” onde se localizava a zona local.

Confusões como esta não deveriam ser recorrentes, no entender do local. Os jornais eram unânimes em exigir das autoridades, rigoroso controle sobre a moral e os costumes. O “crescimento” e o “progresso” presenciado naqueles tempos não deveriam servir de desculpas para o relaxamento de certas regras, na visão destes publicistas:

(...) “Campina Grande por ser grande e por estar no nível das grandes cidades não necessita fechar os olhos aos pontos referidos, que dizem mal, de sua organização de cidade habitada por gente de sentimentos nobres” (...) <sup>19</sup>

O que Antônio Nóbrega dos Santos considerou como “sentimentos nobres” seriam os que teriam que passar por uma moral ilibada, ao mesmo tempo em que contribuíssem para o progresso e desenvolvimento da cidade, ou seja, modelos personalizados como Cristiano Lauritzen, Mons. Sales ou Clementino Procópio, Pagens sempre lembradas quando se queria enaltecer determinados valores que estes teriam personificado.

Não só a prostituição deveria, no entender dos jornais campinenses, permanecer confinada em guetos, também vícios igualmente considerados como degradantes como o

---

<sup>19</sup>(Idem, p. 04)

alcoolismo e a jogatina eram objetos de particular atenção em vários jornais campinenses, como veremos no próximo item.

Examinando os aspectos ideológicos das propostas de ordenações sociais, observamos que a prostituição é definida tanto como doença social, como causadora de doenças físicas, baseado no que acreditavam os Anais da Academia de Medicina Brasileira entre 1875 e 1890.<sup>20</sup>

O já mencionado jornal *Brasil Novo* que circulou no início dos anos trinta, empenhado em contribuir para a construção de uma sociedade “nova” e “moderna”, baseada em princípios “médico-científicos e civilizados”, considerou de suma importância transcrever para os seus leitores a conferência proferida pelo padre Delgado no Dispensário São Vicente de Paula, por com ela concordarem inteiramente.

A conferência intitulou-se “Os Nossos Males”. Nela o conferencista enumerou os “males” que afligiam Campina Grande na época :

(...) “Culmina a terrível peste da prostituição. Desviam-se entre nós crianças de 10 anos. ‘As casas de recurso’, ‘as pensões’ e os ‘cabarés’ infectam o coração da cidade. As ruas das infelizes despejam para as nossas artérias mais distintas. O silêncio das famílias e a pureza dos lares, não poucas vezes, sofrem as dolorosas conseqüências da libertinagem pública e escandalosa” (...) <sup>21</sup>

Nesta conferência realizada numa noite de julho de 1932, sente-se o reclame por causa da falta de ordenação social e moral, ocasionando uma indesejada licenciosidade. As sexualidades consideradas ilícitas e doentias se expunham diante das famílias e da “pureza” dos lares. Os indivíduos que a praticavam se mostravam insensíveis a rogos e apelos de mães zelosas:

---

<sup>20</sup> (ENGEL, 1986, p. 169)

(...) “No recolhimento das alcovas, nem as queixas amorosas das mães arrancam uma lágrima de arrependimento ou leve palavra de conversão dos maridos infiéis”. (...) <sup>22</sup>

Uma das conseqüências mais graves causada pela abundância de prostitutas e casas de tolerância seria o desvio de pais de família dos seus deveres, que afinal seduzidos pelas “mulheres dadeiras” e viciadas pelo álcool, dissipavam seu dinheiro com elas e degradavam sua família.

Ainda o conferencista concebeu assim, o casamento como único espaço de uma sexualidade sadia, enquanto que a prostituição foi concebida por ele como espaço de sexualidade doentia.

A prostituição não foi para esta visão, apenas um sistema de regeneração moral, mas igualmente física.

Para Magali G. Engel, as imagens de cancro, da chaga, da úlcera, da gangrena e do vírus, freqüentemente utilizadas para identificar a prostituição, revelam um dos diagnósticos presentes no discurso: a prostituição é uma enfermidade do corpo, um foco infeccioso que ameaça a saúde e a vida. A dimensão do perigo é ampliada e aprofundada pelo estabelecimento de um vínculo estreito com a idéia de contaminação. Neste sentido, a prostituição ostensiva, espalhada pelas ruas da cidade é apontada como fator de disseminação da sexualidade pervertida. O espetáculo público da prostituta expondo seu corpo em atitudes provocantes funcionaria como estímulo aos instintos de outros corpos, aprisionando nas malhas da perversão as vítimas saudáveis. <sup>23</sup>

Comungando com este pensamento, o Padre Delgado e os redatores do “*Brasil Novo*”, preocupavam-se e tentavam sensibilizar os seus leitores para os perigos da convivência de mulheres prostituídas com “vítimas saudáveis” que seriam aqueles que praticassem a sexualidade ilícita.

---

<sup>21</sup> (Brasil Novo, Ano I, nº 27, 26/07/1931)

<sup>22</sup> (Idem)

<sup>23</sup> (ENGEL, 1986, p. 169)

Além de enxergar doenças nas prostitutas como castigo divino, o Padre Delgado advertiu que o destino dessas mulheres seria fatalmente a enfermidade, a solidão e o abandono:

(...) “lá pelas encherbas mais imundas dos arrabaldes e das nojentas vielas, com o peito roído da tuberculose, as desviadas reparam tristemente, miseravelmente, inteiramente abandonadas, os seus pecados”.<sup>24</sup>

No século XIX, os discursos médicos e religiosos sobre a prostituição convergiram para utilizar noções de saúde e de doença como portadoras de significados que ultrapassam a dimensão física do corpo, assumindo um conteúdo moral e, até mesmo, social. Observado e classificado em três dimensões, o corpo da prostituta é definido como ponto de atração e de difusão da doença física, da doença moral e da doença social.<sup>25</sup>

O representante da igreja Católica não discorreu, entretanto sobre a exclusão e a marginalização que esta instituição religiosa promovia sobre as prostitutas como se visibiliza com a não participação desta em suas procissões, impossibilitadas de saírem nestas, assim como os doentes e os presidiários.

Entre o que o Pe. Delgado apontou como *Causologia do Mal* estariam as mudanças urbanas que propiciavam licenciosidade de costumes. Em nenhum momento, ele conferiu a intolerância e aos códigos morais vigentes que marginalizavam uma moça que, seduzida, ficaria interdita para contrair matrimônio, tendo na prostituição uma das poucas alternativas de sobrevivência para mulheres desvirginadas.

O Pe. Delgado preferiu culpar as casas de diversão e a falta de s educacionais:

(...) “Não são 6 nem 12 as causas desta horrível decadência moral nesta cidade que possuem um ‘club’ dançante em cada esquina e nem sequer uma sociedade artística e literária, para arregimentação e preservação

---

<sup>24</sup> (Brasil Novo, Ano I, nº 27, 26/07/1931 suplemento)

<sup>25</sup> (ENGELS, 1986, p. 169)

dos moços, tão dignos de viver uma vida mais elevada e pura do que a vida rombuda dos sentidos”.<sup>26</sup>

Este sacerdote considerou “longo e doloroso” tentar uma enumeração completa das “origens” da prostituição, mas considerou como anterior a todas as demais fontes, o abandono religioso, social e político em que “rastejaria o nosso operariado”.

Preocupado com a difusão de idéias materialistas e ateístas entre o operariado, o Pe. Delgado não reconheceu a intolerância dos rígidos valores morais da sociedade sobre a qual conferenciou, valores que marginalizavam mulheres por não serem mais virgens, restando-lhes a alternativa de se prostituírem, visto que muitas vezes eram expulsas da casa paterna, além de ficarem interdidas peia sociedade e contrair núpcias com algum “rapaz de família”.

Interessante notar que o discurso do Pe. Delgado tinha em vistas o operariado, assim como para este conferencista estava também voltado para os moços católicos e para as filhas de Maria. Procurava-se educar o operariado moralmente através de instituições como a União Católica dos Operários e a União Católica das Operárias, dois ramos que constituíam a U.C.O (União Católica e Operária) demonstrando que aludido operariado era o alvo das preocupações morais e religiosas deste membro da Igreja Católica.

Por considerar que o abandono social, religioso e político do “seu” operariado era o ponto central e mais urgente dos problemas, o Pe. Delgado elogiou o trabalho de assistencialismo da ordem dos vicentinos, voltados para a população mais desamparada.

A Igreja Católica local e os jornais como o *Brasil Novo* compreendiam que a pobreza e o desamparo eram os principais responsáveis pela degradação moral e familiar do operariado, portanto, procuravam sensibilizar os mais favorecidos sócio economicamente, para colaborarem com os trabalhos assistenciais, buscando assim minorar o número de prostitutas, ladrões, vadios e mendigos que perambulavam peias ruas de Campina Grande.

Desta forma, percebe-se que estes personagens sociais citados eram indesejados pela moral cristã e burguesa que procurava dar combate a sua expansão e seu descontrole. O refreamento da prostituição e dos demais vícios como a vadiagem e o alcoolismo, todos

---

<sup>26</sup> (Idem)

precursores de muitos crimes, só poderia ser realizado eficazmente pela polícia, se antes de tudo fosse dada à população uma adequada educação religiosa e civil.

### **3.2 - O Cortejo Sinistro - A Fome, a Sede e a Nudez**

Além das prostitutas, outros personagens urbanos que se constituíram em tema de preocupações dos jornais campinenses, foram os retirantes da seca que, para sobreviverem, se tornavam mendigos nas cidades e capitais do Nordeste.

Desde o século passado a acorrida de retirantes para Campina Grande se mostrou como uma grave problemática. A grande quantidade de flagelados vagando ou amontoados pelas ruas causou preocupações em donos de armazéns que se viam na iminência de serem saqueados. Além disso, as autoridades públicas ainda tinham bem memorizado revoltas populares como o “Quebra-Quilos” ocorrido no final do século XIX.

O antropólogo Augusto César Morais Gomes relatou-nos que os registros literários sobre a mendicância na Paraíba, encontram-se associados de forma indissociável à problemática da seca, que periodicamente se abate sobre o Estado. Ainda segundo este seu estudo, nas diversas modalidades da literatura paraibana que trata de temas como pobreza, seca, fome etc., o retirante é descrito como um tipo homônimo a figura do mendigo.<sup>27</sup>

Augusto César definiu “*Retirante-Mendigo*”, como o indivíduo pobre sem trabalho e desclassificado sócio-economicamente, que se encontrava em situação de indigência e que migrou (sozinho ou em grupo) do interior para os principais centros urbanos do Estado (ou mesmo de outras regiões), fazendo uso temporário da mendicância, como meio de garantir sua sobrevivência. A categoria “*Retirante-Mendigo*” foi utilizada também por este antropólogo para caracterizar o caririense e/ou o sertanejo pobre que vencido pela exploração econômica a que foi submetido, pela miséria e pela fome (efeito imediato das secas), principia uma longa marcha de vaivéns desesperadores do interior até os maiores centros urbanos.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> (GOMES, 1996, p.19)

<sup>28</sup> (Idem, p. 19)

Durante o período de (1877-1879) o êxodo de “retirantes-mendigos” para as cidades de Bananeiras, Areia, Campina Grande, Mamanguape e a capital da província, que não tinham nenhuma atividade a lhes oferecer, fez com que estas assumissem o aspecto de grandes depósitos urbanos de mendigos famintos.

Para Augusto César de Moraes, a inexistência de políticas sociais eficazes voltadas para os indigentes que afluíam aos milhares aos centros urbanos do Estado, bem como a falta de infra-estrutura sanitária e de saúde, tornava a situação ainda mais problemática para os governantes locais na medida em que esse contingente de miseráveis exercia uma pressão direta (mesmo que politicamente desorganizada) para que fossem atendidas suas necessidades mais imediatas.<sup>29</sup>

Campina Grande por ser um entreposto comercial entre o interior e o litoral da província foi transformada nessa época em parada temporária para muitos retirantes - mendigos, cujo destino eram as zonas do brejo e do litoral. Nesta cidade, famílias inteiras viviam abrigadas debaixo das árvores e muitas percorriam as ruas pedindo esmolas.

Os testemunhos dos jornais campinenses da época, suas linguagens e atitudes atestam tomadas de posições duras e/ou embaraçadas por parte de Cidadãos de maiores condições econômicas e pertences, em relação ao cada vez maior número de “retirantes-mendigos”. O que inspirou desconfiança às elites campinenses não foi só a ignorância da identidade dos mendigos, mas também o temor de saques, o banditismo e a degradação moral destes.

O aspecto físico e a exposição da nudez dos flagelados incomodavam aqueles que escreviam nos jornais, como neste artigo do jornal “*A Opinião*” acerca dos retirantes no final do século XIX:

(...) “A seca é assombrosa, e quem não tiver coração de gelo não pode deixar de condoer-se do mísero estado em que todos os dias chega estes grandes grupos de imigrantes, homens e mulheres, velhos e moços, meninos e meninas, que mais parecem esqueletos

---

<sup>29</sup> (Idem, p. 19)

andantes, e quase nus andam de porta em porta a esmolar”.<sup>30</sup>

A preocupação com a nudez é recorrente em outros artigos de jornais campinenses que tratam da questão dos retirantes ao lado da preocupação com a vadiagem e degradação moral.

Para o historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr., muitos desses “esqueletos andantes” de que falou o artigo acima, resolviam não prosseguir viagem e começavam a permanecer em Campina Grande, amedrontando a população citadina e ferindo notadamente os “delicados narizes” da nascente burguesia campinense, com o mau cheiro que exalavam, cheiro de miséria, odor com o qual não estavam acostumados os rapazolas que se preparavam para substituírem seus “pais coronéis” na administração de suas prósperas casas comerciais.<sup>31</sup>

A preocupação com a moralidade no meio urbano e com a vagabundagem sempre preocupou os articulistas dos mais diferentes jornais que circularam em Campina Grande.

Ainda segundo Durval Muniz de Albuquerque Jr., para a nascente burguesia era necessário tomar algumas providências no sentido de se ordenar o caos que se tornara a cidade devido à presença dos retirantes, vivendo ao relento pelas calçadas, na maior confusão e aviltados pela maior miséria. Para este autor, esta confusão sempre mete medo e descontenta a burguesia, com sua noção de racionalidade, quer seja da sociedade, quer seja do espaço. Esta situação teria que ser segundo o imaginário burguês, racionalizada, ordenada, disciplinada e controlada.<sup>32</sup>

As autoridades da cidade reuniram-se e formaram a chamada “comissão de socorros” com a finalidade de distribuir víveres entre os famintos, mas não como esmolas, pois isto, segundo Durval Muniz, era, para a visão burguesa, deprimente e humilhava o homem, ensinando-o a ser indolente e vagundo. Tal “socorro” deveria então ser “dado” em troca de algum tipo de trabalho, que desse ocupação à esta população, tornando-a produtiva, moralizando-a, imunizando-a das práticas “viciosas” e evitando manifestações de desordens.

---

<sup>30</sup> (A Opinião, 1879, Paraíba, Apud; ALBUQUERQUE JR: 1987, p. 09)

<sup>31</sup> (Jornal da Paraíba, Ano XV, n° 4.538, 11/10/1987, p. 09)



A preocupação com a degradação moral e física dos flagelados às vistas da população citadina é um tema recorrente nas matérias publicadas pelos jornais campinenses. Maria Alice, uma das poucas mulheres a escreverem na imprensa campinense do início do século, enfatizava a vulnerabilidade das mulheres retirantes e a situação de promiscuidade em que se encontravam:

(...) “Os caminhos cheios de pobres criaturas, vítimas da miséria, obrigadas a retirarem-se de seus lares, mendigando-nos o pão e a água para matarem a fome e saciarem a sede. Mães, alimentando os filhinhos em seus seios, para não verem os frutos de o seu amor exalarem o último sopro da frágil existência. Mocinhas ingênuas, trazendo em suas jovens faces os traços econômicos da miséria, vindo muitas vezes em nudez quase completas. Finalmente sentindo-nos contristados para observamos cena tão chocante”.<sup>33</sup>

Ainda segundo Augusto César Morais, o fato de “retirantes-mendigos” poderem utilizar a rua para nela residir, ou seja, comer, banhar-se, manter relações sexuais, obter alívio fisiológico, etc., representou para as elites urbanas em termos de padrões culturais dominantes na época, uma afronta aos valores que delimitavam quais as atividades que podem ou não serem praticadas no espaço público e/ou no âmbito privado.<sup>34</sup>

Iniciativas particulares como a do professor Clementino Procópio que recolhia os retirantes em sua casa, e muitas vezes adotava os seus filhos dando-lhes educação, e só permitindo que as moças só saíssem de sua casa devidamente casadas, eram muito elogiadas pela imprensa. Assim como também, elogiavam o comerciante de algodão Demóstenes Barbosa por liderar campanhas em prol dos flagelados.

A presença de mendigos nas ruas incomodava um jornal como o’ *Brasil Novo*, entusiasta da Revolução de 30 e da política de desenvolvimento e ordenação que norteava os governantes federais. Para este jornal, este tipo de coisas não condizia com o “adiantamento” de nossa cidade:

---

<sup>32</sup> (Idem, p. 09)

<sup>33</sup> (Idem, p. 09)

(...) “É nos sobejamente conhecida, nas ruas de Campina Grande uma criança epiléptica, que implora a caridade pública. Esta infeliz criatura é quase que diariamente acometida do ‘grande ataque’, nos lugares mais movimentados desta cidade e, já de muito costumeiro, passa indiferente aos olhos do nosso público. É supinamente doloroso se registrar o fato de tal ordem em uma sociedade adiantada, e sem dúvida um atestado revoltante de nossa civilização e de nosso sentimento de piedade para com os enfermos. Espetáculo bárbaro e humilhante para a nossa bela cidade, e que está em desacordo com o que aqui nós vemos”<sup>35</sup>.

A invocação dos sentimentos de piedade e da prática da caridade é associada com os interesses de implantar uma ordem urbana que garanta a limpeza, onde cenas consideradas deploráveis, como esta criança que “vive constantemente ferida e ensangüentada” deveriam segundo estas visões serem intoleradas.

No mesmo número deste jornal, encontramos outro artigo intitulado: Indigentes e Menores Abandonados, onde o autor considerou como um dos quadros “mais tristes da vida de Campina Grande”, presenciar diariamente homens e mulheres, entre os quais “cegos e aleijados”, a pedirem esmolas pelas portas e aos transeuntes, dando-nos assim um atestado de “quanto os poderes públicos se decuram deste mal”, fácil de ser extinto, como tem acontecido com outros centros, talvez menos adiantados que o nosso.<sup>36</sup>

O combate à mendicância e à vagabundagem é sempre relacionada com o grau de desenvolvimento urbano, sendo portanto, intolerável para estes jornalistas a falta de providências eficazes por parte das autoridades nos centros mais adiantados ou que pretendem sê-lo.

A distinção entre os mendigos realmente inaptos para o trabalho e os que aproveitam a situação para vagabundear às custas da caridade pública, é sempre asseverada, o que para o *Brasil Novo* requeria especial atenção:

---

<sup>34</sup> (MORAIS, 1996, p. 25)

<sup>35</sup> (O’ Brasil Novo. Ano I, n° 01, 10/01/1931, p. 03)

<sup>36</sup> (Idem, p. 03)

(...) “Verdade é que entre tantos indigentes que infestam as ruas, notadamente, as sextas-feiras, figuram homens e mulheres aptos ao trabalho, mas que encontram na caridade pública, um meio mais cômodo de subsistência”<sup>37</sup>.

O *Brasil Novo* recomendava intolerância com os vagabundos e tolerância com os mendigos, nenhum incentivo deveria ser dado àqueles que são arredios ao trabalho. Este jornal ainda recomendava como as autoridades deveriam proceder:

(...) “Quanto a estes (os vagabundos), porém, não será difícil a polícia extingui-los e aplicar-lhes o necessário remédio. Para os outros, os verdadeiros indigentes, os poderes competentes deveriam lançar suas vistas protetoras, internando esses infelizes nos hospitais ou casas de misericórdia, onde lhes seja possível o trato da saúde, pois em geral são cheios de feridas e moléstias contagiosas”.<sup>38</sup>

O historiador Michel Mollat considerou que a pobreza é uma noção, que também se comporia de realidades sociais complexas e dinâmicas, dificilmente apreensíveis. A relação entre o conceito e as situações vividas não é evidente nem constante. Seria, segundo ele, preciso apreender as nuances do primeiro e medir as segundas. Acrescenta também que, mesmo nas horas sombrias, sempre se soube distinguir os verdadeiros pobres, cujo infortúnio era resultado de um revés do destino. daqueles que pescavam em águas turvas.<sup>39</sup>

Para o historiador polonês Bronislaw Geremek, a pobreza não foi uma invenção não tem certidão de nascimento. Todas as sociedades chamadas históricas evidenciam uma diferenciação das condições materiais e de força física dos homens. Para este autor, os

---

<sup>37</sup> (Idem, p. 03)

<sup>38</sup> (Idem, p. 03)

<sup>39</sup> (MOLLAT, 1989, p. 12)

mendigos desempenhavam uma função considerada útil e necessária; tornavam-se um problema apenas quando crescia excessivamente o número dos que, como eles, precisavam de ajuda, ou quando faltava mão-de-obra no mercado de trabalho. O pauperismo como fenômeno social é resultado de processo de empobrecimento e rebaixamento de classe de vasto grupos da população.<sup>40</sup>

A partir da idade moderna, ainda segundo este autor, a miséria passou a ser considerada como uma praga social, o pobre passou a ser visto como uma figura perigosa para a ordem pública, aparecendo em toda a sua extensão o problema da decomposição dos valores morais e das normas de coexistência coletiva, cuja força ou fraqueza não podem ser explicadas por uma referência mecânica aos processos sociais.<sup>41</sup>

Geremek afirma também que nas descrições literárias sobre os mendigos aparece uma simetria entre a higiene física e a higiene social e moral tornando-se característica não só do discurso sobre mendigos e vagabundos como 2ª organização social e repressão aos miseráveis.<sup>42</sup>

Assim, além da vagabundagem que, era para o' *Brasil Novo*, caso de polícia, a preocupação das autoridades deveriam incidir sobre as moléstias contagiosas:

(...) “É impossível sanear uma cidade, higienizá-la, sem afastar das ruas os cancerosos e outros doentes de males comunicativos. A prefeitura tem um departamento de higiene, de modo que o respectivo diretor bem que poderia tratar desse problema que reputamos de solução relativamente fácil”.<sup>43</sup>

Assim, além da vagabundagem que, era para o' *Brasil Novo* caso de polícia, a preocupação das autoridades deveriam incidir sobre as moléstias contagiosas:

---

<sup>40</sup> (GEREMEK, 1995, p. 20)

<sup>41</sup> (Idem, p. 20)

<sup>42</sup> (Idem, p. 20)

<sup>43</sup> (Idem, p. 21)

(...) “É impossível sanear uma cidade, higienizá-la, sem afastar das ruas os cancerosos e outros doentes de males comunicativos. A prefeitura tem um departamento de higiene, de modo que o respectivo diretor bem que poderia tratar deste problema que reputamos de solução relativamente fácil”. (Brasil Novo. Ano I, nº 01, 10/01/1931, p. 03)

Sidney Chalhoub, no seu discorrer sobre o surgimento da ideologia da higiene, concluiu que as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX, através da metáfora da doença contagiosa. As “classes perigosas” continuariam a se reproduzir enquanto às crianças pobres permanecessem expostas aos vícios dos seus pais. Assim, na própria discussão sobre a repressão à ociosidade, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não trabalho dos adultos; a mais longo prazo era necessário cuidar da educação dos menores.<sup>44</sup>

A preocupação com a reprodução dos “vícios” dos adultos-pais pelos menores e conseqüentemente da não-afeição pelo trabalho, é o que finaliza o artigo:

(...) “Ao lado dos esmoleres referidos aparecem os meninos e meninas, algumas já adolescentes, de mãos estiradas, implorando a esmola pública. Temos uma legislação copiosa sobre os menores abandonados, ali está o código de menores em cujos dispositivos as autoridades judiciárias encontraram o remédio ciente a extinção do semelhante mal, que tanto depõe dos hábitos locais”<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> (CHALHOUB, 1996, p. 26)

<sup>45</sup> (Brasil Novo, Ano I, nº 01, 10/01/1931, p. 03)

Em 1931, devido ao aumento de indigentes nas ruas de Campina Grande devido à seca que ocorria naquele ano, o *Brasil Novo* noticiou que foi procurado por uma comissão para que apoiasse a idéia de se “ordenar” o socorro aos mendigos que perambulam pelas ruas da cidade. Assim o articulista narrou o norteamento desta reunião:

(...) “Exposto o assunto, algumas idéias trocadas, nos puseram ao par de tantos inconvenientes de se deixar aquele bando precatório de mendigos, uns aproveitadores, outros ao léu da sorte, atestando assim a nossa incúria e desafeto aos que sofrem a criminosa tolerância aos mandriões, que espreitam uma ocasião destas, para pintar com o rótulo de mendigo, no bolso do transeunte, ou de comerciante ocupado no balcão ou escritório”.<sup>46</sup>

O jornal *Brasil Novo* e esta comissão de comerciantes procuravam distinguir os verdadeiros mendigos que mereceriam caridade, dos falsos e vagabundos que deveriam ser combatidos.

A partir de meados do século XVI, o temor em relação ao pobre, segundo Michel Mollat, inspirou reações de defesa social<sup>47</sup>, no Brasil, no final do século XIX em diante, segundo Sidney Chalhoub, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal<sup>48</sup>, como é dedutível deste trecho que se seguiu do mesmo artigo do *Brasil Novo*:

(...) “A comissão aludida nos referiu ser apoiada pelo prefeito Lafayette Cavalcanti, oferecendo-lhe este, para sair em companhia do Cel. Demóstenes Barbosa, cadastrando os negociantes, que de livre e espontânea vontade, queriam auxiliar os mendigos sem que estes venham interromper as suas ocupações, e quiçá

---

<sup>46</sup> (Brasil Novo, Ano I, nº 13, 01/04/1931, p.01)

<sup>47</sup> (MOLLAT: 1996, p. 30)

<sup>48</sup> (CHALHOUB, 1996, p. 29)

transmitir a casa de sua família, o micróbio vicioso de que se acham contaminados quase todos”.<sup>49</sup>

O que fez então os comerciantes organizarem esta comissão foram os constantes perigos de “contaminação de micróbios transmitidos pelos esmoleres”, além de serem constantemente incomodados em suas ocupações.

O *Brasil Novo* cobrou das autoridades municipais a contribuição “policial, material e moral” e a construção de um abrigo de mendigos em local bem afastado. Sempre distinguindo os mendigos dos “ociosos exploradores”. Dos quais se encarregaria a instituição da polícia.

(...) “Pelo que sabemos, a polícia se encarregaria de joeirar os verdadeiros mendigos dos exploradores do momento, coibir estes e cadastrar aqueles que de fato precisam ser socorridos para assim se extinguir de vez a mendicância no centro da cidade, como se faz em urbe civilizada”.<sup>50</sup>

Novamente brandindo os exemplos de povos mais civilizados e “adiantados”, o artigo aponta os modelos de ordem a serem seguidos:

(...) “Não deve haver nesta cidade um só que concorde em se adiar por mais tempo a permanência dos mendigos vagando em nossas ruas, lavrando assim o nosso corpo de delito em que se evidencia o nosso descaso, vendo que a maior humilhação por que se faz passar o mendigo, é permitir-lhe mendigar publicamente. Os povos civilizados não o permitem”.<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup> (Idem, p. 01)

<sup>50</sup> (Idem, p.01)

<sup>51</sup> (Idem, p. 01)

Baseado neste pressuposto, o' *Brasil Novo*, assegurou aos seus leitores que “*esta era uma prova de que a nossa cultura já não condescende com certos hábitos que merecem ser eliminados*”.<sup>52</sup>

O *Brasil Novo* expôs o que ficou deliberado entre o prefeito e a comissão de comerciantes que se apresentavam como representantes da família campinense.<sup>53</sup>

As deliberações foram as seguintes:

- a) *Não permitir a mendicidade dentro da cidade;*
- b) *Varrer das ruas os vagabundos, os desocupados voluntários que se arvoram em esmoleres ;*
- c) *Designar um lugar em um dos subúrbios da cidade para ser o dispensário dos reconhecidamente mendigos;*
- d) *Organizar o comissariado voluntário que se deve ocupar da sublime missão de socorrer os pobres.*<sup>54</sup>

Neste entender, era meta fundamental “limpar” a cidade dos vagabundos não afeitos ao trabalho que não condiziam com a moral pública, assim como as “mulheres dadeiras”. Além de distingui-los dos reconhecidamente mendigos que, embora a missão de socorrê-los seja considerada sublime e quase divina, não poderia deixar, entretanto, de vê-los como um foco de micróbios que teria de ser afastado para o mais longe possível.

### **3.3 -A Mesa dos Vícios**

Além da prostituição e dos mendigos, a jogatina e o alcoolismo foram motivos de preocupação dos jornais campinenses, que os consideravam como casos de polfícia a exigir

---

<sup>52</sup> (Idem, p. 01)

<sup>53</sup> (Idem, p. 01)



providências repressoras. Afinal, estes vícios eram ocupações e meio de vida de vadios que encontravam nela uma alternativa ao trabalho ordenado.

O jornal *O' Campina Grande* bradou contra o “malfadado vício” e justificou a sua campanha contra o jogo por ser do programa do jornal: “*trabalhar exclusivamente para bem servir ao público, que o honra com sua imensa simpatia*”.

Considerando que a população era simpática às idéias defendidas pelo “*Campina Grande*”, jornal empolgado com as mensagens “modernas e promissoras” do regime republicano, como contribuição ao “novo país” que então se alardeava, resolveu na edição de 23 de março de 1909 dar o seu “grito de alerta contra o jogo”:

(...) “Os bozós, os ‘caipiras’ e outras espécies de ladroagens devem ser proibidas como grande higiene moral, por aqueles que têm preocupação de seus deveres sociais”.<sup>55</sup>

A defesa da higiene moral foi brandida tal como no caso da higiene pública e da prostituição, o jogo nesta visão se mostrava como outro obstáculo a construção de uma sociedade sadia e higiênica:

(...) “Entretanto, é deprimente e vergonhoso o espetáculo que se representa todos os dias de feira nesta terra. Crianças e homens rodeiam o explorador com seus trabalhados vinténs na doce intenção de multiplicá-los”.<sup>56</sup>

Deprimidos e envergonhados os redatores do “*Campina Grande*”, se mostravam particularmente preocupados com os “dias de feira” aonde os matutos que, vinham a Campina Grande encontravam nesta ocasião a oferta de prostitutas e mesas de jogo, onde

---

<sup>54</sup> (Idem, p.01)

<sup>55</sup> (O ‘ Campina Grande, Ano II, n° 23, 23/03/1909, p.02)

<sup>56</sup> (Idem, p. 02)

dissipavam todo o dinheiro ganho com “honesto trabalho” e que deveria prover o sustento de suas famílias:

(...) “Homens, e o que era mais grave ‘crianças’ em torno de um ladino explorador era o caminho fácil para viciá-los nesta degradadora prática, sendo vítimas fáceis dos exploradores. Em conclusão, voltam lisos na expressão do vulgo. Já não o dizemos mesmo contra o ‘bicho’ hoje generalizado em todas as cidades populosas e capitais adiantadas. Sabemos, porém, que o ilustre Cel. Idelfonso Souto, delegado de polícia, já iniciou sua campanha contra o malfadado vício”.<sup>57</sup>

A preocupação com a dispersão do dinheiro foi visibilizado neste trecho, que entretanto, se mostra mais tolerante com o jogo do bicho por considerá-lo coisa de centro adiantado.

Por ser uma cidade onde se realizava uma concorrida feira, a jogatina encontra meios de se expandir, exigindo nos dias de feira maior ação da polícia no entender deste jornal:

(...) “O jogo está em ação nesta terra. Basta um passeio nos dias de feira, para entristecer o que ainda pedem moralidade e respeito à lei. O Cel. Idelfonso Souto, digno delegado de polícia, deve de uma vez por todas acabar com este foco de vagabundos para honra de serviço do seu cargo”. (...) <sup>58</sup>

Sente-se, nestas palavras uma certa censura à ineficácia do delegado de polícia para coibir o jogo a contento. Se, a princípio, esta crítica era disfarçada nas entrelinhas, em artigos posteriores, ela se mostrou mais explícita adiante, segundo estes jornalistas, da “gravidade” do problema e da pouca ação do policiamento.

---

<sup>57</sup> (Idem, p. 02)

<sup>58</sup> (Idem, p. 02)

O artigo “*O Jogo*”, de 16 de maio de 1909, os articulistas iniciam esclarecendo que o programa do seu “modesto jornal” eliminou, por um princípio de moralidade as questões tendentes à politicagem:

(...) “Nasceu vendo obstáculos, sobraçando empecilhos para defender a causa soberana do povo”.<sup>59</sup>

O Campina Grande entendeu que a “moralidade” era a “causa soberana do povo”, e assim exigiu do prefeito providências para limpar o lixo das ruas, exigiu também do delegado que acabasse com o jogo:

(...) “Quando os indivíduos fogem do cumprimento fiel das leis do país, é no elemento coercitivo, representado pelo poder público que eles vão encontrar a severa punição de suas culpas e de seus crimes”. (...) <sup>60</sup>

Este jornal mostrasse convencido que para os exploradores do jogo só mesmo com a repressão policial e que esta não tem se mostrado dentro de suas expectativas, como se vê neste parágrafo:

(...) “Por vezes, temos nos ocupado da jogatina desbridada que se pratica nos dias de feira nesta cidade. Até hoje, porém, não nos consta que as autoridades competentes, tenham dado um passo sequer, tendente a aniquilar o grande fator da maior degradação moral de um povo”.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> (O Campina Grande, Ano II, nº 30, 16/05/1909, p. 01)

<sup>60</sup> (Idem, p. 01)

<sup>61</sup> (Idem, p.01)

Este jornal elevou, então, a jogatina, a condição de fator da “maior degradação moral de um povo”, por isso não se conformava por ela não ser “devidamente” repreendida. *O Campina Grande* continuou insistindo junto às autoridades por providências:

(...) “Nestas condições, voltamos hoje verberando a jogatina, que tanto nos envergonha fazendo um sincero apelo ao prefeito Cristiano Lauritzen e ao ilustre delegado Cel. Idelfonso Souto, para que em breve o crime que hoje se pratica aos olhos do público, encontre entraves e repulsas”.<sup>62</sup>

Segundo ainda *O’ Campina Grande*, neste mesmo artigo:

(...) “Nenhum homem de bem que deseje a prosperidade deste torrão patricio, deixará de nos acompanhar com elogios e solidariedade neste justo pedido, que assenta nos ensinamentos salutareis da lei”.<sup>63</sup>

Por estas palavras, este jornal compreendia que a campanha contra o jogo era coisa de “homem de bem” que desejava “a prosperidade”, apoiando então a verberação deste jornal contra a jogatina. Diante de sua campanha, os poderes públicos seriam então obrigados a agirem de acordo com os preceitos da moral:

(...) “Confiantes pois, no bem, desejo dos encarregados da manutenção da disciplina e da ordem deste pedaço

---

<sup>62</sup> (Idem, p. 01)

<sup>63</sup> (Idem, p. 01)

de terra da circunscrição paraibana, aguardamos o desenrolar dos acontecimentos”.<sup>64</sup>

Confiante que contava com o apoio de todos os homens de bem, *O Campina Grande* assim transpareceu essa sua certeza:

(...) “Os nossos compatriotas devem estar contentes com este nosso proceder, não fugindo um instante da trilha que traçamos quando cheios de ilusões que nos embalarão docemente”.<sup>65</sup>

Embalado docemente ou não, mas igualmente sem perder de vista a trilha da civilização na qual queriam ver Campina Grande, o jornal *O’ Rebate* em nome dos mesmos valores que nortearam. *O’ Campina Grande*, se mostrou, igualmente indignado com o crescimento da jogatina na cidade no início, daquele século e com a facilidade com a qual se abria uma casa de jogo. Este jornal que se apresentava como um “órgão proletário de interesse regional”, publicou um artigo em 1937 intitulado: “*Prossegue Escandalosamente a Jogatina na Cidade*”, escandalizado com o aumento do jogo. Assim o “*Rebate*” demonstrava sua indignação:

(...) “O subtítulo desta rápida notícia foi colhido ontem por um profissional do nosso meio que, sarcasticamente zombou de nossa campanha contra a amoral e hedionda jogatina que se multiplica assustadoramente entre nós”. (...) <sup>66</sup>

---

<sup>64</sup> (Idem, p. 01)

<sup>65</sup> (Idem, p.01)

<sup>66</sup> (O’ Rebate, Ano V, n.º 218, 16/01/1937, p.08)

Na esperança de que os poderes públicos estivessem atinados com o seu pensamento, O Rebate prosseguia com suas denúncias tentando sensibilizar a todos, para o que este hebdomadário considerou como jogatina amoral e hedionda:

(...) “As autoridades não de reagir contra essa avalanche terrível que desmorona totalmente a moral de um povo”.<sup>67</sup>

Enquanto *O Campina Grande* mostrava-se particularmente escandalizado com o fato da jogatina apresentar grande visibilidade, está “as claras” e por isso devesse ser rigorosamente combatido, *O Rebate* não tolerava nem mesmo a jogatina disfarçada e escondida como assim denunciou:

(...) O proprietário da leiteira Celeste, tapeando o público, está pondo algumas bebidas na primeira parte do prédio”.<sup>68</sup>

A existência do Cassino Eldorado, onde homens que dispusessem de dinheiro teriam à sua disposição, tanto mulheres prostituídas como qualquer classe de jogos inclusive os mais condenados, evidencia que a prostituição e a jogatina eram tolerados em espaços a eles destinados, onde seu desfrute só era concedido aos que pudessem pagar.

A campanha contra o alcoolismo também ganhou guarida em jornais campinenses que o viam como um “vírus venenoso e extravagante de que alguns pândegos fazem sempre uso”. *O Campina Grande* publicou em sua edição de 08/08/1909, sobre os seus “maléficos” efeitos:

---

<sup>67</sup> (Idem, p. 08)

<sup>68</sup> (Idem, p. 08)

(...) “tem tomado proporções assustadoras em nosso meio, o alcoolismo, este vírus venenoso e extravagante de alguns pândegos que pela rua fazem sempre uso. (...) uns pedem-lhes coragem, outros se transformam em papangú, outros vêm no alcoolismo um bom atenuante quando neste estado cometem crimes”. (...)

69

A preocupação com o alcoolismo permeou tanto os chamados jornais burgueses, como também a auto proclamada “imprensa operária” em São Paulo no início do século XX. A historiadora Liane Marie Bertucci observou que os jornais socialistas e anarquistas utilizavam-se dos mesmos pressupostos médicos e de muitos valores burgueses para condenar o consumo de álcool entre os operários.<sup>70</sup>

O álcool destilado foi inventado no século XII e o seu consumo desenfreado constituiu-se em mais um motivo de preocupação, para todos os homens de letras que desejavam fazer desta cidade um “lugar próspero e civilizado”. O álcool, o jogo e as “mulheres da vida” no entender destes setores da imprensa, desencaminhavam os homens e destruíam a tão celebrada família nuclear, segundo estes órgãos de comunicação. Principalmente em ocasiões como o carnaval, como veremos no próximo item.

### ***3.4 - Nas Farras do Arlequim Grotesco***

A festa consagrada ao deus da folia – O Carnaval, por ser entre as festas realizadas durante o ano, a que mais proporcionava uberdade, desregramento e irreverência, mereceu por parte dos órgãos jornalísticos sempre zelosos com as coisas que dizem respeito à moralidade, especial atenção, onde não deixam de reconhecer o lado licencioso do carnaval, que deveria dar lugar ao seu lado fantasioso e romântico.

---

<sup>69</sup> (O’ Campina Grande, Ano II, n° 40, 08/08/1909, p. 02)

<sup>70</sup> (BERTUCCI, 1994, p.p. 112-113)

O jornalista José Peixoto ainda com o “espírito alquebrado” pelas “febricitantes loucuras” praticadas nas folias do arlequim grotesco - Momo, não deixou de censurar o espaço propício a “aproximação” entre moças e rapazes, proporcionada pela festa:

(...) “Era esperada a tradicional época dos folgares rubros e principalmente pela rapaziada gárrula que nela encontra ocasião propícia para dar lugar a seu gênio alegre e buliçoso, trocando uma vez por outra, de envolta com as perfumadas nuvens de confetes, maliciosos apertos de mão com as meninas faceiras, que correspondem corando a tais amabilidades”.<sup>71</sup>

Por estas linhas descortina-se um pouco da rígida moral da época, onde os namoros eram vigiados e os casamentos acertados entre as famílias, muitas vezes contrariando a vontade dos noivos, não podendo, então, arrefecer sua vigilância sobre “rapazes gárrulas” nem “moças faceiras”, durante os “desvairados” festejos momescos.

Mais adiante, neste mesmo artigo, José Peixoto não deixou de advertir aos seus “diletos leitores” que:

(...) “O júbilo em toda sua plenitude hibriante domina nestes dias as ações do povo, impelindo-o para os braços do momo num impetuoso desvairamento de festa e cantares”. (...) <sup>72</sup>

O carnaval era elogiado por estes jornalistas desde que fosse brincado com pomposas fantasias, corno as pessoas de posse, e com contidos e educados gestos, não se deixando levar por impetuosos desvairamentos.

Neste mesmo número do *Campina Grande*, em outra crônica, escrita desta vez por um médico que colaborava com esta publicação, o Dr. Sipimpório, este não deixou de elogiar o “clube jovens campinenses” pelo seu comportamento:

---

<sup>71</sup> (O' Campina Grande, Ano II, n° 19, 28/02/1909, p. 01)



(...) “Esteve em nossa redação fazendo diversas manobras e merecendo aplausos pelo ótimo comportamento de seus educados membros”. (...) <sup>73</sup>

O Dr. Sipimpório ficou particularmente satisfeito, porque este clube carnavalesco era formado por crianças sobre quem uma “boa educação deveria incidir” e a quem deveria ensinar-se a brincar o carnaval dentro das normas impostas. Rosa Maria Barbosa de Araújo quando abordou a participação das famílias no carnaval carioca, concluiu que a polícia comprometia-se a manter o carnaval regulado, a cidade em ordem, a moral respeitada. O próprio conteúdo da festa exigia certos cuidados, pois no carnaval se permitia excessos, as fantasias e as máscaras. <sup>74</sup>

Ainda segundo esta autora o controle da moral e da violência no carnaval era acionado em nome da ordem e do estímulo a participação das famílias. Só no carnaval haveria uma ruptura do isolamento doméstico, eliminando a barreira simbólica entre o espaço da casa e da rua. Entretanto o moralismo e a religiosidade despertavam a indignação dos conservadores contra o espírito de permissividade da festa. <sup>75</sup>

Em 1935, circulou em Campina Grande um jornal de feição comunista: *A Batalha*, que a princípio circulou como semanário, dirigido por Arlindo Corrêa, que embora depois de alguns números tenha saído da praça, deixou-nos sua visão sobre os festejos carnavalescos, que procurou se alicerçar sobre a autoridade médica especializada para respaldar a sua campanha por urna rigorosa disciplina.

Este jornal comunista transcreveu na íntegra a opinião do Dr. José de Albuquerque do serviço especial do Circuito Brasileiro de Educação Sexual. Esta autoridade considerou “como nunca ser demais” ao se aproximar um período como esse, em que os indivíduos vão vibrar de entusiasmo, sob o influxo das mais diversas incitações do meio social, chamar sua atenção para a série de desatinos que muitas vezes praticam, desatinos esses que não só lhes vão provocar perturbações no organismo, como também, comprometer seriamente a saúde da prole que venham a gerar. <sup>76</sup>

---

<sup>72</sup> (Idem, p. 01)

<sup>73</sup> (Idem, p. 01)

<sup>74</sup> (ARAÚJO, 1993, p. 372)

<sup>75</sup> (Idem, p.p. 370-376)

<sup>76</sup> (A Batalha, Ano I, n° 21, 08/03/1935, p. 02)

Para autoridades médicas como o Dr. José de Albuquerque, as preocupações com a constituição de uma sociedade de indivíduos eugenicamente perfeitos, sobrepunha a visão moralista das igrejas cristãs que a via como “festa do diabo”. Um médico como o que citamos arrotava dados estatísticos para tornar convincentes as suas opiniões, de que:

(...) “O carnaval é de todas as festas populares aquela que maiores danos causa máxime em nosso meio, em que os excessos são praticados de uma forma quase habitual peia grande maioria do povo que se diverte”.  
(...)<sup>77</sup>

Estes excessos já eram sentidos pelos grupos dominantes na Europa Medieval, que percebiam que no carnaval os tabus cotidianos que coíbiam a expressão de impulsos sexuais e agressivos eram substituídos por estímulos a ela. Mikhail Bakhtin ainda considerou que o carnaval era uma época de desordem institucionalizada, um conjunto de rituais de inversão.<sup>78</sup>

Médicos como o Dr. José de Albuquerque preferiram eleger os “danos ao organismo” como razão principal para se conter os excessos. Ele se utilizou de resultados de pesquisa realizadas em países em que se fazia estatística “quase que sistemática” para comprovar suas asseverações. Baseado nestas estatísticas que constatavam que nas semanas que se seguem ao carnaval, os ambulatórios e .estes para tratamento de doenças venéreas, tem a sua freqüência aumentada, cindo o número de matrículas novas, a proporção de vinte, trinta ou quarenta por cento a mais que nos outros períodos do ano.

Estas estatísticas concluíram também que a maioria das crianças nascidas da gravidez contraída no período do carnaval, apresentam-se débeis, portadoras de anormalidades congêntas, atacadas de taras nervosas que se manifestariam de forma mais evidente no decorrer dos anos, senão sucumbissem nos primeiros dias ou nas primeiras

---

<sup>77</sup> (Idem, p. 02)

<sup>78</sup> (BURKE, 1989, p. 214)

horas, isto, quando não nascessem mortas ou quando um aborto espontâneo não viesse interromper o curso da gestação.<sup>79</sup>

Seria, portanto, com a preocupação com uma prole sadia e vigorosa que médicos como o Dr. José de Albuquerque, herdeiros do saber médico-higienista do século passado, vinculavam doenças venéreas com promiscuidade e com conseqüentes problemas de gestação.

O jornal comunista *A Batalha* compartilhou assim, com idéias comuns em jornais de orientação nazi-fascista que utilizavam-se destas mesmas prédicas, para defender uma geração forte, sadia e higiênica para servir ao Estado.

Para Jacques Donzelot, o Estado moderno, voltado para o desenvolvimento industrial, tinha necessidade de um controle demográfico e político da população adequado àquela finalidade. Esse controle que no século XX foi rigoroso nos Estados totalitários, buscou disciplinar as práticas anárquicas da concepção e dos cuidados físicos dos filhos. As intervenções normativas, tanto nos Estados de ideologia liberal, como nos totalitários defendendo a saúde física e moral das famílias, executaram a política do Estado em nome dos direitos do homem.<sup>80</sup>

A falta de profilaxia adequada para o ato sexual e o uso de bebidas alcoólicas era para o Dr. José de Albuquerque um dos motivos do aumento de doenças venéreas no período de carnaval, como assim ele expressou:

(...) “de um lado, está a dificuldade da realização de uma profilaxia adequada após o ato sexual, pois aqueles que de uma maneira sistemática carregam no bolso nos dias habituais sua bisnaga profilática, nestes dias não o fazem devido as suas roupas ou fantasias não o permitires”. (...) <sup>81</sup>

O jornal *A Batalha* compartilhou assim com ideais de diversas matizes ideológicas, sempre calcadas no fortalecimento e na saúde de instituições como a pátria e a família.

---

<sup>79</sup> (A Batalha, Ano I, n° 21, 08/03/1935, p. 02)

<sup>80</sup> (DONZELOT, 1986, p. n/i)

<sup>81</sup> (A Batalha, Ano I, n° 21, 08/03/1935, p. 02)

Entre os quais o jornal argemirista e getulista *Voz da Borborema*, que teve igual preocupação com a segurança da família e da prole durante os festejos momescos e que não diferiram dos seus inimigos comunistas.

Em um artigo intitulado “*O Carnaval e os Menores*”, o jornal *Voz de Borborema*, enfatizou que uma das conquistas da nova ordem jurídica brasileira é incontestavelmente a que se refere à assistência e proteção aos menores. Já o código de menores assegurava por parte do poder público uma contínua assistência “aqueles que não tendo discernimento”, são por isso considerados incapazes no sentido legal e, nessas condições, necessitam, mais do que qualquer outros, do patrocínio de seus pais e do próprio Estado.<sup>82</sup>

De acordo com Jurandir Freire Costa, no Estado Moderno criou-se dois tipos de intervenção normativa para que em nome da defesa da saúde física e moral das famílias, se executasse a política do Estado em nome dos direitos do homem.<sup>83</sup>

A primeira destas intervenções para este autor deu-se através da medicina doméstica. Esta medicina, no interior da burguesia, estimulou a política populacionista, reorganizando as famílias em torno da conservação e educação das crianças. A segunda, dirigiu-se as famílias pobres sob a forma de campanhas de moralização e higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social e a medicina concentraram-se para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los quando preciso na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos.<sup>84</sup>

No caso dos loucos, como nos da família, ainda segundo Jurandir Freire Costa, a norma desenvolveu-se para compensar as falhas da lei. No primeiro caso o agente da infração não podia ser punido porque era irresponsável, no segundo, o contrato social não previa e não podia incluir a conduta infratora na categoria do crime, como no caso dos menores.

Por razões desta ordem, de acordo com José Augusto Guilhon de Albuquerque, a normalização tornou-se indispensável ao funcionamento do Estado e tendeu a crescer e estabilizar-se num campo próprio do saber e de poder, o do desvio e da anormalidade.<sup>85</sup>

---

<sup>82</sup> (*Voz da Borborema*, Ano II, nº 13, 23/02/1938)

<sup>83</sup> (COSTA, 1979, p. 51)

<sup>84</sup> (*Idem*, p. 51)

<sup>85</sup> (ALBUQUERQUE, 1978, p. 16)

Um Estado forte, como era defendido pelo argemirismo na Paraíba não poderia deixar de policiar a participação dos menores numa festa como a do carnaval. A *Voz da Borborema* foi então de opinião que:

(...) “Agora que se aproximam os festejos carnavalescos, seria útil e louvável que as autoridades campinenses, tanto judiciárias como policiais, procurassem acautelar os interesses dos nossos menores, providenciando junto aos respectivos pais no sentido de evitar a presença dos mesmos depois de 22 horas nos clubes, blocos, ranchos e cordões carnavalescos”.<sup>86</sup>

Este artigo na sua conclusão final não deixou de informar para se tornar mais convincente, que essa medida de proibição dos menores na festa, depois das 22 horas vinha sendo adotada nos meios cultos, ao que estavam informados e que vinha sendo recebida com “interesse e simpatia” por parte dos dignos pais de família desta cidade.<sup>87</sup>

O exemplo dos meios “maiores”, “mais cultos” e “mais adiantados” eram sempre exortados pelos jornais campinenses, para que os leitores procurassem imitá-los, afinal pretendeu-se sempre se tornar esta cidade igual a eles.

No número seguinte da *Voz da Borborema* encontramos publicadas as “instruções que deverão ser levadas a efeito pela delegacia de polícia desta cidade durante o período carnavalesco”. A fim, segundo este jornal, de “inteirar das medidas policiais que deverão ser tomadas pela polícia de Campina Grande, quanto aos três dias carnavalescos”.<sup>88</sup>

Os jornalistas da *Voz da Borborema*, foram até a 1ª delegacia de polícia desta cidade, onde tiveram segundo eles, o ensejo de ouvir a respeito, o Cel. José Maurício, “zeloso” delegado de polícia do município, que, com a “solicitude e a moralidade” que lhe eram características, os atendeu prontamente.

Este delegado de polícia ao receber os jornalistas comprometeu-se, conforme o relato deles, a procurar “como seria de seu costume de ordem e disciplina”, manter a absoluta tranqüilidade no decorrer daqueles três dias da festa de Momo - não faltando,

---

<sup>86</sup> (*Voz da Borborema*, Ano II, nº 13, 23/02/1938)

<sup>87</sup> (*Idem*, p. 02)

<sup>88</sup> (*Voz da Borborema*, Ano II, nº 14, 05/03/1938, p. 01)

prometeu para isto, com o espírito de vigilância e de cumprimento dos ditames, um eficiente policiamento.

O delegado, segundo ainda a *Voz da Borborema* havia acabado de ler uma nota da chefatura de polícia da capital do Estado, em que se vê uma portaria daquele departamento de segurança pública, baixando rigorosas instruções a serem observadas naquela cidade, durante a quadra momesca. O delegado ao lê-la considerou-a como “judiciosa e condigna”, e garantiu aos jornalistas que tomaria aquelas medidas, quanto aos três dias de carnaval em Campina Grande.

Satisfeitos e tranqüilizados com o que ouviram do delegado, os jornalistas da *Voz da Borborema* transcreveram, para maior esclarecimento do seu público, os itens sobre as medidas de ordem policial que deveriam ser observadas pela Delegacia de Polícia desta cidade durante o carnaval. Desta transcrição vislumbramos o que era intolerado:

#### INSTRUÇÕES PARA O PERÍODO CARNAVALESCO

*1º Fica proibido o uso de máscaras a partir das 18 horas até às 6 horas do dia seguinte, exceto nos clubes familiares, competindo às respectivas diretorias exercerem fiscalização interna.*

Por este parágrafo observamos que havia discriminação entre os clubes, havendo os considerados familiares, onde famílias distintas poderiam freqüentar e onde se poderia gozar de alguns privilégios, como no caso, o uso de máscaras nos bailes noturnos:

*2º Só serão permitidas fantasias que não ofendam a moral pública, não sendo toleradas críticas alusivas às autoridades civis e militares.*

O que a polícia e o jornal *Voz da Borborema* compreendiam como moral pública era polêmico. Quanto as críticas alusivas as autoridades no carnaval, sempre preocuparam estas desde os carnavais da Europa Medieval.<sup>89</sup>

A questão das bebidas alcoólicas se constituiu em outra rigorosa proibição, como rezou o terceiro item:

*3º Proibição de venda de bebidas alcoólicas a menores ou a indivíduos em visível estado de embriaguez, bem como a venda de bebidas brancas das 22*

---

<sup>89</sup> (BAKHTIN: 1993, p. 125)

*horas em diante, respondendo pela inobservância do presente item, o comerciante infrator com a multa de 10 a 50 mil réis.*

A preocupação com o álcool e outras drogas estava presente, afinal, indivíduos motivados pelo consumo destas, tornavam-se violentos e inobservadores de profilaxia sexual, o que geraria proles com “*taras congênicas*”, segundo o pensamento médico que prevalecia na época:

*4° Não será permitida a ingestão ou inalação de éter, como também de qualquer droga estupefaciente, sendo presos e levados às delegacias distritais os transgressores do presente dispositivo.*

O item demonstra o quanto os foliões deveriam estar sobre o disciplinamento da polícia:

*proibida a entrada com água, líquidos cauterizantes, ácidos, tinturas, pós e qualquer substância* 5° *Os blocos e cordões carnavalescos só poderão se exhibir munidos de licenças das delegacias de polícia.*

6° *Os condutores e passageiros de veículos que trafegam na cidade obedecerão as instruções baixadas pela inspetoria de veículos.*

7° *É terminantemente que prejudique a saúde pública.*

O item se refere as tradições do carnaval de Entrudo que provocavam muitas violências e ocorrências policiais e que passaram a ser proibidas.

Além da saúde pública, a moral pública merecia atenção e em nome dela se exerceu disciplinamento:

*apresentar-se* 8° *Qualquer alegoria ou crítica que pretenda exhibir-se em público deverá o seu autor as delegacias para a devida permissão.*

9° *A polícia exercerá severa censura nas letras das músicas a serem cantadas pelos blocos e cordões, não sendo permitidas as que forem consideradas imorais ou que visem a vida privada de qualquer cidadão, como também as entidades a que se refere o item 2° das presentes instruções.*

Os infratores deveriam ser punidos, segundo estas instruções. A respeito destes rezavam os três últimos itens:

10° *Os desordeiros serão recolhidos a Cadeia Pública de onde só terão liberdade depois de passados os festejos carnavalescos.*

*11º As pessoas encontradas armadas serão conduzidas às respectivas delegacias e atuadas de acordo com a lei.*

*12º Nos ‘cabarés’ da cidade a polícia exercerá rigorosa vigilância, sendo revistados os seus frequentadores.*

O carnaval de 1938 ocorreu a contento segundo os redatores da *Voz da Borborema*, pelo menos é o que deixam transparecer na sua edição seguinte, o primeiro número após a festa, onde se mostram satisfeitos com a ordem que reinou as ruas durante o curso de automóveis e nos clubes mas elitizados, como o “Campinense”, descrito por este jornal como: "Esta importante sociedade campinense que reúne a elite de nossa terra", a seguir, ainda descreve que durante os demais dias o “Campinense” estivesse sempre cheio do que “há de melhor em nossa sociedade”. Sendo assim, o Campinense aparece neste jornal como o primeiro em importância, sendo seguido pelo “Grêmio Renascença”, “Éden Club”, “Juventude Social Club”, sociedade que reunia o operariado do bairro de São José, em seguida o “Ypiranga F. Club” que foi referido como “um conhecido campeão do foot-ball em nossa terra”, que domina, sempre no frevo carnavalesco, pelo grande número de elementos de todas as classes de que se compõe. A “Voz” ainda comentou como foi no carnaval do “São José Club”, outro clube frequentado pelas famílias operárias daquele bairro, finalizando com o “Clube Paulistano”.

O artigo após narrar e elogiar os bailes “dentro da ordem” destes clubes e de se abster de comentar como foi o carnaval nos “cabarés”, elogia a ação do chefe de polícia, o grande responsável por esta ótica para que a festa transcorresse dentro da ordem esperada por estes setores da imprensa:

(...) “foi assim que a cidade viveu durante os festejos carnavalescos, sem que se registrasse, apesar do entusiasmo reinante, nenhum fato que desabonasse o nosso conceito de gente civilizada”.<sup>90</sup>

Merecer o conceito de “gente civilizada” era o grande prêmio e mérito para este jornal Estado-novista, para uma cidade onde seus habitantes buscassem se comportar de



acordo com a ordem burguesa, a exemplo de centros mais adiantados, sempre invocados como referência a serem imitadas.

O trabalho do chefe de polícia local foi o grande responsável pelo “bom transcorrer da festa”, segundo este órgão de imprensa, de acordo como fez questão de frisar:

(...) “Achamos, porém, de justiça, salientar que muito devemos ao Cel. José Maurício, zeloso delegado de polícia desta cidade, a paz que se observou durante o carnaval, pois pessoalmente dirigiu o policiamento por toda a cidade, não dando tréguas a que os elementos mais exaltados saíssem ordem”.<sup>91</sup>

A “ordem” propalada por este jornal era sempre uma ordem de elite, os seus conceitos de ordem e paz eram sempre visados pelas classes mais altas e por todos que pretendiam implantar um meio urbano social nos moldes capitalistas.

A ordem pública recorreu e acionou todos estes personagens, para combater todos e tudo aquilo que reticentemente e reiteradamente contrariaram estes projetos, fazendo com que os poderes instituídos e os jornais se dirigissem a população urbana com campanhas de moralização e higiene da coletividade. A filantropia, a assistência social, concentraram-se segundo Jurandir Freire Costa, para manobrar os laços de solidariedade familiar e usá-los, quando preciso, na represália aos indivíduos insubordinados e insatisfeitos.<sup>92</sup>

O que era considerado como “fora de ordem” foi atacado em Campina Grande, a exemplo de outros centros urbanos deste país pela propaganda nacionalista dos séculos XIX e XX. Ataque comandado por políticos, mas fortemente auxiliado por literatos, por agentes de domesticação familiar como médicos, pelo sistema, escolar e por instrumentos de prevenção e repressão como o aparelho policial.

---

<sup>90</sup> (Voz da Borborema, Ano II, nº 14, 05/03/1938, p. n.c.)

<sup>91</sup> (Idem)

<sup>92</sup> (COSTA, 1989, p. 15)



## *Considerações finais*

Com o desenvolvimento do comércio algodoeiro em finais do século XIX e incrementando-se no início do XX, Campina Grande tornou-se um movimentado centro comercial propiciando o surgimento de uma elite dedicada à uma atividade urbana - os comerciantes.

Esta elite comercial interessou-se em disseminar ideais de ordem, progresso, moral e modernidade entre outros valores propalados pelo o ideário republicano.

Entre os equipamentos utilizados para moralizar a sociedade campinense encontravam-se os jornais. Que divulgavam para os seus leitores quais os novos tons de distinção e quais os comportamentos idealizados para os cidadãos de bem.

A nova geração de comerciantes e jornalistas a partir das décadas de vinte e trinta procuraram disseminar valores de acordo com os ideais da nova ordem burguesa que se constituía na cidade, mas, conservando alguns valores tradicionais, que segundo eles deveriam ser perpetuados pelas gerações pósteras.

Neste intuito personagens de elite na cidade foram mitificados e relidos dentro de uma visão que procurava enfatizar valores tradicionais que aqueles simbolizariam como de uma moral ilibada e de espírito de liderança. Valores estes que os articulistas temiam que desaparecessem com as aceleradas mudanças urbanas e sociais que se verificavam na cidade.

Os jornais das décadas de 10, 20 e 30 procuravam conservar alguns valores e hábitos tradicionais, ao mesmo tempo em que propunham a adoção pela população de regras de higiene e de prevenção contra a devassidão de costumes propiciado ceio crescimento urbano e populacional.

Verifiquei que no período tratado em Campina Grande, não podemos falar da formação de uma “Grande Imprensa”, com estrutura de distribuição de longo alcance por ser situada num meio onde a maioria da população era pobre e analfabeta, constituindo um público leitor reduzido. O que acontecia na maioria das vezes eram “experiências isoladas, iniciativas passageiras”. Uma grande e estável empresa possibilitando uma circulação diária teve que esperar o final dos anos 50 do século XX, com a fundação dos Diários Associados sob o comando de Assis Chateaubriand.

Os jornais pesquisados foram entendidos, enquanto “produto social”, isto é, como resultado de um ofício exercido e socialmente reconhecido, e constituíram-se assim como em outros centros-urbanos como objeto de expectativas, posições e representações específicas.

Com o afluxo de populações de origem rural para Campina Grande criou-se problemas de adaptação dos hábitos daquelas no meio urbano. Estas sempre tendiam a reproduzir práticas de comportamento que não condiziam com a vida na cidade, que exigia limpeza e higiene para evitar epidemias.

Os poderes públicos pareciam também no entender de imprensa da época incapaz ou desinteressada em agir com eficácia para debelar focos de imundície. Daí, as críticas e as cobranças dirigidas às autoridades públicas pelos periódicos que circularam na cidade.

Na leitura dos artigos dos jornais campinenses vemos que estes sempre procuraram se apoiar cientificamente, seja na teoria miasmática, seja nas posteriores teorias contagionistas, para sensibilizar a administração pública e a população.

Observa-se também que as preocupações dos jornalistas, assim como a dos seus inspiradores: os sanitaristas e os higienistas, não eram menores em relação a “sujeira moral” e a regulamentação do contágio e da contaminação sexual.

Examinando os artigos da imprensa campinense no período pesquisado, verificamos que jornais de variados matizes ideológicos e políticos confluíam em relação ao alcoolismo, a prostituição, aos jogos, e novos hábitos como o de frequentar festas, namorar em público e se esbaldar no carnaval.

Compartilhavam também das propostas de prevenção e debelação dos considerados por eles “maus hábitos” e “vícios” havendo um certo consenso em moralizá-los.

Toda a imprensa era de opinião que a cidade deveria crescer e se modernizar, mas, ao mesmo tempo se mostrava temerosa dos desregramentos advindos desse crescimento como era visto nos centros maiores.

A imprensa Campinense do período pesquisado procurou respaldar-se nos discursos científicos e teóricos e veicular imagens de ordem e controle social que não se coadunavam com a realidade percebida pelos que escreviam em suas páginas, seja devido aos hábitos arraigados da população ou então pela morosidade, “incompetência” ou

mesmo desinteresse das autoridades públicas em efetivar medidas em prol da “ordem moral” e higiênica que os autores dos artigos de época almejavam na cidade.

Associação entre surjidade urbana e imundice física, lixo e esgotos com atraso, prostituição com patologias, alcoolismo e jogatina com degradação familiar, foram comumente encontrados na leitura dos artigos. Bem como o propagandeamento de um Estado forte capaz de impor ordem e conduzir com inflexibilidade as reformas urbanas necessárias e de conter tudo que não se coadunasse com a moralidade defendida por aqueles escritores.

A contradição para os jornais estava nas suas proposições de conservar a moral tradicional ao mesmo tempo em que adorassem as novas “modas” das gentes civilizadas. Sendo assim, se o desenvolvimento e a modernização eram bem vindos não o eram os vícios e os desregramentos que aqueles inevitavelmente trariam.

## ***Documentos Catalogados***

### *Jornais (Edições Avulsas)*

*Gazeta do Sertão*, Campina Grande, Anos 1887 à 1889;

*O Campina Grande*, Campina Grande, Ano de 1909.

*Correio de Campina*, Campina Grande, Ano de 1925

*O Século*, Campina Grande, Anos de 1928 à 1929.

*A Batalha*, Campina Grande, Ano de 1931.

*Brasil Novo*, Campina Grande, Anos de 1931 -1932.

*O Rebate*, Campina Grande, Anos de 1932-1939.

*A Voz da Borborema*, Campina Grande, Anos de 1937 -1939.

*"Radical Mudança no Amor nos Últimos 50 Anos - Dos Flirts Proibidos de Ontem ao Namoro às Escâncaras de Hoje" - Diário da Borborema*, nº 01, Ano 1, 02 de outubro de 1957.

## ***Referências Bibliográficas***

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. “Os Lucros da Desgraça”. *Jornal da Paraíba*. 11/10/1987.

\_\_\_\_\_. **Nordestino: Uma Invenção do Falo** Uma História do Gênero Masculino (Nordeste – 1920/1940). Ed. Catavento, Maceió, 2003.

ALMEIDA., Elpídio. *História de Campina Grande*. 2ª edição, João Pessoa, Editora universitária/ UFPB, 1978.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaakman. 2ª Edição. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1981.

ARAÚJO, Fátima. **História e Ideologia na Imprensa da Paraíba**. João Pessoa - PB, União Cia. Editora, 1993.

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa. **A Vocaçào do Prazer: A Cidade e a Família no Rio de Janeiro Republicano**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

BAKTIN, Mikhail Mikhailovitch. *A cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*. Brasília. Editora da UNB, 1993.

BERTUCCI, Liane Maria. “**A Ameaça Permanente: O Alcoolismo na Imprensa Operária - São Paulo, no início do século**”, *Revista História Social*, Nº 01,1994. *Revista da Pós-Graduação em História*. IFCH - UNICAMP.

BOLOGNE, Jean Claude. **História do Pudor**. Tradução de Telma Costa. Elfos Editora; Lisboa: teorema, 1990.

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

\_\_\_\_\_. (org) **A Escrita da História: Novas Perspectiva**. Tradução de Magda Lopes - São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BRAIT, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: UNICAMP,1996.

CABRAL, Juçara Teresinha. **A Sexualidade no Mundo Ocidental**. Campinas, SP: Papiros, 1995.

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**, Deptº de Publicidade, João Pessoa, 1947.

\_\_\_\_\_. **Os Alicerces de Campina Grande Esboço Histórico–Social do Povoado e da Vila (1697 à 1864)** .Campina Grande, Oficinas Gráficas da Livraria Moderna, 1943.

- CARNEIRO, Henrique – “**As Drogas: Objeto da Nova História**”. Revista USP -Dossiê da Nova História, nº23, Set./Out./Nov./94.
- CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial**. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- CORBIN, Alain. **Saberes e Odores: O Olfato e o Imaginário Social nos séculos XVIII e XIX**. Tradução de Lígia Wotanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica, Norma Familiar**. 3ª Edição; Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.
- DARNTON, Robert **O Grande Massacre de Gatos e Outros Episódios da História Cultural Francesa**; Tradução de Sônia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DINOÁ, Ronaldo. **Memórias de Campina Grande**; Volumes I e II; João Pessoa -PB, União Editora, 1993.
- DONZELOT, Jacques. **A Polícia das Famílias**; tradução de M. T. da Costa Albuquerque; revisão técnica de J. A. Guilhon Albuquerque; 2ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1986.
- ENGEL, Magali. História e Sexualidade. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, RONALDO (Orgs) ; **Domínios da História** Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 297 – 311.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso** Aula Inaugural no Collège de France, Pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 9ª edição, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, 1996
- \_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder**. Organização e Tradução de Roberto Machado. 8ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. **História da Sexualidade vol. 1 A Vontade de Saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque; 10ª edição, Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.
- FURET, F. **Latelier de l’Histoire**; Paris, Gallimard, 1969.
- GEREMEK, Bronislaw. **Os Filhos de Caim: Vagabundos e Miseráveis na Literatura Européia: 1400 -1700**, Tradução de Henryk Siewierski; São Paulo: Cia das Leiras, 1995.



GOBLOT, Edmond. *A Barreira e o Nível – Retrato da Burguesia Francesa na Passagem do Século*. Tradução de Stela dos Santos Abreu e Maria da Silva Cravo; Campinas: Papirus, 1989.

GOMES, Augusto César Moraes. **Sociedade, sou Muito mais do que Pensas**.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal da Paraíba [1996].

GREGÓRIO, José. **Sertão Perverso** - Campina Grande. Editora e Gráfica St<sup>a</sup> Fé Lida. 1967.

LIMA, Rômulo de Araújo “A Burguesia Comercial em Campina Grande”. **Revista Grão**, Ano I, n<sup>o</sup> 03, Publicação do Curso de Ciências Sociais do CH - Campus II da UFP8, 1985.

JOFFILY, José. **Entre a Monarquia e a República** – Idéias e Lutas de Irineo Joffily, Rio de Janeiro, Livraria kosmos Editora , 1982.

MACHADO, Roberto. **A Danação da Norma**. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

MARIZ, Celso. *Cidades e Homens. Paraíba 400 anos*. Edição do governo do Estado da Paraíba. 1985.

MASSICOTTE, G. **L’Histoire – Problème: La Methode**. Quebec / Paris: EDISEM / Maloine, 1981.

MELO, Francineide Fernandez de. Ironia e Humor. In: LUCENA, Ivone Tavares de; OLIVEIRA Maria Angélica de; BARBOSA Rosimary (Orgs); **Análise do Discurso** das movências de sentido às nuances do (re) dizer. João Pessoa: Idéia, 2004.

MOLLAT, Michel. **Os Pobres na Idade Média**. Tradução de Heloísa Jahn; Rio de Janeiro: Campus, 1989.

NEEDELL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: Sociedade e Cultura de Elite no Rio de Janeiro na Virada do Século**. Tradução de Celso Nogueira. S. Paulo. CIA das Letras, 1993.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

PEDRO, Joana Maria. **Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: Uma Questão de Classe**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1994.

PIMENTEL, Cristino. **Abrindo o Livro do Passado**. 1<sup>o</sup> volume; C. Grande – PB Editora Teone, 1956.

\_\_\_\_\_ **Pedaços da História de Campina Grande.** Campina Grande; Livraria Pedrosa; - PB, 1958.

PRIORE, Mary del. & Lucy Murray “A História do Corpo e a Nova História: Uma Autópsia”, **Revista USP** – Dossiê da Nova História, nº23, Set/Out/Nov./94.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: A Utopia da Sociedade Disciplinar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2ª edição, 1987.

\_\_\_\_\_. **Os Prazeres da Noite** - Prostituição e Códigos da Sexualidade Feminina em São Paulo, (1890-1930); Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – A Inovação em História.** São Paulo: Pais e Terra, 2000.

RIBEIRO, Hortênsio de Souza **Vultos e Fatos.** A União. Cia editora; João Pessoa- PB, 1979.

SILVA, Camilo Barbosa. **Tecendo Riqueza, Descarçando Desordem, Colhendo Poder** - A Construção da Hegemonia da Burguesia Comercial em Campina Grande (1920-1950). Mimeo. Monografia de Conclusão do Curso de Bacharelado em História em 1988.

SILVA, Josefa Gomes. **Latifúndio e Algodão em Campina Grande:** Modernização e Miséria.

Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Pernambuco [1985]

SILVESTRE, Josué. **Lutas de Vida e Morte:** Fatos e Personagens da História de Campina Grande (1945/1953) ; Brasília, Senado Federal, 1982.

\_\_\_\_\_ **Da Revolução de 30 à Queda do Estado Novo:** Fatos e Personagens da História de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945). Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

SOARES, Epitácio “Esquinas do Mundo”, “Ignorância e Criminalidade” - *Jornal de Campina*, 18 / Janeiro de /1953.

\_\_\_\_\_ - “História da Imprensa Campinense” - **Diário da Borborema**, Ano I, SOARES, Luiz Carlos. Da Necessidade do Bordel Higienizado. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **História e Sexualidade no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986, 1ª Edição. n° 01, 02 de outubro de 1957.

UCHÔA, Boulanger de Albuquerque. **Subsídios para a História Eclesiástica de Campina Grande.** Rio de Janeiro, 1964.

VAINFAS, Ronaldo (org.) . **História e Sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986; 1ª edição.

\_\_\_\_\_. **Trópicos dos Pecados** – Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio Janeiro: Campus, 1989.

VERAS, Cassandra do Carmo. **O Espelho de Narciso**: Uma Visão Histórica das Transformações Urbanas em Campina Grande (1935-1945). Monografia - UFPB. Campina Grande-PB, 1988.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Estrutura e Distribuição de Terras no Município de Campina Grande** (1840-1905). Dissertação de Mestrado, 1985.

VIGARELLO, Georges. **O Limpo e o Sujo** – A Higiene do Corpo desde a Idade Média; tradução de Isabel St. Aubyn; Fragmentos; Lisboa, Portugal, 1985.

VOVELLE, M. La Longue durée. In: \_\_\_\_\_. **Ideologie e Mentalités**. Paris: Maspero, 1982.

WEBER, Eugen Joseph. **França, Fín-de-Siécle**. Tradução de Rosaura Eichenberg; S.Paulo: Companhia das Letras, 1988.